



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

FLÁVIA MARÍLIA DEODATO SILVA

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DE MARECHAL
RONDON, SALVADOR – “VIZINHO É O PARENTE MAIS PRÓXIMO?”**

Salvador
2017

FLÁVIA MARÍLIA DEODATO SILVA

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DE MARECHAL
RONDON, SALVADOR – “VIZINHO É O PARENTE MAIS PRÓXIMO?”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães.

Salvador
2017

S586 Silva, Flávia Marília Deodato
Transformações urbanas no bairro de Marechal Rondon, Salvador - “vizinho é o parente mais próximo?”/ Flávia Marília Deodato Silva. – 2017.
129 f.: il.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Iracema Brandão Guimarães.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.


1. Planejamento urbano - Salvador (BA). 2. Marechal Rondon (Salvador, BA).
3. Vizinhança. 4. Movimentos sociais. 5. Família. 6. Conservação e restauração.
I. Guimarães, Iracema Brandão. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.65

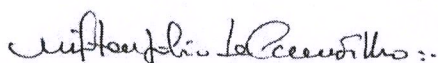
FLÁVIA MARÍLIA DEODATO SILVA

**TRANSFORMAÇÕES URBANAS NO BAIRRO DE MARECHAL
RONDON, SALVADOR - "VIZINHO É O PARENTE MAIS
PRÓXIMO"?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em vinte e seis de maio de dois mil e dezessete, pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Dr(a). Maria Elisabete Pereira dos Santos (ADM - UFBA)
Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)



Prof(a). Dr(a). Milton Júlio de Carvalho Filho (IHAC - UFBA)
Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)



Prof(a). Dr(a). Iracema Brandão Guimarães (FFCH-UFBA)
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo

Dedico este trabalho à minha família, em especial aos meus pais, Amaro Deodato Silva (*in memorian*) e Alice Cândida da Silva, pelo apoio e dedicação incondicional, aos moradores(as) de Marechal Rondon que lutaram pelos seus direitos, aos mestre pelos ensinamentos e aos(às) amigos(as) pelas andanças.

AGRADECIMENTOS

A materialização e finalização deste trabalho é fruto de um percurso marcado por experiências e aprendizados para a vida, tanto no âmbito acadêmico, como fora dele. As reflexões sobre a problemática proposta geram discussões que, apesar de não serem novas, ainda são fundamentais em algumas situações dentro dos bairros populares, que, embora não se expressem como já visto em algumas pesquisas, têm sua importância no cotidiano da vizinhança.

Agradeço aos sujeitos desta pesquisa, que permitiram a observação e me concederam as entrevistas e conversas, contribuindo para as discussões e definições de permanências na pesquisa de campo. Aos que me permitiram observar e ouvir um pouco de suas vivências no bairro e na vida, os entrevistados Ângela, Ide, senhor Antônio, Cláudia, senhora Antônia, Diva, Iran, Conceição, entre outros.

À família Reis, nas pessoas da amiga Angélica, de Magali, senhor Ademir e senhora Marli, por permitir o acesso a seu lar e pelas conversas que demonstram a diversidade das vizinhanças, assim como a própria história do local e conversas precisas, nos distintos momentos em que estive no bairro. A Ademir Santos, que, mesmo diante do seu tempo escasso, na empreitada de trabalhos e a própria família, se propôs a me ajudar com informações e documentos fundamentais, para as reflexões e desenvolvimento do trabalho de escrita e de campo.

À minha família pelos ensinamentos do convívio, agradeço, especialmente, a meu pai (*in memoriam*), para quem a “folclore era uma indústria”, por funcionar dia e noite, e à minha mãe, pela força e resistência em superar as dificuldades e obstáculos que se apresentam na vida. Acredito, até, que herdei um pouco dessa característica da teimosia em continuar, mesmo quando diante de tantas negativas. Aos que já não estão entre nós, que, por conta dos caminhos trilhados, infelizmente, ensinaram que a vida é, realmente, breve.

Às colegas de Mestrado, Jamile Carvalho, Ardjana Robalo, Bete Faro, Simáia Barreto, pelo apoio e a força durante o Curso.

À Secretaria Estadual da Educação da Bahia, pela compreensão e liberação para os estudos, mesmo nos momentos de extremo trabalho, na pessoa da

coordenadora Maria I. Ferreira Nobre, pela nobreza, amizade e incentivo em uma fase de quase descrença diante dos obstáculos. “Nide”, que além de ter sido a minha chefe imediata na referida Secretaria, é colega de profissão e professora nos momentos de dúvidas, reflexões e preciosas contribuições para a construção do presente texto.

Ao amigo Janílson Alves Magalhães que, mesmo distante, se propôs a me incentivar e ajudar a concluir esta caminhada, inclusive, sugerindo possibilidades.

A Milene que, entre a rotina de trabalho e diante da escassez de tempo, ainda assim, conseguiu me encaixar em sua agenda, tão concorrida, demonstrando confiança em abrir as portas de sua casa para receber uma quase estranha.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia, nas pessoas do professor Clovis Zimmerman, Lídia Cardel e, por fim, da professora Maria Salete Amorim, pela paciência em me atender sempre que busquei informações ou apoio; a Dora e Alberto, equipe da Coordenação da Pós-Graduação, pela disposição em ajudar.

A Carlos, Alexandre, Edna, Nem e Eunice, funcionários do Centro de Recursos Humanos (CRH), que fizeram os dias de bolsista mais agradáveis pela sua disposição em ajudar, assim como pelas conversas animadas nos momentos de descontração.

À professora Iracema Brandão Guimarães, pela orientação, paciência, conversas e contribuições à discussão da pesquisa acadêmica e à minha participação nos projetos de iniciação científica.

A Fundação de Amparo, Pesquisa e Extensão, pela concessão de bolsa pelo período de dez meses, o que facilitou a caminhada durante o período do Curso.

À banca examinadora, pela leitura cuidadosa e valiosas contribuições à construção do trabalho, e, em especial, no final desse processo, à professora Maria Elisabete Pereira Santos, pela disposição em ler meu texto.

RESUMO

Na atualidade, com os processos de reestruturação crescentes em várias regiões da cidade de Salvador, surgem questionamentos sobre as formas como os processos se desenvolvem nos bairros, trazendo uma infinidade de transformações econômicas, culturais e sociais que, conjuntamente, afetam os grupos envolvidos. Com isto, como pensar as relações de solidariedade entre vizinhos na contemporaneidade? O presente estudo tem por objetivo entender como operam as relações de vizinhança e ajuda mútua no bairro de Marechal Rondon, em um contexto marcado por intensas intervenções estruturais e urbanísticas. Busca-se, ainda, entender quais são as consequências e como se reorganizam essas relações a partir do processo de requalificação urbana do bairro. O estudo justifica-se porque esta localidade ainda expressa traços fortes de solidariedade, apesar das alterações profundas nos modos de viver. Nas requalificações, os moradores enfrentam o desgaste proporcionado pelos conflitos de interesses, tanto entre a comunidade e o poder público como no grupo envolvido, o que pode ter consequências nas relações de vizinhança estabelecidas nesse contexto. Para a realização do estudo, fez-se necessária uma revisão teórica sobre a temática em questão, bem como foram utilizadas a metodologia qualitativa e entrevistas, com roteiro semiestruturado, para a observação dos acontecimentos da vida no bairro de Marechal Rondon.

Palavras-chave: Requalificação urbana – Famílias. Relações de vizinhança. Mulheres. Movimentos sociais.

ABSTRACT

Nowadays, with the growing restructuring processes in many regions of the city, some issues arise about the ways those restructuring processes take place in the neighborhoods, bringing an infinity of transformations, economic, cultural and social that, conjuncturally, affect the groups involved. Thus, how to understand the relationship of solidarity between neighbors in contemporaneity? The objective of this study is to understand the relationship between neighborhood and the mutual help in the district of Marechal Rondon, in a context marked by intense structural and urban interventions. It also seeks to understand what were the consequences and how these relationships were reorganized from the process of urban renewal of the neighborhood. The importance of this study is justified because this district still expresses strong traits of solidarity, despite the profound changes in the ways of living. In the urban renewal the neighborhood residents face the erosion caused by conflicts of interest, both between the community and the government, as well as in the group involved in the territory, which can have consequences in the neighborhood relations established in this context. For the accomplishment of the study we did a theoretical revision on the subject in question, as well as the interviews utilizing qualitative methodology and with semi-structured script, for the observation of the events of life in the district of Marechal Rondon.

Keywords: Urban renewal - Families. Neighborhood relations. Women. Social movements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Vista aérea do bairro, região do Dique de Campinas	83
Figura 2	Vista aérea da Rua da Represa de Pirajá – ao lado direito, o conjunto .. Habitacional	89
Figura 3	Rua da Represa de Pirajá	89
Figura 4	Rua Vicente Celestino – principal rua do bairro de Marechal Rondon	96
Figura 5	Rua Boa Vista – acesso às ruas Lígia Maria e Antônio Calixto, caminho para a Rua Vicente Celestino – via principal	97
Figura 6	Rua Lígia Maria	97
Figura 7	Dique de Campinas após requalificação	98
Figura 8	Campo de futebol fica entre os dois bairros	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
CCMR	Centro Comunitário Marechal Rondon
Ceas	Centro de Estudos e Ação Social
CJP	Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador
CMD	Comissão de Moradores do Dique de Campinas
Conder	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Derba	Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia
Embasa	Empresa Baiana de Águas e Saneamento
Epucs	Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador
Fapesb	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Nepol	Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais
ONGs	Organizações Não Governamentais
PSIDC	Projeto de Saneamento Integrado do Dique de Campinas
Sedur	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
Sefaz	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
Sehab	Secretaria Municipal de Habitação
Semin	Secretaria Municipal de Infraestrutura
Seplam	Secretaria Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
Ufba	Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 A ESCOLHA DO OBJETO, OS PASSOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS	19
2 A CIDADE: PASSEIO PELAS TEORIAS	28
2.1 SOBRE A REQUALIFICAÇÃO URBANA	38
2.2 O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO EM SALVADOR	39
2.3 SOBRE O PLANO DIRETOR DE SALVADOR	46
2.4 O PROJETO DE SANEAMENTO INTEGRADO DO DIQUE DE CAMPINAS	46
3 FAMÍLIA E PARENTESCO	57
3.1 SOCIABILIDADE E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA	66
3.2 SOCIABILIDADE E VIZINHANÇA EM MARECHAL RONDON	73
4 O BAIRRO E A RUA – CAMINHOS DE ENCONTROS	83
4.1 A HISTÓRIA DO BAIRRO E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE MARECHAL RONDON	83
4.2 PASSEIO PELOS CAMINHOS E RUAS DO BAIRRO	92
5 MOVIMENTOS SOCIAIS E INSERÇÃO FEMININA: MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA EM MARECHAL RONDON	100
6 ATUALIDADES DAS INTERVENÇÕES NO BAIRRO DE MARECHAL RONDON E NO ENTORNO DO DIQUE DE CAMPINAS	118
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
REFERÊNCIAS	124

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho é o resultado das diferentes fases de atividades às quais me dediquei entre o período de realização do curso de graduação nessa área de conhecimento e a sua conclusão, precedido de atividades nas quais tive a oportunidade de aprofundar os meus contatos com a realidade e a experiência social dos bairros de periferia da cidade de Salvador.

O interesse em pesquisar essa temática emergiu da vivência cotidiana, por ser moradora de bairro popular, assim como da experiência acadêmica como bolsista de iniciação científica no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), no período de 2003 a 2006, com atuação no projeto “Viver e trabalhar na cidade: uma abordagem sobre condições de vida”, realizado pelo Centro de Recursos Humanos (CRH), da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia (Ufba).

Durante esse período, tive a oportunidade de ouvir relatos de pessoas, que afirmavam ter conseguido “vencer na cidade, graças aos vizinhos que tiveram”. A partir da bolsa de iniciação científica, frequentei a Feira de São Joaquim, entrevistei “Manoels, Marcolinos e Marias”, entre outros personagens locais. Buscando um exercício de memória, entre os anos de 2003 a 2006, os entrevistados se diziam oriundos do interior da Bahia, acrescentando que buscaram em Salvador o seu sustento e, inicialmente, precisaram muito da rede de apoio mútuo, pois, a partir disso, conseguiram inserção em atividades profissionais que os ajudara a manter-se na cidade. Eles destacaram, também, que existiram situações que foram superadas porque tinham a ajuda de pessoas importantes para as suas trajetórias de vida e, ainda, destacavam que, muitas vezes, estas não tinham laços de sangue, que supostamente teriam a “obrigação” de ajudar. Houve relatos nos quais as pessoas afirmaram que conseguiram vizinhas para tomar conta de filhos pequenos, possibilitando-lhes a saída de casa para trabalhar, e ainda as ajudaram na inserção na própria Feira de São Joaquim, onde, até os dias atuais, encontra-se o senhor Marcolino, morador do bairro de Rio Sena (Subúrbio Ferroviário), proprietário de uma banca onde vende pimenta, limão e outros produtos, inserindo, inclusive, filhos nessa atividade de feirante.

A orientação da professora Iracema Brandão Guimarães foi acompanhada de leituras e contatos realizados, principalmente com os feirantes de São Joaquim e famílias residentes em bairros da periferia de Salvador. Esses relatos aguçaram o meu interesse para o conhecimento sobre as realidades dos moradores em busca de soluções para os problemas enfrentados no cotidiano.

Essa experiência culminou com a elaboração de um projeto apresentado e aprovado para a seleção do Mestrado em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia (Ufba), no ano de 2013, intitulado “Vizinho é o parente mais próximo? – vizinhanças e transformações urbanas em Marechal Rondon”, quando ingressei na Linha de Pesquisa: Trabalho e Desigualdades Sociais. A proposta original vem sendo submetida a algumas reformulações que são condizentes com o amadurecimento que venho alcançando ao longo do curso de Mestrado, juntamente com a experiência no Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), onde realizei trabalhos como voluntária em atuação na biblioteca, o que me possibilitou a catalogação de notícias de jornais, sobre as temáticas da habitação popular e dos movimentos sociais, assim como a participação nas discussões realizadas pela equipe do Ceas junto às comunidades assessoradas pela instituição, como por exemplo, Alto de Ondina, Pelourinho, Gamboa, Alto das Pombas, Calabar entre outros. Nessas reuniões, discutiam-se as questões urbanas, as transformações, a força das classes populares organizadas, a solidariedade popular, os movimentos sociais populares, os dilemas da resistência e as intervenções arbitrárias nos bairros, entre outros.

Nas andanças por Marechal Rondon, já havia percebido que se tratava de um bairro como os demais da periferia de Salvador, carente de muitos recursos, mas que possuía uma característica muito peculiar, além da ausência do Estado, relativa às relações de proximidade entre os moradores do bairro, pois, apesar das alterações dessas relações, havia indicações de fortes contatos na rede de vizinhanças, tais como: um auxílio para superar as dificuldades, quando da chegada à cidade de Salvador, para arriscar a sobrevivência nos trabalhos que conseguiam, seja na Feira de São Joaquim, seja no trabalho doméstico ou informal, demonstrando que estas relações funcionavam como amortecedores das lutas cotidianas.

Foi possível verificar, por meio das discussões sobre o modelo autoritário de intervenções urbanas no Projeto Integrado de Saneamento do Dique do Campinas, uma possível ameaça às relações de vizinhança existentes no local, pois, no plano teórico, as discussões seguiam em direção da “Relocação”, uma alternativa para a transferência das 415 famílias residentes nas ruas do entorno do Dique de Campinas, o que causaria consequências nas redes de vizinhança existentes, que poderiam ser “desarticuladas”.

Outro fator preocupante para os moradores era o surgimento de conflitos instalados a partir das disputas e interesses distintos, até mesmo no processo de discussão de implementação do projeto no bairro, juntamente com outras ações e estratégias fragmentadas e negociações individuais dos gestores do projeto, podendo desfazer laços antigos de amizade. E no plano empírico, a maioria dos moradores permaneceu residindo no local, porém, houve acirramentos dos conflitos gerados nesse contexto, muito embora apenas a minoria de moradores desse bairro tenha sido relocada.

Com o passar do tempo, acompanhando as discussões e prosseguindo com as leituras sobre a temática, juntamente com as conversas informais e entrevistas realizadas no bairro, observei que não existia um tipo de vizinhança, mas, várias vizinhanças. Essas relações são mediadas pelas variáveis geracionais e gênero, ocupação, inserção no mercado de trabalho, enfim, variáveis que definem como as relações se desenvolvem. Nas resistências, havia a participação ativa das mulheres, pois estas costumam estar presentes em suas casas, vivenciam o cotidiano dos bairros, elementos que demonstram a diversidade de relações estabelecidas na comunidade, inclusive, de conflitos entre vizinhos, como por exemplo, o uso de aparelho de som em volume muito alto, comportamento considerado provocativo.

Assim, à medida que, como pesquisadora, amadurecia intelectualmente, as preocupações com a situação em Marechal Rondon continuavam, pois, ao conversar com amigos, recebia informações sobre as ocorrências durante o processo de implementação do projeto de urbanização do Dique de Campinas.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Ufba, em 2013, mantive a proposta de pesquisar

as relações de vizinhança em um contexto marcado pelas transformações urbanas no bairro de Marechal Rondon. Assim, a partir dos eixos curriculares, iniciou-se o processo de revisão teórica, observando que os autores clássicos das Ciências Sociais discutem a temática das cidades em suas distintas vertentes, assim como as transformações nas relações entre os indivíduos citadinos e seus dilemas: autores como Simmel (1967), Max Weber (1967), Park (1967) deixam explícito que as cidades possuem uma cultura, embora sejam discussões produzidas em contextos e teorias distintos, demonstram, cada um a seu modo, as peculiaridades de cada cidade.

A organização do presente estudo é composta pela introdução como primeiro capítulo, onde se pretende tratar da escolha do objeto e traçar estratégias metodológicas. No segundo capítulo, faremos a revisão teórica com os principais expoentes da literatura sobre as cidades, questões metodológicas e intervenções urbanas; já no terceiro, abordaremos as relações de família e vizinhança no contexto urbano; no quarto capítulo, trataremos de histórias do bairro e seus caminhos de encontros. No quinto capítulo, serão discutidas as intervenções urbanas na cidade de Salvador, incluindo a requalificação do Dique, em Marechal Rondon; o capítulo sexto tratará das intervenções no bairro estudado e seu entorno, e, por fim, as considerações finais, destacam as relações de sociabilidade, marcadas pela resistência, união e conflitos pertinentes ao convívio humano onde quer que ele ocorra.

1 INTRODUÇÃO

A escolha do bairro de Marechal Rondon justifica-se por ser localizado na periferia da cidade de Salvador, e, ainda, por expressar traços de solidariedade e uma sociabilidade peculiar, como a relação de confiança em deixar as chaves da própria casa em poder do vizinho, caso precise de alguma coisa ou ocorra um imprevisto, a vizinha poderá entrar e resolver, o empréstimo de objetos, o cozimento de comida na casa da vizinha, quando o gás acaba no meio da noite, um determinado vizinho toma conta de “criança”, entre outras situações, apesar das mudanças visíveis no cotidiano das relações com os vizinhos. Essas características podem estar relacionadas à origem do bairro, com uma parcela de famílias que moram no local desde a fundação, e que, na atualidade, mesmo com modificações, mescla traços da vida rural no ambiente urbano, o que faz parte da história de ocupação da localidade, marcada por lutas pela moradia.

Em sua origem, como mostraremos adiante, o bairro de Marechal Rondon nasceu com o nome de “Baixa do Dique” e destinava-se, inicialmente, a acolher famílias desabrigadas de um bairro próximo que foi atingido por uma forte enchente que vitimou a cidade em 1963, sendo rebatizado em 1973 com o nome de Marechal Rondon em homenagem ao famoso indigenista (2003, p. 5). O referido bairro está situado nas proximidades dos bairros: Alto do Cabrito, São Caetano, Boa Vista do Lobato e Campinas do Pirajá – formando uma área densamente povoada, parte dela situada às margens de um reservatório de água, o “Dique de Campinas”, que compõe a Bacia do Alto do Camurujipe, tendo parte de sua área aterrada para construção de casas no período da ocupação.

O presente estudo tem por objetivo entender como se desenvolvem as relações de vizinhança, cuidado, amizade e ajuda mútua no bairro de Marechal Rondon, em um contexto marcado por intensas intervenções estruturais e urbanísticas. Busca-se, ainda, entender quais são as consequências e como se reorganizam essas relações, a partir das mudanças na infraestrutura urbana do bairro e nos modos de vida, dada a dinâmica das intervenções e os conflitos provenientes dessa ação antidemocrática. O estudo

justifica-se, considerando que esta localidade, dada a sua história cultural, ainda expressa traços de solidariedade, apesar das alterações profundas nos seus modos de viver.

Para a realização desta pesquisa, fez-se necessária uma revisão teórica sobre as temáticas em questão, que se encontram concentradas em três eixos: a) a problemática da reestruturação urbana; b) os estudos sobre os contextos das relações de vizinhança e de resistência; c) o estudo do bairro Marechal Rondon no contexto da requalificação do Dique de Campinas.

Em relação ao primeiro eixo, considera-se que um processo de requalificação na cidade, por meio de projetos de intervenção, veicula uma imagem de que estes iriam alterar as condições estruturais, viabilizando as dimensões espacial, econômica e social para os moradores dos bairros, porém não revela os “efeitos perversos” produzidos, especialmente, porque as ações de implementação da requalificação do espaço não são voltadas para atender as necessidades da comunidade, mas promovem a divisão e o enfraquecimento das lutas populares, para cumprir os objetivos das alterações das feições do bairro e, conseqüentemente, a remoção da população sem resistência devida. Um dos efeitos perversos dessas intervenções diz respeito ao fomento dos conflitos em função dos interesses dos agentes públicos e do enfraquecimento dos laços de vizinhança da comunidade.

Quanto ao segundo, os autores indicam que a cidade possui uma cultura específica, que promove a individualização em detrimento dos laços de solidariedade.

O terceiro eixo, os efeitos dessa requalificação na vida dos moradores, nas formas de enfrentamento e nas relações de vizinhança, em função da intervenção do período de 2002 a 2016, considerando-se que, durante o período de mobilização, resistência e negociação com os poderes públicos, houve um desgaste das relações de solidariedade do grupo que fazia parte da Comissão de Moradores, junto aos demais, porém as estratégias para superação dos conflitos, a partir da constituição de outros elementos, influenciaram na reorganização das relações de amizade e vizinhança.

Em meio às constantes discussões sobre o Plano Diretor de Salvador, em 2002, e que permanecem até a atualidade, os processos de urbanização e reestruturação de algumas regiões da cidade introduziram alterações que ocorreram nos bairros do

Comércio, Centro Histórico, Gamboa, Alto de Ondina, Pelourinho, Marechal Rondon, Saramandaia, São Cristóvão, Avenida Orlando Gomes, no Bairro da Paz, entre outros, surgindo questionamentos sobre as formas como esses processos se desenvolveram nesses bairros, uma vez que trazem consigo uma infinidade de transformações que afetam diferentemente os grupos envolvidos.

Ao longo desses 15 anos resultantes dessas mudanças desencadeadas na estrutura urbana e nas relações sociais, como pensar as relações de solidariedade entre vizinhos, que sempre se constituíram em objeto de estudo das ciências sociais e de pesquisadores das mais diversas vertentes, desde as perspectivas que apontam apenas para transformações desses laços a outras que afirmam de maneira pessimista que a sociedade moderna não possui mais espaço para esse tipo de sociabilidade, anunciando o fim das relações de vizinhança?

Nunes analisa ocupações localizadas em um bairro de Brasília. Em sua pesquisa, afirma que há uma disputa simbólica pelo lugar, que se contrapõe àquela que emana das instituições sociais – Estados, grupos socioprofissionais etc., cada um com seus mecanismos classificatórios. (NUNES, 2013, p. 41)

Fazer parte de um determinado grupo pressupõe partilhar minimamente algumas condições semelhantes. Nesse sentido, acredita-se que a formação do grupo que posteriormente se organizou por meio da Comissão de Moradores do Dique, tinha, em comum, além das relações de vizinhança, a situação de possível expulsão de suas casas.

A partir dessas relações de vizinhança em bairros populares e a mobilização dos moradores para garantir seus direitos, coloca-se o problema: até que ponto os laços de parentesco e as relações de vizinhança podem servir de base a um movimento popular de resistência nas intervenções urbanas em Salvador e, mais especificamente, no bairro de Marechal Rondon? A partir das relações de parentesco e vizinhança em bairros populares e a mobilização popular em busca de direitos por moradia coloca-se o problema, como os laços de parentesco e vizinhança podem servir de base a um movimento popular, em áreas urbanas de Salvador e, mais especificamente, no bairro de Marechal Rondon? Para Nunes (2013), as ações de ocupação “pressupõe uma rede compartilhada entre os agentes nela envolvidos...”. Para este trabalho, acredita-se que

as ações de mobilização, até certo ponto, foram pautadas nas relações de proximidade e parentesco existentes no bairro.

1.1 A ESCOLHA DO OBJETO, OS PASSOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

O estudo da sociabilidade em locais afetados por projetos de intervenção urbanística é de extrema importância, pois, neste caso, além dos impactos na vida do bairro e nas relações entre os moradores, a princípio, as pessoas seriam colocadas em locais distintos, onde não constituíram redes de relações que lhes possibilitassem recorrer quando em caso de necessidades imediatas.

As pesquisas realizadas sobre a sociabilidade em bairros populares têm demonstrado uma tendência diferente da proposta nesta pesquisa, pois, busca-se estudar a sociabilidade entre os jovens, ou seja, os grupos de convivência nos bairros de periferia urbana, a exemplo da sociabilidade dos “bondes”, das gangues, ou mesmo a “integração perversa” (ALBA ZALUAR) dos jovens com a rotina do tráfico de drogas nos morros e bairros periféricos.

Em Salvador e, mais especificamente, no bairro de Marechal Rondon, observa-se a pesquisa de Santos (2007), que teve foco na questão da urbanização e dos movimentos sociais por moradias. O objetivo desta pesquisa é entender como se desenvolvem as relações de vizinhança ou corresidência no bairro de Marechal Rondon, em um contexto marcado por intensas intervenções urbanísticas, e, como objetivos específicos propõe: compreender a dinâmica cotidiana de relacionamentos e identificar em torno de quais estímulos ou situações essas relações ocorrem com mais intensidade; identificar as consequências das ações de intervenção urbanas nas relações de vizinhança; identificar as mudanças urbanas no bairro e na vida dos moradores; identificar elementos e influências das relações de parentesco e vizinhança no movimento de mobilização e resistência contra a forma autoritária de implementação do projeto no bairro.

Para o recorte espacial, foi escolhido um bairro de periferia, onde participamos de algumas discussões, manifestações e uma pesquisa realizada pelo Núcleo de

Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, no período em que ocorreram as intervenções já narradas, para a implementação do projeto de saneamento do Dique de Campinas que provocou algumas relocações de moradores por existir ali relações de sociabilidade que já observava a princípio, mais fortes que em outros bairros populares, tendo como pano de fundo as políticas públicas de intervenção da Companhia Baiana de Desenvolvimento Urbano (Conder) no entorno do Dique.

Os sujeitos desta pesquisa são os moradores do bairro Marechal Rondon, que residem nas imediações do Dique de Campinas e que sofreram ameaças de expulsão para outros bairros. As expulsões ocorreriam em função da requalificação do Dique e da implementação do Projeto de Saneamento Integrado do Dique de Campinas (PSIDC), que tinha como objetivo principal a urbanização da área, que ficaria similar ao Dique do Tororó, através de uma ação empreendida pelo Governo do Estado da Bahia, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura de Salvador, o Programa de Desenvolvimento Urbano, o Banco Mundial e a Caixa Econômica. O projeto visava, também, à construção de vias estruturantes e de espaços para a prática de esportes e lazer e uma pista que passaria onde se localizavam as casas próximas ao Dique e ligaria o bairro à Avenida Afrânio Peixoto e à BR-324. Com isso, estimava-se beneficiar mais de 200 mil habitantes, com saneamento básico e paisagismo.

Minayo e Sanches (1996) afirmam que um bom método será sempre aquele que permita uma construção correta dos dados e ajude a refletir sobre a dinâmica da teoria. Portanto, além de apropriado ao objeto da investigação e de oferecer elementos teóricos para a análise, os métodos devem ser operacionalmente exequíveis (Minayo e Sanches; p. 239, 1996). O tipo de investigação adequada ao percurso metodológico que pretendemos seguir é a pesquisa qualitativa. Para Gasque (2007, p. 84), a subjetividade do pesquisador e os sujeitos pesquisados fazem parte do processo investigativo. Nesse sentido, o pesquisador que utiliza este método precisa ficar atento para os possíveis impactos de sua presença no campo da pesquisa. Assim, neste tipo de estudo, o material primordial da investigação é a palavra que expressa a fala cotidiana, os sentidos, seja nas relações afetivas e técnicas, seja nos discursos intelectuais, burocráticos e políticos.

Em qualquer pesquisa científica existem dificuldades com relação ao que o pesquisador pensa *a priori*, e o que vai se revelando com os contatos com o campo de pesquisa. Em nosso caso, esse *a priori*, foi constituído a partir de contatos e participação, com a aplicação de questionários, em pesquisas nos bairros do entorno do Dique de Campinas. Nesse sentido, a representação da sociabilidade em Marechal Rondon, que, para o objeto da pesquisa, estava pautada nas trocas mútuas, cuidado e amizade, havia, também, conflitos que não passavam da discussão sobre posições e opiniões divergentes, pelo menos, durante o período de realização do PSIDC.

Além das relações de parentesco e familiaridade existentes no local, e que a, princípio, nos levaram a pesquisar sobre a temática proposta, naquele contexto, não havíamos percebido o medo compondo o cotidiano do bairro. Embora a questão da violência já se revelasse quando se falava das festas ocorridas na região do final de linha de transporte coletivo do bairro, mas não com a frequência que apareceu, em que todos os membros do grupo de entrevistados citaram o crescimento da violência e o medo. A partir do exame de qualificação para a realização da presente pesquisa, foi necessário elaborar um exercício de estranhamento para que as questões fossem respondidas pelos entrevistados, sem qualquer interferência no decorrer do processo. Esse exercício permitiu que outras questões se revelassem, como os conflitos entre os cônjuges, a importância da participação das mulheres nas discussões e a experiência com o aprendizado dessas mulheres na política para a vida no bairro e até na cidade.

Para Bourdieu (2004, p. 24), a tarefa epistemológica consiste em descobrir, no decorrer da própria atividade científica, incessantemente confrontada com o erro, as condições nas quais é possível selecionar o verdadeiro do falso, passando de um conhecimento menos verdadeiro a um conhecimento mais verdadeiro. Para o autor, no momento da observação ou experimentação, o sociólogo estabelece uma relação com o objeto que, como relação social, nunca é puro conhecimento, tendo em vista que os dados apresentam-se como configurações vivas, singulares e, em poucas palavras, humanas demais, que tendem a se impor como estruturas do objeto.

Na metodologia de base qualitativa, o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas dificilmente pode ser determinado *a priori*. Tudo depende da qualidade das informações obtidas em depoimentos, assim como da profundidade e do

grau de recorrência e divergência dessas informações. Enquanto estiverem aparecendo “dados” originais ou pistas que possam indicar novas perspectivas à investigação em curso, as entrevistas precisam continuar sendo feitas (DUARTE, 2002, p.144). Apesar da informação de que não se define *a priori* o quantitativo dos sujeitos, para esta pesquisa que envolve a observação e inferências sobre a sociabilidade de moradores em três ruas do bairro, a Rua Antônio Calixto e Lígia Maria e a 2ª Travessa Lígia Maria, que estão às margens do Dique. Pessoas diretamente envolvidas no projeto de intervenção, a princípio se propuseram realizar as entrevistas com 15 pessoas que se disponibilizassem a falar sobre a sua relação com os vizinhos, no bairro, e sua experiência com a implementação do PSIDC, o movimento de resistências e os conflitos ocorridos no contexto. Inicialmente, não definimos qual o gênero seria priorizado para a realização das entrevistas e, ao chegar a campo, durante o dia, era comum encontrar as mulheres, e, ao buscar entrevistar os homens nas residências indicadas, estes indicavam as esposas para responder, apenas um se dispôs a conceder a entrevista, após informar que quem sabia “dessas coisas” era sua companheira. A idade dos entrevistados varia de 43 a 75 anos, estão casadas(os) há, pelo menos, 20 anos, mora com filhos ou netos. As entrevistas foram realizadas com as pessoas que fizeram parte da Comissão de Moradores e que permaneceram no bairro, embora, nas Ruas Antônio Calixto e Lígia Maria nenhum dos moradores tenha saído. A princípio, pensou-se em entrevistar, também, os moradores que foram removidos ou indenizados durante o processo de requalificação, mas conforme informação obtida, não há contatos com os que saíram compulsoriamente.

Observou-se, inicialmente, os conflitos entre os vizinhos com a urbanização da Orla do Dique, mas algumas entrevistas revelaram que os atritos e divergências ocorriam dentro da própria casa, com os maridos que discordavam da resistência das mulheres, que confrontavam os poderes públicos, passamos a verificar as estratégias para estas participarem das ações de resistência no bairro.

As entrevistas foram organizadas de maneira a conseguir pessoas que participaram da Comissão de Moradores de Marechal Rondon, que fez resistência à forma de imposição e gestão do projeto pelos órgãos públicos no bairro. A metodologia está estruturada em três momentos, a saber:

No primeiro momento, desenvolvemos uma revisão teórica, metodológica e conceitual da temática, que vai desde a sistematização das leituras dos autores clássicos aos contemporâneos para a compreensão da referida temática, assim como os avanços e os limites das distintas abordagens.

O universo da pesquisa delimita os caminhos a serem seguidos na identificação dos fenômenos que vêm ocorrendo nesse espaço de transformações, assim como os sujeitos envolvidos.

Observação direta e aprimoramento do foco da pesquisa, a princípio, o critério da abordagem do primeiro domicílio foi o de uma pessoa conhecida que deveria indicar outros vizinhos, que atendessem às condições de ter participado da Comissão de Moradores do Dique e residir no local há mais de 10 anos. Realizamos um total de 12 (doze) entrevistas.

Pretendia-se utilizar só com a rede de relações dos entrevistados; se o vizinho não estivesse ou não quisesse responder, seria abordada a casa ao lado, caso fosse possível. A aproximação para realização das entrevistas foi feita a partir de laços estabelecidos com alguns moradores, quando da participação em reuniões e debates no bairro.

No segundo momento, outras ações foram pensadas, como a construção do instrumento para a coleta dos dados, neste caso, o roteiro das entrevistas; a realização das entrevistas em distintos períodos, para que, ao transcrevê-las, pudéssemos perceber possíveis problemas e prováveis saídas; caracterização do bairro e dos moradores.

As entrevistas foram manuscritas ou gravadas, de maneira a apresentar a apreensão de questões relevantes sobre as relações entre os vizinhos, além de conversas informais em *locus*, por meio de visitas ao bairro. Buscou-se, também, fazer uma pré-seleção de famílias que estão no bairro, há mais de 10 anos, por meio de conversas informais, utilização de caderno de campo que acompanharam o desenvolvimento e a transformação, porém, observou-se que os entrevistados não indicavam as pessoas que atendessem o pedido de entrevista quando citado seu nome, mas há limites nesse tipo de abordagem, pois impede a observação de possíveis conflitos entre os vizinhos.

No terceiro momento, a busca pela sistematização e análise dos dados colhidos para entender os acontecimentos em torno desta problemática e compreender a natureza dessas transformações ocorridas no referido bairro; a análise de documentos oficiais (projetos e relatórios), pois, o tipo de desenvolvimento da cidade deve ser compreendido pelas políticas públicas do planejamento urbano, além do direcionamento dado pela gestão do Projeto de Saneamento que foi implementado no bairro de Marechal Rondon e adjacências, com o auxílio de documentos da Associação de Moradores e registros de jornais do período, o que também contribui para dimensionar os impactos de projetos dessa natureza nas relações de convivência estabelecidas pelas famílias nesta localidade.

Buscou-se, ainda, descrever e interpretar os dados, retomando o quadro teórico e os achados empíricos colhidos no desenvolver da pesquisa para a compreensão da sociabilidade no bairro. Destaque para elementos referentes às relações com a vizinhança, a participação no movimento de resistência, as consequências das lutas e conflitos ocorridos entre os participantes da CMD e os demais vizinhos, e a sociabilidade desenvolvida no local. Além desses aspectos, enfoque para desenvolver uma sistematização e ordenação dos dados, de modo a possibilitar uma conexão entre as perspectivas teóricas e a realidade empírica.

São notórias, as relações de sociabilidade nos bairros e suas peculiaridades, conforme o gênero e a geração. Para contribuir com o que está proposto neste trabalho, é importante a análise dos documentos juntamente com o relato e a percepção de moradores.

Ao retornar ao bairro em 2014 para observação direta e conversas informais, verificou-se, a princípio, que os moradores estavam com receio de receber visitas em determinados horários e de conversar na rua, mesmo que fosse na porta de casa. Falava-se mais baixo, na varanda da casa, em virtude do contexto que o bairro estava vivenciando, chegando-se, inclusive, a sugerir que saíssemos mais cedo do bairro, pois, havia uma ideia de insegurança, por conta de uma “chacina” ocorrida ali, que vitimou cinco pessoas da mesma família, o que ocorreu em uma casa de candomblé, pois um dos traficantes da área foi preso dentro da mesma, e seus colegas pensaram que houve a participação desta família, que foi morta e teve a casa incendiada. Esse fato

ocorreu na Rua Lúgia Maria, em Marechal Rondon. A ele se agregaram as incursões da Polícia Militar para prender os responsáveis pela violência e coibir o tráfico de drogas na região, o que, de certa forma, provocou, no período, uma solução de continuidade das observações *in loco*.

As conversas informais realizadas, tanto em Marechal Rondon, como na Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), foram muito proveitosas e contribuíram para desvendar questões que os escritos da época não revelaram. Isto possibilitou a construção de um perfil dos entrevistados, assim como a observação de elementos que fortalecem a hipótese deste trabalho, ou seja, observa-se que existem conflitos, mas, paralelamente, persiste uma sociabilidade peculiar. Houve problemas com referência à consulta a documentos oficiais, pois o Projeto de Requalificação do “Dique do Cabrito” envolveu muitos recursos a instituições, como o Ministério Público da Bahia, que, segundo uma das técnicas da Conder, ainda responde por reclamações e consultas sobre as ações nesse local. Isso parece indicar que se busca esquecer de todas as formas, por isso, mesmo estando em uma empresa estatal, a oralidade dos técnicos pode compor e acrescentar informações à pesquisa. Nesse sentido, observamos que existem divergências de informações, pois, para a Conder, as obras foram concluídas em duas etapas até 2010, já os moradores afirmam que, em 2011, não haviam concluído as obras.

A ação empreendida pelo Governo do Estado da Bahia, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Salvador, o Programa de Desenvolvimento Urbano, o Banco Mundial e a Caixa Econômica, o Projeto de Saneamento Integrado do Dique do Cabrito, visava, também, à construção de vias estruturantes e espaços para a prática de esportes e lazer. Com isso, estimava-se beneficiar mais de 200 mil habitantes, com saneamento básico e paisagismo.

Os agentes da empresa Sertenge Ltda. contratada, por meio de licitação, pela Prefeitura de Salvador para executar as obras nas ruas do entorno do Dique, inicialmente, apenas davam as notícias de que o projeto beneficiaria muitas famílias de Marechal Rondon, mas haveria muitos sacrificados em detrimento dos benefícios que o referido Projeto traria. Mas os moradores consideravam que a intervenção se dava de modo autoritário, pois o projeto não fora discutido na região onde mais se concentram

as casas. As reuniões foram realizadas com a Associação de Moradores do bairro do Alto do Cabrito e o local que teria mais remoções de casas só foi comunicado, praticamente, no momento de sair das residências.

No início da implantação do projeto, cerca de 415 famílias, distribuídas entre os bairros de Alto do Cabrito, Marechal Rondon, Boa Vista do Lobato e Bela Vista do Lobato, foram comunicadas para deixar suas residências e procurarem outros lugares para moradia, houve a possibilidade de serem relocadas para um conjunto habitacional que já estava em construção com casas pré-moldadas ou, ainda, as casas seriam indenizadas, em função do início das obras do Projeto de Saneamento Integrado do Dique, cujo objetivo principal é a urbanização da área, que deveria ficar similar ao Dique do Tororó, situado em um bairro Central de Salvador.

Após diversos conflitos entre a Prefeitura, gestora inicial do projeto, e a comunidade, inclusive, com a intervenção do Ministério Público, as obras foram transferidas para a Conder executar, através de um convênio que, segundo Santos (2007), ocorreu a partir da derrota do então partido PFL nas eleições municipais de 2004, por isso houve acordos para que o Governo do Estado da Bahia realizasse as obras. Para a gerente do setor de acompanhamento social da Conder, Walquiria Meireles de Medeiros¹, estes foram acordos políticos entre a Prefeitura de Salvador e o Governo do Estado, embora não tenha entrado em detalhes, sua observação revela os fatos apontados por Santos.

Os moradores se convenceram de que não seria justo sair de suas residências sem ter a certeza de conseguir outras casas com, pelo menos, as mesmas condições, pois, não havia perspectivas de compra de outra casa com as indenizações prometidas, ou mesmo, a conquista de melhores condições para os que quisessem sair, ou ainda, a possibilidade de mudanças no Projeto de urbanização que garantisse a permanência de quem desejasse. Nesse contexto, criou-se uma Comissão de Moradores que, segundo Santos (2007), era composta por 35 moradores dos bairros de Marechal Rondon e Alto do Cabrito, que não se sentiam representados pelas associações que negociavam com

¹ Gerente do setor de acompanhamento social da Conder, no período de realização das obras de requalificação do Dique do Cabrito/Campinas, a conversa foi informal, pois não aconteceu em atendimento ao ofício, realizada no dia 29 de abril de 2016, na Feira de São Joaquim, local onde a mesma trabalhava, por conta das obras de requalificação da feira.

as instituições; destes, 22 eram do sexo feminino, 13, do masculino, a maioria tinha mais de 15 anos de moradia no bairro, reuniam-se no Centro Comunitário de Marechal Rondon, ou em espaços cedidos pelos moradores na Rua Lígia Maria ou Antônio Calixto. Esta organização iniciou-se a partir de agosto de 2003, durou até março de 2004, tempo suficiente para observar muitos conflitos, principalmente, os interesses entre os moradores e, para diminuí-los, suspendeu as reuniões, com retorno para novembro do mesmo ano, continuando a reunir-se até janeiro de 2005, quando ocorreu a articulação para a construção do Fórum de Entidades dos Moradores do Dique.

Durante o processo de implementação e finalização das obras do Projeto de Saneamento Integrado do Dique de Campinas, já concluído, havia queixas sobre o processo de "implosão" da comissão já citada. um dos motivos foi a negociação individual com moradores para os valores das indenizações das casas, o avanço das indenizações com maior valor para os moradores do bairro de Alto do Cabrito, o que trouxe muitos conflitos de interesses e a fragilização da resistência e mobilização que buscava, a princípio, direitos de participação nas ações que poderiam mudar suas vidas, indenizações justas e a manutenção dos direitos de permanecer para quem assim desejasse.

2 A CIDADE: UM PASSEIO PELAS TEORIAS

Os clássicos das Ciências Sociais já discutiam o fenômeno urbano presente, também, nos autores contemporâneos, como ponto necessário para entendermos os contextos de transformação das sociedades contemporâneas. Discutem a necessidade de compreensão das modificações dos modos de produção das paisagens das cidades, das relações de trabalho e sociais e como estas se desenvolvem em distintos períodos históricos.

Como exemplo, citamos Park, fundador da Escola de Chicago em 1916, que publicou o texto “A Cidade” e a definiu “enquanto um estado de espírito, um conjunto de costumes e tradições, de atitudes e sentimentos organizados inerentes a esses costumes e que são transmitidos com essas tradições”. (Vasconcelos, 2015, p.17 apud PARK)

Weber também traz contribuições relevantes para a análise da cidade, pois deixa evidente que as cidades assumem as especificidades em cada período histórico, caracterizando-as, a partir de tipos (Idade Antiga, Idade Média e Cidade Plebeia), constituídos conforme as relações econômicas, políticas, administrativas e culturais existentes nessas localidades, contudo os aspectos econômicos e políticos administrativos sobressaem aos demais. (WEBER, 1967, p. 74)

Para o autor, toda cidade, no sentido econômico, “é um local de mercado,” ou seja, conta com um estabelecimento de mercado, um estabelecimento de atividades lucrativas e de abastecimentos das necessidades, além de ser um centro de consumidores.

No entanto, a cidade se constituiu objeto de estudo, de modo específico, a partir da Escola de Chicago, que, a princípio, pesquisava a delinquência juvenil nas cidades, com autores que contribuíram para o desenvolvimento de teorias e pesquisas de temas relacionados às cidades, utilizando-se de métodos qualitativo e quantitativo. Esta inaugurou temas e métodos de pesquisa importantes para a contribuição teórica às Ciências Sociais, pois, as escolas de análise estruturalistas e econômicas, faziam a investigação de maneira macrossociológica, mas não davam conta de alguns

elementos microssociológicos, também presentes na sociedade. A importância dessa escola de pensamento para a pesquisa, nas Ciências Sociais, é considerada incontestável.

A partir das análises do pensamento social, a compreensão sobre as grandes transformações econômicas e sociais são essenciais para o entendimento dos fenômenos urbanos. Daí, observa-se o desenvolvimento das sociedades, os processos de urbanização, o planejamento urbano, as intervenções nas cidades e as suas implicações, nas relações sociais e de vizinhança, têm sido objeto de estudos de diversos autores.

Castells considera a definição mais comum da urbanização como sendo “a difusão de um sistema de valores, atitudes e comportamentos denominado de ‘cultura urbana’, que é o sistema cultural característico da sociedade industrial capitalista, ou seja, é um conceito constituído historicamente a partir da estrutura social”. (CASTELLS; 1983, p. 16)

Segundo o autor, a partir das suas características históricas, os espaços assumem, em determinado momento, um sistema de divisão e distribuição que se desenvolve como expressão e desdobramento de uma capacidade técnica e do nível de organização social. Assim, as cidades são vistas como formas de residência adotadas pelos membros da sociedade, cuja presença nos locais de produção agrícola não era necessária. Nesse sentido, o novo sistema social não estaria dissociado do tipo rural, nem seria posterior a ele.

As leituras históricas deixam evidente que a cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural). Conforme descreve Castells, as características desta sociedade estão pautadas em um sistema político específico que permite, ao mesmo tempo, o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; um sistema institucional de investimentos, em particular, no tocante à cultura e à técnica, e um sistema de trocas com o exterior. (CASTELLS, 1983, p. 20)

Portanto, os termos cidade e urbano andam muito articulados e, muitas vezes, são considerados sinônimos, pois a urbanização é induzida por processos de

desenvolvimento relacionados às atividades desempenhadas pelo avanço da tecnologia, da indústria, do comércio e dos serviços que o planejamento urbano pode proporcionar.

Quanto aos habitantes citadinos, abordagens que focam os indivíduos como figuras que seguem certas características, com a “brevidade e escassez dos encontros” face a face, quase sempre relacionados à mercadoria ou aos fatores econômicos, utilizando-se, também, do contraste entre os intercâmbios e “associações prolongadas e freqüentes” inter-humanos nas cidades pequenas. (SIMMEL, 1967, p. 25)

O debate sobre a possibilidade de relacionar o comportamento social ao local de habitação traz consigo a necessidade de diferenciar as discussões no plano estrutural e cultural, e, assim, Castells busca desconstruir a ideia de que é o local que determina o conjunto de comportamentos sociais, principalmente, no que se refere às relações de vizinhança. (CASTELLS, 1983, p.125)

A existência de uma unidade ecológica particular (PARK, 1967), (o bairro, unidade de vizinhança) precisa ter limites bastante específicos para haver uma divisão socialmente significativa. Dialogando com a ideia do autor, acredita-se que os bairros de Salvador, talvez não tenham essa delimitação geográfica tão definida, porém o sentimento de pertença ao mesmo tempo pode ser um fator importante na definição das fronteiras. Assim, determinadas práticas sociais podem ter influenciado a constituição de alguns espaços, a exemplo de práticas religiosas, comerciais ou econômicas, que também podem delimitar o espaço do bairro para o desenvolvimento das diversas atividades.

Para Castells, “a cidade não é equivalência de integração social” (CASTELLS, 1983). Nesse sentido, as relações de proximidade ou distanciamento, não decorrem do local de moradia. Este autor situa como o sistema de vizinhança foi analisado em três contextos diferentes (um bairro central de Nova Iorque, a Zona periférica da mesma cidade e um Subúrbio da região) e, após ter analisado variáveis como: sexo, idade, estado civil, tempo de residência, ou origem, verificou-se a predominância das relações de vizinhança, segundo o clássico de “classe e urbano” (CASTELLS *apud* Fava, 1983). Assim, essas relações podem ser “traduzidas sociologicamente como uma subcultura social, ligada ao grupo dominante e não ao quadro espacial”. (CASTELLS, 1983, p.137)

Castells² destaca, também, análises dessa natureza em cidades latino-americanas, onde, para ele, uma zona residencial é fortemente definida do ponto de vista ecológico, citando como exemplo a cidade do Rio de Janeiro, onde a diferenciação social faz com que as normas culturais manifestem-se em inúmeros segmentos “as camadas populares mostram uma coesão e um nível mais elevado de mobilização, social e política, (...)” contrário à lei que liga a participação local ao modelo de comportamento de classe média.

Esse autor busca demonstrar que a base de determinados comportamentos está ligada, não ao espaço, como afirmavam algumas pesquisas, mas, sim, à estrutura ou classe social, associada a alguns elementos ou variáveis, como a filiação, a origem, o tamanho da comunidade, a confiança etc. (Castells, 1983, p. 137-8)

A cidade é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa de uma sociedade que chegou a um ponto de desenvolvimento técnico e social (natural e cultural). Conforme descreve Castells³, as características desta sociedade estão pautadas em um sistema político específico que permite ao mesmo tempo o funcionamento do conjunto social e o domínio de uma classe; um sistema institucional de investimentos, em particular, no tocante à cultura e à técnica e um sistema de trocas com o exterior. (CASTELLS, 1983, p. 20)

Manuel Castells publicou o clássico “A questão urbana”, em 1972, que dentro da concepção marxista-estruturalista definiu “espaço” como “um produto material, em relação com outros elementos materiais (...) que dão ao espaço uma forma, uma função, uma significação social” e que o espaço urbano seria estruturado. “É uma expressão concreta de cada conjunto histórico no qual uma sociedade se especifica”, as cidades assumem características específicas, conforme o período histórico. (CASTELLS, 1983, p.146)

Para Lefebvre (1999), em “A revolução urbana”, o processo de crescimento e desenvolvimento da sociedade urbana está associado ao crescimento industrial, identificando que o processo de crescimento econômico e industrial degrada e transforma a vida agrícola e camponesa. Destaca, ainda, a importância da noção de

² **Ibid.**, p. 137.

³ **Ibid.**, p.137-8.

“tecido urbano” denominado como: “o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo” (LEFEBVRE, 1999, p.16). Nesse processo, “o espaço urbano torna-se lugar de encontros das coisas, das pessoas e das trocas”. (LEFEBVRE, 1999, p. 22)

O referido autor, além de discutir a estrutura e desenvolvimento da sociedade, entende a cidade como o resultado da ação do Estado, que age a partir dos urbanistas, que fazem planos para as cidades e projetam o espaço urbano através de modelos hegemônicos, privilegiando os espaços, concentrando recursos em determinados ambientes, conforme a moda, mostrando uma imagem da cidade que não condiz com os traços reais. Assim, as relações urbanas e sociais tendem a se deteriorar de “acordo com a distância no tempo e no espaço que separam as instituições e os grupos”, afirmando que, a partir daí, a característica de “violência latente” é inerente ao urbano. (LEFEBVRE, 1999, p. 22)

Na Bahia, Santos (1959, p. 7), conceituou a cidade como uma “forma particular de organização do espaço...”, que “... preside as relações de um espaço maior em seu redor, que é a sua zona de influência”. Para chegar a uma conceituação mais completa, recorreu à definição de Tricart, contida no trabalho “Habitat urbano”, segundo a qual, a cidade era delimitada por suas funções, por seu gênero de vida e por uma paisagem resultante dessas categorias e do passado histórico. Para ele, a cidade deveria ser estudada em seu caráter de centralidade, em meio a uma região, e fazendo parte de uma rede urbana, na qual ocupava uma posição na hierarquia.

Na obra “O centro da cidade de Salvador”, Santos (1959) afirma que esta cidade foi planejada desde a sua fundação, a princípio, para ser a sede de Governo e com o objetivo de ser uma fortaleza. Foi estruturada para cumprir este objetivo com muralhas e portas de saída e entrada. Conforme Santos (1959), Salvador demorou a industrializar-se por conta de sua função eminentemente portuária, ocorrendo o deslocamento desta função para o Porto de Ilhéus, que modificou essa realidade, deixando-a quase estagnada por quase três séculos. A partir de 1940, um novo dinamismo modifica a fisionomia e a vida na cidade. Nesse contexto, observou-se uma contribuição significativa das correntes migratórias oriundas do campo, que podiam ser

vistas na parte central da cidade e, em momento posterior, desloca-se conforme a dinâmica.

Em sua perspectiva, Salvador é

criação da economia especulativa, a metrópole de uma economia agrícola comercial, que ainda subsiste; conservando as funções que lhe deram um papel regional e, embora penetrada pelas novas formas de vida em consequência da sua participação nos modos de vida do mundo industrial, mostrava ainda, aspectos e paisagens materiais de outros períodos. (SANTOS, 1959)

Assim sendo, o fenômeno urbano é entendido como resultado da combinação do antigo e do novo. Essa combinação nos possibilita a obtenção de visões mais apropriadas dos fenômenos sociais e das relações de vizinhança existentes na contemporaneidade e nos livramos das visões dicotômicas que predominam nas análises que opõem o rural e o urbano.

Corroborando com as descrições de Santos, Vasconcelos (2002), ao analisar as transformações e permanências econômicas e sociais na Bahia, observa alguns elementos que contribuíram para a industrialização e modernização da cidade de Salvador, através da economia que, aos poucos, reestruturou a cidade. Sobre estas transformações, Vasconcelos destaca o processo de integração inter-regional, com a inauguração da Hidroelétrica do São Francisco, que possibilitou o abastecimento elétrico das cidades do Nordeste, a fundação do Banco Nacional de Habitação (BNH), a fundação da Petrobras, em 1953, e do Centro Industrial de Aratu (CIA), nos municípios de Candeias e Simões Filho, em 1967.

A partir de 1970, o Estado implantou um moderno sistema de Avenidas de Vale, iniciando o desenvolvimento da Península, com a abertura da Avenida Luiz Viana Filho (Paralela) e o Centro Administrativo da Bahia (CAB), tendo as avenidas de vale uma especial importância, pois ligam os bairros do centro e a orla marítima. Estas transformações tiveram o Estado como um dos principais agentes no desenvolvimento da cidade de Salvador, por meio dos investimentos em infraestrutura, financiando a construção de conjuntos habitacionais através do Banco Nacional de Habitação (BNH). (VASCONCELOS, 2002)

Santos (2007), ao analisar as transformações recentes na cidade de Salvador, afirma que o processo de transformação no bairro de Marechal Rondon não pode ser visto isoladamente. O Projeto de Saneamento Integrado do Dique de Campinas (PSIDC) é parte do processo de reestruturação da cidade desde 1990. Nessa década, o Estado, por meio de pesados investimentos públicos (intervenções urbanísticas, projetos de lazer, saneamento, transporte, etc.) passou a implementar uma nova economia urbana, no sentido de aproveitar sua “vocação de cidade turística e de serviços”. (SANTOS, 2007)

Enquanto determinadas regiões da cidade tiveram investimentos e estabelecendo-se em meio a um “processo de urbaniza o acelerado e intenso”, acirrado a partir da década de 1970, a região que   o nosso objeto de análise permaneceu mais de quatro décadas sem nenhuma obra de grande porte, como ocorreu nas regiões do miolo e orla marítima (DELGADO, 2014, p. 204). S  mais recentemente, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador voltaram-se para a região, embora, haja estudos da viabilidade de estrutura viária para a área de Plataforma e Calçada, datada de 1998, realizada pela TTC Engenharia de Tráfego e de Transportes. Este estudo traz propostas de interven es viárias que projetam, entre outras a es e articula es, a liga o setorial do Dique de Campinas com a setorial de Periperi-Planalto.

Aparentemente, essas proje es foram deixadas de lado, pois o projeto de interven o atual para a área traz uma liga o que não passa pelo Dique, mas pela Estrada de Campinas, onde já está em constru o a liga o Lobato/Pirajá, que se desenvolve entre a Avenida Afrânio Peixoto, na altura das ruínas do antigo Motel Mustang, pelo Vale do Camarajipe, passando sob a Estrada de Campinas, a partir de um túnel duplo. O acesso   Esta o Pirajá será realizado no viaduto de Pirajá, por meio da obra projetada para a Avenida Gal Costa.

Ressaltando essas transforma es recentes, Carvalho & Pereira (2008, p. 82), consideram que podem não ter impacto homog neo e convergente, mas permitem demonstrar as tendências comuns que explicam as mudanças dessa conforma o urbana em Salvador, ocorridas nas últimas décadas. Para os autores, isso demonstra a complexidade da no o de segrega o e reforça o interesse de se considerar este

fenômeno, “a partir do grau espacial ou de concentração territorial das famílias pertencentes a um mesmo grupo, definido segundo critérios socioeconômicos, étnicos, ou até religiosos, entre outros aspectos”, o que aponta para a existência de grandes áreas relativamente homogêneas – correspondentes às favelas e periferias.

A concentração populacional de famílias de um mesmo grupo, segundo as grandes áreas da cidade, a nova dinâmica econômica e urbana, que incrementaram a ocupação das áreas da orla marítima pelas classes médias e altas⁴, causaram maior diferenciação em relação à ocupação das demais áreas. A partir da variável trabalho, esses autores elaboraram uma tipologia para a classificação da população residente na cidade, correspondendo às categorias, superior, média-superior, média, média popular, popular e popular-inferior⁵. Estas categorias apontam para a concentração dos estratos considerados superiores em áreas valorizadas da cidade, como a orla marítima e áreas próximas à Avenida Luiz Viana Filho (Paralela), indicando, também, por exemplo, a permanência dos chamados enclaves urbanos, como é o caso de antigas ocupações, como Boca do Rio, Nordeste de Amaralina e o Bairro da Paz⁶.

Ao analisar essas transformações recentes da cidade de Salvador, Rocha (*apud* SANTOS; FREITAS & SOUZA, 2010, p. 6) descreve, ainda, as carências de uma das mais importantes metrópoles brasileiras. Segundo Carvalho & Pereira (2008), o crescimento da demanda por moradia, dado, também, pela migração, forçou a expansão da periferia, até aquele momento, representada pelas áreas não urbanizadas, como as grandes encostas e áreas alagadiças. Isso ocorreu sem nenhuma política de orientação ou provisão de moradias para as classes mais populares.

O contexto descrito pelos autores demonstra que a população de baixa renda enfrentou grandes problemas para conseguir moradias que, minimamente, atendessem às demandas imediatas desses segmentos sociais, pois o valor dos aluguéis se elevou e mecanismos tradicionais de satisfação dessa demanda, pelas classes populares, foram inviabilizados, instaurando-se uma crise habitacional que, embora terminasse afetando diversas camadas sociais, penalizou, especialmente, as parcelas mais empobrecidas da população, para quem a “cidade urbanizada não mais oferecia

⁴ *Ibid.*, p. 86.

⁵ *Ibid.*, p. 88.

⁶ *Ibid.*, p. 88.

espaços habitacionais compatíveis com seu baixo nível ou carência de renda”. (CARVALHO & PEREIRA, 2008, p. 4)

Esse período teve como resultado o processo das ocupações populares ou espontâneas “invasões”, sendo uma das mais antigas dessas, a ocupação do Pero Vaz, que, em 1946, a partir das negociações com o poder público e resistência das famílias, conseguiu estabelecer-se. Esta realidade é descrita pela história das ocupações populares ou espontâneas. Junto a essas ações de ocupação, as transformações no sistema de transporte da cidade de Salvador, onde se deu início a um plano de crescimento urbano, na década de 40, com a constituição do Escritório de Planejamento Urbanístico da Cidade do Salvador (Epucs).

A partir da década de 1950, o descobrimento e exploração de petróleo na Bahia, em municípios que integram a Região Metropolitana de Salvador (RMS), fez com que a cidade superasse um grande período de estagnação econômica e atraso, conforme os autores. Este elemento “mudou os padrões de inserção na divisão inter-regional, passando a acompanhar o desenvolvimento, a industrialização e o avanço da urbanização do país”. (CARVALHO & PEREIRA, 2008, p. 5)

Na década de 1960, a região recebeu investimentos industriais incentivados pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, dos anos 1970 para 1980, os esforços desenvolvimentistas do governo federal para complementar a matriz industrial brasileira, com a produção de insumos básicos e bens intermediários, somados à disponibilidade de insumos e aos projetos e pressões de forças locais, levaram à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari e do Complexo do Cobre. (CARVALHO & PEREIRA, 2008, p. 5)

Os autores analisam, também, o surgimento de indústrias auxiliares às atividades das empresas e a expansão de atividades ligadas à construção civil, do comércio e da prestação de serviços. Nesse sentido, estas empresas deram uma dinâmica econômica e social na circulação entre Salvador e os municípios sede das mesmas, uma vez que movimentou setores de transporte, construção civil e o setor imobiliário⁷.

⁷ *Ibid.*, p. 5.

Ainda analisando “as cidades de Salvador”, os autores observam as transformações mais recentes do início de 2001, quando o complexo Ford instalou-se na Região Metropolitana de Salvador (RMS), trazendo consigo as montadoras de carros e mais algumas dezenas de indústrias de peças, a construção do Porto de Aratu para escoar a produção, o que gerou mais de sete mil e quinhentos empregos, superando, inclusive, as expectativas iniciais. Porém, diferente do que ocorreu na década de 1970, os empregos gerados não impactaram na estrutura produtiva e no panorama ocupacional da região, pois a maioria dos ocupados estão vinculados a atividades que não se destacam pela geração de postos de trabalho de qualidade, a exemplo do comércio, serviços e a construção civil. (CARVALHO & PEREIRA, p. 11, 2014)

Em linhas gerais, os autores buscam demonstrar que o padrão de segregação se mantém, com a acentuação das diferenças e desigualdades entre o centro, a orla marítima, o miolo e o subúrbio, ou seja, entre a cidade tradicional, a cidade moderna e a cidade precária. (CARVALHO & PEREIRA, p. 104, 2008)

A partir da análise do pensamento social, torna-se claro que a compreensão das grandes transformações econômicas e sociais é essencial para o entendimento dos fenômenos urbanos. Daí, a compreensão sobre o desenvolvimento das sociedades, os processos de urbanização, o planejamento urbano, as intervenções nas cidades e as suas implicações nas relações sociais e de vizinhança.

Embora esses conceitos tenham sido produzidos em contextos e tempos distintos, além da aproximação a determinadas escolas-teorias, acreditamos que a noção de cidade, que corresponderia a uma realidade material, uma vez que não está apenas nas pessoas, no modo de agir e de ver o outro, nas suas distintas relações e espaços, é, na verdade, a expressão da sociedade, no caso, capitalista, um espaço onde suas definições dependem de uma correlação de forças, que definirá o acesso aos bens e serviços e, conseqüentemente, “o direito à cidade”. Chegar a um conceito é muito complexo e a opção por um deles pode ter implicações e limites teóricos. Mas, uma definição que seja socioantropológica poderá se aproximar, pelo menos, momentaneamente, do conceito de cidade.

2.1 SOBRE A REQUALIFICAÇÃO URBANA

Os significados dos termos geralmente utilizados para organização ou reorganização, que são as intervenções urbanas, segundo Pasquotto (2010), em certos contextos, são utilizados incorretamente. Os três termos mais empregados são: - renovação, que implica um conjunto de ações para transformar o espaço urbano; - revitalização, que se define como “redesenvolvimento”, buscando as operações de demolição, remoção e reconstrução de uma área inteira, havendo críticas a esses termos, pois supõe-se a destruição dos laços entre os habitantes do local. A renovação urbana assume um aspecto que busca distanciar-se dos processos traumáticos de desocupar a área para renovar, demonstrando a busca por preservação de interesses históricos e culturais, e com a reciclagem cuidadosa de usos em imóveis históricos, promoção de novos usos e recuperação ambiental.

A revitalização é um termo utilizado a partir da década de 1990, principalmente nas áreas centrais de cidades europeias, com distintas implicações, tanto para o social como para a estrutura urbana, pois, a renovação expulsava os moradores, o comércio e as atividades específicas do local, processo semelhante ao que ocorreu na intervenção do Centro Histórico de Salvador e, mais especificamente, no Pelourinho, na década de 1990. A requalificação urbana seria uma nova “postura que se distancia, tanto dos processos traumáticos da renovação coletiva, como da renovação de áreas desocupadas, preservação de interesse histórico e cultural, reciclagem cuidadosa dos usos em imóveis históricos, promoção de novos usos e recuperação ambiental”. O autor até faz uma discussão sobre os usos dos prefixos “Res”, mas não define o que é a requalificação, e, embora deixe evidentes elementos que fazem parte desta ação, não conceitua o termo. (PASQUOTTO, 2010, p.145-146)

Ainda discutindo o conceito, Silva (2014) cita a Carta de Lisboa (1995) que define reabilitação como uma “estratégia de gestão, que requalifica a cidade existente, através de intervenções múltiplas, destinadas à valorização das potencialidades sociais, econômicas e funcionais, a fim de melhorar a qualidade de vida das populações residentes (...)”. Segundo a autora, essa carta entende os termos requalificação e reabilitação como sinônimos, mas traz autores que fazem uma ressalva para os dois

termos; o primeiro atua para a manutenção das características e identidades e, o segundo, não leva em conta essa manutenção da identidade, ou seja, pode ser realizado não só em centros históricos, mas em qualquer lugar da cidade. (SILVA, 2014, p. 36)

2.2 O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO EM SALVADOR

Buscando entender as transformações pelas quais a cidade tem passado na atualidade, é necessário analisar o surgimento dos centros urbanos em Salvador. O texto faz o histórico da evolução das centralidades e os impactos na mobilidade urbana. A história é utilizada para demonstrar que esta, geralmente, se repete no desenvolvimento das políticas públicas para o desenvolvimento econômico, social da cidade, trazendo contribuições ao entendimento das discussões. As autoras descrevem os três principais centros da cidade de Salvador, destacam eventos importantes para a mobilidade da cidade, entre elas, a lei que estabelecia os transportes terrestres na cidade, em 1845, que eram feitos por meio de gôndolas de tração animal. (SANTOS; FREITAS & SOUZA; 2010, p. 4)

O primeiro é o centro tradicional da cidade, data do século XVI, tendo seu ápice nos séculos XVII e XIX; citam os diversos meios de integração, que seriam os transportes automotores, bondes etc., local que concentra as atividades comerciais e financeiras, onde se localizam, hoje, uma parte do comércio popular de Salvador, bancos, lojas, e, com os incentivos, a instalação de faculdades particulares nos casarões antigos que, de certa forma, foram recuperados para o funcionamento desses estabelecimentos. Contudo, há decadência e saturação na mobilidade urbana nesta região.

O segundo, centro do Camaragibe, mais conhecido como o Centro do Iguatemi, teve sua urbanização na década de 1970, com base em alto investimento viário. Embora seja uma região com alto grau de acessibilidade, pois existem ligações com várias regiões da cidade, essa área tem vários empreendimentos como o *shopping center*, condomínios de apartamentos, bancos, clínicas, empresas e escritórios,

estabelecimentos de ensino. A autora destaca que essa alta acessibilidade tem trazido impactos internos e externos que são sentidos por toda a cidade, “uma série de impactos negativos diretos e indiretos para a região, que vão sendo sentidos à medida que se observa a densificação da referida área, traduzindo-se em restrições de mobilidade, não só interna, (...) compromete toda a cidade”. (SANTOS; FREITAS & SOUZA, 2010, p. 6 apud ROCHA 2007)

O terceiro, é o Centro do Retiro–Acesso Norte, este encontra-se em uma área privilegiada, ainda em formação, mas já existem altos investimentos públicos e privados, com as novidades no setor de transportes, com o funcionamento da Linha 1 do Metrô de Salvador, a Via Expressa Baía de Todos os Santos, condomínios, *shopping center*.

O texto traz análises das características do centro tradicional da cidade, uma delas é a falta de hierarquia nas classes, pois, naquele modelo ideal, circulavam pessoas, charretes, pessoas montadas a cavalos e carros particulares. Não havia priorização na circulação das distintas classes. (SANTOS; FREITAS & SOUZA, 2010, p. 6 apud ROCHA, 2007)

Na segunda metade do século XX, as intervenções urbanas na cidade se concentraram na, até então, zona rural, o Vale do Camaragibe ou o atual Iguatemi. O histórico das intervenções e expansões viárias na cidade de Salvador, mostrando que os Centros são planejados pelos poderes públicos, a partir de investimentos em *shoppings centers*, sinalizando a necessidade de articulação desses pontos específicos, regiões, até então, tidas como vazios urbanos. Foi o que ocorreu com as articulações com as Avenidas Antônio Carlos Magalhães e Avenida Luiz Viana Filho (Paralela).

Paralelamente à expansão da malha viária, no Vale do Camaragibe, houve a construção do Centro Administrativo da Bahia (CAB), a implantação da estação rodoviária, o que fez surgir uma série de empreendimentos no setor de serviços e comércio. (SANTOS; FREITAS & SOUZA, 2010, p. 8)

O Plano Diretor de Salvador, de 03 de agosto de 2004, reconheceu, oficialmente, a região do Vale do Camaragibe como um polo de atração metropolitana e estadual, enquadrando-o na categoria de Centro Municipal, com *status* de Centro de maior

dinamismo e potencial de negócios da cidade. Porém, a promoção de ações de transporte e de circulação, integradas ao uso e ocupação do solo, não foram realizadas, como é o caso da implantação do transporte de massa e da oferta de um sistema de transporte coletivo por ônibus de alto padrão. Traduzindo-se em consideráveis restrições de mobilidade, tanto na região, quanto externa a ela, o que compromete toda a cidade. (SANTOS; FREITAS & SOUZA, 2010, p. 11)

As autoras não problematizam a criação das novas centralidades e afirmam que estes são fenômenos urbanos, justificados pela necessidade de criação de novos vetores de desenvolvimento, que atendam a demandas social e econômica por espaços urbanos, à diversidade de atividades e à mobilidade.

O Centro Municipal Retiro-Acesso Norte nasceu pela necessidade de criação de um novo vetor de expansão da cidade, e esta foi formalizada nos Planos Diretores de Salvador, denominados PDDU 2004 e PDDU 2008, que trouxeram a nova tecnologia de transporte, o metrô, que apresenta uma nova dinâmica de deslocamentos e pode estimular novas formas de conceber o uso do solo. (SANTOS; FREITAS & SOUZA, 2010, p. 13)

Esta região fazia parte do antigo centro industrial do Retiro e desenvolve sua maior porção entre os eixos viários da Rodovia Federal BR-324 e Avenida Barros Reis. Dentro da área deste centro, estão localizados os maiores entroncamentos de tráfego da cidade, interconectando as diversas regiões pela Avenida Barros Reis e BR-324, que são Acesso Norte – Rótula do Abacaxi – Largo do Retiro. Quanto à mobilidade, a Linha 1 do Metrô já está funcionando e liga-se à Estação da Lapa, no centro tradicional da cidade, e à Estação Pirajá, região do miolo de Salvador. Nessa região, encontram-se empreendimentos como o Horto Bela Vista, com 19 torres residenciais, um *apart-hotel*, uma escola, o *shopping center* e um clube localizado na Ladeira do Cabula.

A integração entre regiões da cidade está intimamente ligada à região de Marechal Rondon, que fica muito próxima à Estação Pirajá, na qual alguns dos moradores afirmam que, em muitas situações, costumam deslocar-se a pé pela Estrada de Campinas.

De maneira mais analítica, Santos (2014, p. 53) busca discutir a requalificação da cidade, a partir das ideias de Lefebvre, de que a reestruturação urbana e da cidade

(...) é o processo determinado por continuidade e descontinuidades, estruturações e desestruturações, evoluções e revoluções no tempo, determinando uma expansão momentânea no mosaico de usos da terra – a estrutura urbana, conceito fundamentado nos pressupostos teórico-conceitual, que tem como pilar a discussão sobre o processo de urbanização.

O interessante é o destaque às continuidades e descontinuidades de tal processo, e afirma que, por isso, o conjunto de modificações no processo de urbanização determina uma expressão momentânea do/no mosaico de usos da terra,

... considerando, pois a estrutura urbana, como expressão momentânea do processo mais amplo de estruturação é redefinida não apenas pela expansão territorial ou pelo acréscimo de novos usos de solo, mas também por desestruturações, ou seja, pela destruição de formas urbanas, pela negação de usos de solo urbano antes existente, ou pela total ausência deles em parcelas dos espaços urbanos que, anteriormente, tiveram funções econômicas e/ou importantes papéis simbólicos. (SANTOS, 2014, p. 54 *apud* SPOSITO, 2004, p. 312)

Depreende-se que esta reestruturação precisa ser analisada a partir de um conjunto de ações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas na sociedade, no sentido de desvendar o jogo de interesses e os conflitos de classes na cidade.

Estes elementos estão presentes na análise do período de requalificação do PSIDC, onde, houve um primeiro momento, em que os poderes públicos buscavam a urbanização do Dique de Campinas, onde se expôs a intenção de deixar a área semelhante ao Dique do Tororó, região central da cidade e, em seguida, desistiu-se sem grandes explicações, dando ênfase ao projeto de educação ambiental, supostamente por mudanças políticas e refluxo do recurso até então disponível, porém este foi um processo marcado por lutas e mobilização por permanência empreendida pela população afetada pelas ações de despejo.

O autor defende a ideia de que o espaço é estruturado sobre o domínio dos interesses de consumo. Por isso, este se utiliza das ideias de Castells, que afirma ser o espaço a expressão da estrutura social, assim

A divisão social do trabalho manifesta-se como divisão social do território, expressão das relações sociais de produção no interior da cidade, o que significa não apenas a concentração – segregação do uso do solo residencial, mas também acesso desigual aos meios de consumo coletivo e, portanto, à

cidade não apenas como suporte para a reprodução material da força de trabalho. (SANTOS, 2014, p. 60 *apud* SPOSITO, 1991, p. 326)

Para ele, a estruturação urbana é continuamente redefinida por modificações nos constituintes sociais. Estes estão alicerçados nas dinâmicas dos deslocamentos do trabalho humano, das mercadorias e do capital. (SANTOS, 2014, p. 61)

Nesse sentido, destaca o entendimento sobre as centralidades urbanas, em que se deve partir do princípio de que são as contradições engendradas entre o consumo do/no espaço e a produção desses que, no transcorrer da história, engendra constituições de centros e centralidades urbanas. A produção de condomínios fechados e de novas centralidades urbanas, o movimento de “renovação” dos centros tradicionais, a construção de edifícios inteligentes para escritórios, como exemplo, desvelam a realidade da cidade – sua crise. Segundo ele, a crise de apropriação da cidade. (SANTOS, 2014 *apud* DOMANI, 2001)

Analisando a história da estrutura urbana, as áreas centrais adquirem funções diferenciadas, face ao surgimento de novas expressões de centralidade urbanas, as metrópoles, em geral, reduziriam percentualmente sua reprodução, atenuou-se o crescimento populacional, e, principalmente, houve expansão dos setores comerciais e de serviços, os associados às novas tecnologias e ao capital. (SANTOS, p. 64, 2014)

Para Santos (2014), o conceito de reestruturação urbana deve ser utilizado para (...) “garantir a passagem da ideia de que a organização – desorganização da cidade contém a dinâmica do próprio processo social que a determina, sendo a estrutura em cada corte de tempo do processo de reestruturação da cidade, também determinante dos movimentos seguintes do processo.”. (SANTOS, 2014 *apud* SPOSITO, 1996, p. 111)

Na visão de Santos (2013, p. 64), a estruturação, reestruturação urbana e da cidade diz respeito às ações do sujeito, que redefine a forma como o solo urbano será utilizado. Santos (2014, p. 66) destaca, ainda, que é um processo marcado por tensões entre Estado, proprietários fundiários, promotores imobiliários, e a sociedade como um todo. Nesse sentido, o estado é fundamental, pois administra e controla as ações engendradas para alterar o modo como se produz o espaço. Nesse sentido, está sob as competências do poder estadual e municipal a arte de planejar. (SANTOS, 2014, p. 67)

Para Maricato (2010), é possível citar as funções do urbanismo brasileiro, entendido como planejamento e regulação urbanística, que, para a autora, não tem comprometimento com a realidade concreta, mas, sim, a uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade, o que chamou de ideias fora do lugar, porque pretensamente a ordem diz respeito a todos os indivíduos de acordo com princípios da racionalidade burguesa. (MARICATO, 2010, p.122)

O texto apresenta, analiticamente, o processo de estruturação e restauração urbana da cidade, trazendo a experiência história e a atualidade da cidade de Salvador. Estes fatores são percebidos de maneiras distintas nos diversos “pedaços” da cidade. Na esfera do Planejamento Urbano, a proposta de regulação do espaço urbano, ou seja, a legislação urbanística implica padrões de produção do ambiente urbano construído. (MARICATO, 2010)

Ainda com relação à requalificação urbana em Salvador, a instalação do novo terminal rodoviário, no bairro de Águas Claras, às margens da BR-324, ainda segundo notícias de jornais, a construção do equipamento não foi licitada, mas está em processo de desapropriação. A área pertence a “quatro empresários” que estão negociando, mesmo que uma parte já tenha sido desapropriada para a construção da Avenida 29 de Março. Existe a previsão de lançar a licitação para a concessão de 25 a 30 anos, ainda no ano de 2017. Porém, ainda não existem projetos, mas ideias de que no complexo onde será implantada a nova rodoviária, haverá a estação de metrô de Água Claras, um terminal para ônibus urbanos e metropolitanos, e o próprio equipamento para ônibus interestaduais e intermunicipais, com 70 mil m², o tamanho total da área é 202 mil m². Ao lado da rodoviária, há uma área reservada para abrigar um empreendimento comercial.

No tocante às obras de requalificação urbana, ou o que o Governo do Estado chama de obras de mobilidade urbana em Salvador, existem grandes construções que ligam a região do subúrbio à orla Atlântica. Neste modelo, existe a ideia de integração entre as regiões da cidade, assim como a ligação da Baía de Todos-os-Santos com a orla Atlântica, que tem movimentado regiões há muito tempo esquecidas. Depois da requalificação da região do Dique de Campinas, a Ligação Lobato-Pirajá, ou Linha Azul, este empreendimento, com o túnel construído na região das ruínas do antigo

Motel Mustang, na Avenida Afrânio Peixoto (Suburbana), ligará Patamares ao Lobato, por meio da duplicação e ampliação da Avenida Pinto de Aguiar (concluída em 2014), da duplicação da Avenida Gal Costa e da implantação da via de Ligação Pirajá–Lobato. São 12,7 km de extensão, por onde estarão distribuídos 10 viadutos, 4 túneis duplos, ciclovias e pista dupla, incluindo uma exclusiva para o transporte público, integrando-se ao metrô. Aparentemente, não haveria ligação com as obras ocorridas em Marechal Rondon ou a ocorrer (é o caso da instalação dos 11 canais que escoarão as águas que evitarão os constantes alagamentos do bairro, principalmente, nos períodos de chuvas). No anteprojeto da Ligação Lobato-Pirajá, há um estudo sobre o Dique de Campinas que analisa a possibilidade de alagamentos da região do túnel, que passará em linha reta pelos bairros de Lobato, Boa Vista do Lobato, Boa Vista de São Caetano e Campinas de Pirajá.

Segundo o estudo, na fase específica de anteprojeto, não houve a necessidade de cálculos mais elaborados sobre a profundidade dos canais extravasores, mas, na fase executiva, necessitaria análise, pois, a princípio, os canais atendem com folga a vazão do Rio Camurujipe, bacia fluvial da região. Seria necessário, também, avaliar os níveis máximos de água no “Tanque do Cabrito”, que pode atingir até dois metros, em relação ao terreno natural. Ainda, conforme o documento (2013), na poligonal entre os bairros de São Caetano e Pirajá, os vetores propostos cruzam uma região de vale conhecida como Tanque do Cabrito, um “reservatório” extinto na primeira metade do século XX. Trata-se de uma lagoa artificial que adveio do represamento de águas do Rio Camurujipe, que objetivava o abastecimento das comunidades locais. (SG, 2013 p. 35)

Há, ainda, a construção da Linha Vermelha ou o Corredor Transversal 2, que ligará Paripe a Piatã, passando pela BR-324, por meio da duplicação da Avenida Orlando Gomes (já construída) e da construção da Avenida 29 de Março (obras já iniciadas). Serão 20 km de extensão, por onde estarão distribuídos 6 viadutos, pontes, calçada, ciclovia e pista dupla com 3 faixas cada; uma delas exclusiva para o transporte público.

2.3 SOBRE O PLANO DIRETOR DE SALVADOR

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador tem como uma das críticas o fato de a Prefeitura de Salvador não ter realizado reuniões e discussões necessárias às definições sobre a cidade, para a aprovação do mesmo pela sociedade, e, ainda, as sugestões e reivindicações dos distintos segmentos sociais não foram incorporadas. Nas supostas discussões ocorridas, ao longo desses 15 anos, sobre o PDDU, a “metodologia”, os estudos e as perspectivas do Plano Diretor foram apresentados a um público seletivo de empresários e políticos em um seminário, ocorrido no Fiesta Bahia Hotel, e divulgados na imprensa como “a forma mais inteligente para definir o traçado de uma cidade”. (SANTOS, 2007 *apud* SERPA, 2001, p. 156)

Embora não apareça no atual projeto de implementação das obras de ligação do Lobato a Patamares com o Dique de Campinas, conforme o PDDU de Salvador (2016), há o planejamento da duplicação da Rodovia BA-528 (Estrada do Derba), interligando à Avenida 29 de Março, na intersecção com a rodovia BR-324, com acesso ao terminal rodoviário previsto para Águas Claras, interligado ao Metrô de Salvador; há, ainda, a previsão de implementação de corredor viário estrutural a ser integrado pelas vias Coutos, Vale do Paraguari (Periperi), Avenida Mané Dendê, Dique de Campinas e Lobato.

2.4 O PROJETO DE SANEAMENTO INTEGRADO DO DIQUE DE CAMPINAS

Diante da poluição e o assoreamento do “Dique do Cabrito”, os órgãos governamentais propuseram algumas diretrizes, objetivando as melhorias sanitárias na área da Bacia do Dique:

- a) Realizar a dragagem do dique, a fim de tornar possível sua despoluição e utilizar seu potencial aquífero.
- b) Construir a rede de microdrenagem, a fim de direcionar a captação das águas pluviais.
- c) Implantar o interceptor do programa de esgotamento sanitário Bahia Azul e interligar as redes já existentes.

d) Construir equipamentos de lazer no local, tais como: parques infantis, pista de *cooper*, ciclovia, praça de ginástica com diversos aparelhos, campo de futebol de terra batida, quadras poliesportivas, praça cultural com espaços para *shows* e eventos, *decks*, rampas, escadarias com acesso ao espelho d'água.

e) Construir uma estrada, passando pelo Dique em forma de anel viário, a qual seja parte “integrante do sistema viário arterial da cidade, constante do Plano Diretor”, com os objetivos de impedir novas ocupações, servir de corredor rodoviário para os ônibus, que deixará a população do Subúrbio Ferroviário na estação do metrô, em Bom Juá, e “servir como via de serviço do emissário da Embasa”. (SANTOS, 2007, p.101 *apud* SEPLAM *et al* 2002b)

A implantação e desenvolvimento das ações propostas para as obras do Projeto de Saneamento Integrado do Dique demonstraram, de certa forma, a falta de traquejo com as comunidades diretamente envolvidas no projeto. Ele iniciou em 2002 com “final” em 2010, mas manteve-se a ideia de que ainda haveria remoções até o mês de julho de 2016, quando as 7 famílias/residências que ficavam ao lado da pista de passagem para o bairro de Alto do Cabrito foram indenizadas e assinou-se os termos para a desapropriação.

Segundo documentos disponíveis, promove um amplo trabalho de discussão e participação das comunidades envolvidas, mas isso pode ter ocorrido apenas em um dos bairros, o Alto do Cabrito, questões que envolvem até hoje as lideranças desta localidade, não só nas discussões, mas também nas estratégias para superar os problemas com os distintos segmentos dos bairros. A apresentação do projeto em reunião fechada, no bairro do Alto do Cabrito, só ocorreu após as marcações feitas nas casas, juntamente com as ações de intimidação dos moradores, por meio dos representantes das instituições públicas responsáveis pela execução das obras, o que instaurou conflitos entre o poder público, as comunidades envolvidas e até mesmo entre os próprios moradores devido à diversidade de situações e de interesses, existentes em Marechal Rondon, Alto do Cabrito e Bela Vista e Boa Vista do Lobato, bairros envolvidos na requalificação da área do entorno do “Dique de Campinas”.

Na eminência de perda de suas residências, os moradores se uniram contra a dinâmica de execução do projeto para reivindicar o direito de participar do

planejamento, da urbanização e da gestão do referido projeto, já que, naquele momento, não existia consenso nem mesmo na adoção do nome do local, pois, segundo a história das lagoas, o nome seria Dique de Campinas, por conta da Estrada de Campinas de Pirajá, mas, no projeto, convencionou-se chamar de Dique do Cabrito. Segundo o diagnóstico, foi dado esse nome por conta da história de lutas acirradas no Alto do Cabrito, no decorrer da Independência da Bahia, porém, Santos (2007) discute que esta foi uma das estratégias para valorizar o bairro em questão, onde as atividades das assistentes sociais e outros serviços de informação estavam alocados.

Segundo umas das assistentes sociais, responsável pela gerência dos serviços da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), senhora Walquíria Meireles de Medeiros, o Alto do Cabrito fazia parte da Poligonal, ou seja, uma convenção que define os limites de certas ações e, de acordo com avaliações de campo, pode ser reavaliada e redefinida, como no caso de Marechal Rondon que estava fora desses limites, conforme lembrou dos momentos de conflitos entre os moradores e a equipe responsável pelo trabalho de educação ambiental e negociações das condições de relocação, que, a princípio, era de responsabilidade da Prefeitura de Salvador, por meio do Instituto Brasil, ONG contratada para a execução desses serviços que duraria 3 meses, processo que se prolongou e foi transferido para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder).

O desenrolar dos conflitos ocorreram, também, por causa das distintas inserções e participações no projeto, uma vez que a maioria das famílias a ser removida estava localizada em Marechal Rondon, e soubera das notícias sobre suas casas quando os agentes da Prefeitura Municipal de Salvador, por meio de seus representantes, pintaram as casas com cores e números diferentes, o que representava o cadastro de supostos dados das famílias e dos domicílios, mas havia um desconhecimento por parte dos moradores do bairro, até então excluídos daquele processo.

A condução dos trabalhos de pesquisa para um perfil das comunidades e cadastro dessas famílias levou em consideração que o Dique era um bairro, mas este tem, em seu entorno, diversos outros bairros. Dessa forma, as famílias que seriam diretamente atingidas com a relocação não sabiam o que estava sendo feito e a Prefeitura acreditava que estava fazendo um trabalho social, realizado, a princípio, com

segmentos da população dos bairros de Alto do Cabrito, Bela Vista e Boa Vista do Lobato, moradores que viam naquele projeto a possibilidade de valorização das suas casas, uma vez que as supostas ocupações irregulares ou “invasões” seriam retiradas do bairro, haveria melhorias na pavimentação, esgotamento sanitário, equipamentos de lazer e integração entre regiões, através de uma pista que seria construída no local das 415 casas, obra que também serviria para conter novas ocupações “irregulares”.

Esse é o tipo de intervenção urbana, que exige um diagnóstico socioeconômico e ambiental; contudo, a pesquisa realizada nas comunidades apresentou alguns problemas, uma vez que não levou em consideração as distintas necessidades e interesses das diversas comunidades envolvidas, por exemplo, a comunidade de Marechal Rondon, onde se localizavam 2/3 das casas a serem demolidas. Muitas dessas não eram cortiços ou casebres, como diziam os parâmetros considerados para expulsar as famílias, ou seja, os interesses das famílias que não estavam com suas casas na área do Dique, com as construções com boa estrutura, com até 3 pavimentos e, às vezes, até com acabamento em cerâmica. Essa é a realidade da maioria das casas envolvidas naquele momento, e que não poderiam ser classificadas como casebres, apesar de trazer dados estatísticos das comunidades.

Segundo a nossa interpretação, o diagnóstico não evidenciou os dados de Marechal Rondon, um dos bairros que tinha a maioria das casas que seriam removidas das margens do “Dique do Cabrito”. Afirmou-se, no diagnóstico e no próprio projeto, que seria um espaço participativo e que a gestão do mesmo seria realizada pelas comunidades; porém, as evidências mostram que os verdadeiros interessados não participaram do referido processo.

Na teoria, afirmava-se que existiam 709 casas em torno do Dique, mas não se distinguia quais os quantitativos dos distintos bairros nem mencionaram que seria necessário remover 300 famílias. Quanto ao quantitativo, há contradições, pois o estudo do Nepol (2004), afirma que havia a intenção de “remover 270 casas no entorno do Dique”, para a implantação da tubulação do Programa Bahia Azul e para a construção de uma pista em forma de anel viário, mas, na prática, marcaram-se 415 casas. As controvérsias existentes ocorreram, certamente, pela falta do projeto, com os

dados, por isso a divergência no quantitativo ocorreu, a partir das informações desconhecidas presentes em apresentações do projeto. (NEPOL, 2004, p.142)

No referido documento, em momento algum, cita-se a quantidade de ruas que seriam extintas e em quais bairros. Segundo registros da Conder, este reservatório, com, aproximadamente, 74.000 m² é formado por duas lagoas norte e sul, margeado por comunidades como Marechal Rondon, Boa Vista do Lobato, Bela Vista do Lobato e Alto do Cabrito. As ações do projeto estavam associadas à instalação de interceptores do Programa Bahia Azul, por meio da Empresa Baiana de Saneamento (Embasa).

Como pode ser evidenciado, o quantitativo da população em questão também apresenta controvérsias, pois, afirma-se que, no ano 2000, eram 20.295 habitantes em Marechal Rondon, no Lobato, 22.516, Boa Vista do Lobato com população de 7.970 habitantes. (IQUALI, 2002, p. 5). Mas, segundo a pesquisa realizada que analisa e mapeia as bacias hidrográficas, fontes e bairros de Salvador, Marechal Rondon possuía população de 19.262 pessoas, Alto do Cabrito, 15.997 pessoas e não houve registros dos outros dois bairros que circundam o Dique. Para o autor da publicação “O Caminho das Águas”, o reservatório está margeado por três bairros: Alto do Cabrito, Marechal Rondon e Pirajá. (MORAES, 2010, p. 90-1)

Por não se identificar com as características do diagnóstico apresentado no Projeto de Saneamento do Dique, a Comissão de Moradores formulou um contradiagnóstico para desconstruir as ideias e dados que se referiam a realidades que estes moradores do Marechal Rondon desconheciam, pois os dados apresentados se referiam, quase sempre, aos bairros de Alto do Cabrito, Boa Vista do Lobato, Bela Vista do Lobato e, não especificamente, às comunidades diretamente envolvidas e afetadas pelo Projeto de Saneamento do Dique.

Os fatos demonstraram que as pessoas diretamente envolvidas nas remoções de suas casas não participaram do diagnóstico, e a análise demonstra uma visão errônea sobre as comunidades, pois, toma-se como geral o que foi observado em algumas casas, em algum bairro que não foi declarado, afirmando-se que “(...) não existe saneamento, água e luz só se for de gato. As casas são pequenas, ou mais precisamente, barracos apertados, nos finais de semana, quando todos estão em casa,

alguns precisam ficar na rua, pois, não há lugar para todos na casa.”. (IQUALI, 2002, p. 21)

A Comissão de Moradores procurou demonstrar as colocações descabidas e o preconceito exacerbado quanto às famílias que residem nas distintas comunidades, e tal fato, pode ter contribuído para a abordagem desastrosa que fizeram em relação às famílias. Os argumentos dão a entender que estas não são capazes de compreender as complexidades do planejamento e execução da requalificação do Dique, por isso, aparentemente, convidou-se parte das lideranças de algumas comunidades como representativas de todos os bairros, porém, mesmo com as distintas realidades, ainda predomina a ideia de que esta pode ter sido uma estratégia, pois a maioria das famílias, na parte de Marechal Rondon, não foi convidada a participar do processo, as casas, em sua maioria, possuem excelente estrutura e o uso de dados que não refletem a realidade rebaixaria os valores das indenizações, configurando-se, segundo o contradiagnóstico uso de má-fé pelos poderes públicos envolvidos.

O contexto socioeconômico descrito no projeto não encontra correspondência na realidade de Marechal Rondon, onde os dados e a qualificação das casas contradizem, inclusive, o que está descrito nas tabelas de dados censitários, em que 78,3% da população entrevistada é abastecida pela rede oficial da Embasa e 89% utilizam o serviço da rede elétrica oficial; apenas 8% utilizam “gato de energia” e 7% não contam com o serviço. (IQUALI, 2002, p. 25)

Apesar de descrever por meio dos dados que o local tem a maioria das residências atendida pela rede oficial de energia, fornecimento de água e coleta de lixo, percebe-se que, nas ruas, os caminhões compactadores não passam em algumas ruas com asfaltamento ou escadarias drenantes. Afirma-se que a “infra-estrutura e serviços urbanos são quase inexistentes, trazendo consequências prejudiciais à qualidade de vida da população”. (IQUALI, 2003, p.11)

A resistência dos agentes em convidar as lideranças de Marechal Rondon evidencia o interesse em retirar a maioria da população sem discutir ou sequer explicar o que efetivamente ocorreria com estes e, quando segmentos do bairro tentavam assistir às reuniões, afirmava-se que eles estavam contra as ações do projeto. Quando, na verdade, todos buscavam as melhorias da urbanização e saneamento do Dique,

mas gostariam de participar, sugerir e influir nas ações que mudaria a estrutura dos bairros e, até mesmo, suas vidas.

Por outro lado, a metodologia utilizada a partir do diagnóstico pressupôs uma homogeneidade, conforme a pesquisa realizada em 300 residências sem utilizar a proporcionalidade correspondente, ou seja, a maioria das famílias entrevistadas deveria ser as de Marechal Rondon, por ter a maior parte das casas no entorno da orla do Dique. De fato, a descrição dos dados socioeconômicos de uma parte das famílias envolvidas encontra-se mesclada com dados dos bairros que não estão diretamente localizados no raio das ações de requalificação; portanto, não identificou as distintas realidades localizadas no entorno das Lagoas. O diagnóstico não retrata as estruturas das casas de Marechal Rondon, assim como os dados socioeconômicos destas famílias. Fatos que evidenciam uma possível estratégia dos poderes públicos envolvidos para a realização do projeto, sem resistência, utilizando o elemento surpresa e quando houve resistência, a força policial e as ameaças tornaram-se evidentes, coibindo a ação das lideranças do bairro de Marechal Rondon.

Por fim, no diagnóstico, as famílias são consideradas como ameaças ao Dique, considerado um manancial que precisava ser revitalizado, uma vez que identifica os esgotos residenciais como principal elemento de poluição das lagoas, sem, contudo, abordar que existem indústrias que sempre depositaram resíduos no leito das águas, os próprios poderes públicos municipal e estadual também canalizaram os esgotos via tubulação das "manilhas", construídas na década de 1980 no Dique. Esclarece, também, que o início das obras de esgotamento sanitário, em Marechal Rondon, só começaram em setembro de 2001, por meio do Programa Bahia Azul. (CMD; CCMR, 2003)

Segundo o contradiagnóstico (2003), a principal fonte de poluição são as empresas que ficam em áreas próximas aos bairros e canalizam seus dejetos para o Dique. A poluição por agentes químicos foi omitida pelo diagnóstico, uma vez que a lasa – indústria de azulejos, a empresa de ônibus Novo Horizonte e a Companhia Industrial de Vidros – todas têm esgotamento canalizado para o reservatório e em nenhum momento foram citadas. (CMD; CCMR, 2003, p. 28)

Dados constatados pela pesquisa sobre as bacias hidrográficas, fontes e os bairros de Salvador, na publicação “O caminho das águas” afirma-se que “Devido ao lançamento de efluentes de esgotos domésticos e industriais, o Dique encontra-se, atualmente, com um alto índice de degradação ambiental (...)”. (MORAES, 2004, p. 90)

A omissão desses fatos coloca as residências como únicas responsáveis pela poluição do local, por isso a proposta de educação ambiental foca suas ações nas populações residentes, assim como justifica a expulsão das famílias em nome da despoluição do manancial. No diagnóstico socioambiental, onde se descreve as ações necessárias à proposta de educação ambiental, afirma-se que “(...) a construção de uma consciência ambiental da população visando atingir a conservação do ambiente antrópico, repensar a transformação de comportamentos e atitudes, visando o desenvolvimento de uma cultura ecológica (...)”. (IQUALI, 2003, p. 30)

Quanto a este aspecto, a Comissão de Moradores contraria o diagnóstico e demonstra que não seria a “despoluição do Dique que retiraria as casas, mas a construção de uma pista que não foi discutida com ninguém”. (CMD, 2003, p. 24)

As intervenções do Dique têm, aparentemente, a justificativa de que são necessárias obras de infraestrutura e saneamento, suas ações têm como premissa as ideias de que

(...) os novos projetos habitacionais devem incorporar a ideia de melhores condições do habitar no meio urbano – o direito à cidade e à cidadania... além das benfeitorias materiais”, contudo, a formatação das casas pré-moldadas, para quem tem espaço amplo, deixa a desejar, uma vez que não atende as necessidades desta população. (IQUALI, 2003, p. 24)

A Comissão de Moradores considerou que a forma como as comunidades foram retratadas no diagnóstico não podem ser vistas como simples equívoco, pois a justificativa do projeto fundamenta-se em publicações do ano de 1944, – em que se utilizam, inclusive, de leis para legitimar suas ações de expulsão daquela população. Segundo o diagnóstico, o “Epucs – Escritório de Planejamento e Urbanismo da Cidade de Salvador – decreto Lei Municipal nº 347, de 1944, estabelecia normas para a extinção de habitações do tipo Mocambo, cortiço ou casebre.”. (IQUALI, 2003, p. 24)

Afirmou-se que os moradores do entorno do Dique caracterizam-se por serem, “predominantemente, pobres e sem atendimento da rede oficial de esgoto e abastecimento de água, morando em condições insalubres, expostas a doenças infectocontagiosas (...) escavam encostas para ampliar suas casas (...) provocando instabilidades, (...)”. (IQUALI, 2003, p. 26)

O Projeto de Saneamento Integrado do Dique de Campinas, portanto, insere-se neste contexto de transformações e, aparentemente, nessa região da cidade, tem-se o objetivo de integrar as estações do metrô, juntamente com a urbanização e valorização de lotes nos bairros por onde as mesmas passam. O processo de realização desses projetos traz consigo uma série de ações, que nem sempre visa ao bem-estar das populações diretamente envolvidas e, muitas vezes, estas são excluídas dos benefícios. Podem ter os mesmos efeitos causados pelos investimentos ocorridos na década de 1970, que são as construções de conjuntos habitacionais, venda de terrenos mais valorizados, financiamentos habitacionais, fortalecimento do turismo, o que faz com que a cidade exerça sua vocação turística, enfim, ações que trazem grande retorno aos investimentos realizados.

Tais intervenções visam à diminuição do tempo gasto para a integração entre uma região e outra. Santos (2007), ao analisar os projetos para essas regiões da cidade, descreve uma projeção de obras para a região do Subúrbio que, além da despoluição e requalificação do Dique do Cabrito-Campinas, realizaria, também, a Enseada dos Tainheiros, que estava em construção, e contava com um conjunto de ações e obras que, de certa forma, poderia beneficiar as comunidades envolvidas, com a construção de casas e da Pista da Borda da Enseada dos Tainheiros, ligando Plataforma à Ribeira, ação que, aparentemente, encontrava algumas barreiras, com as intervenções em curso, mas não foram concluídas as obras da Borda da Pista na área de São João do Cabrito (região do Boiadeiro) pelo Programa Ribeira Azul.

A ideia que predomina é a da acessibilidade, a integração entre as diversas partes da cidade, elementos que diminuem distâncias e tempo de acesso à cidade, fato que poderia melhorar e, até mesmo, permitir o tão sonhado “direito à cidade” para os segmentos que saem de seus bairros para chegar, por exemplo, ao centro, com muita dificuldade. Salvador vive um momento de intensas intervenções que buscam, não só a

integração entre as distintas regiões da cidade, mas também faz com que a cidade consiga exercer sua vocação turística.

Enquanto determinadas regiões tiveram investimentos e estabeleceu-se um “processo de urbanização acelerado e intenso”, acirrado a partir da década de 1970, a região que é o nosso objeto de análise ficou mais de quatro décadas sem nenhuma obra de grande porte, como ocorreu nas áreas do miolo e da orla marítima. (DELGADO, 2014, p. 204)

Só mais recentemente, o Governo do Estado da Bahia e a Prefeitura Municipal de Salvador voltaram-se para a região, embora haja estudos da viabilidade de estrutura viária para a área de Plataforma e Calçada, datada de 1998, realizada pela TTC Engenharia de Tráfego e de Transportes. Tal estudo traz propostas de intervenções viárias que projetam, entre outras ações e articulações, a ligação setorial do Dique de Campinas com a setorial de Periperi-Planalto.

O estudo da cidade e das intervenções urbanas é de suma importância, pois, nesse contexto, encontra-se uma diversidade de relações e, além do mais, o “bairro é o lugar do vivido”, local no qual, depois do trabalho, passa-se a maior parte do tempo. É aí que podemos encontrar a importância das redes de vizinhança e parentesco.

Demonstrando o modo autoritário da intervenção, os prazos dados para a retirada dos moradores e “ordens” de desocupação, geraram mobilizações de moradores em busca de seus direitos de participar do processo de intervenção do projeto citado, elaborando solicitações via ofícios junto à Secretaria Municipal de Planejamento, Ciência e Tecnologia (Seplantec), à Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente (Seplan), Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, além da Secretaria de Habitação (Sehab), para obter informações sobre o projeto, assim como articulações com grupos que tinham experiências com as lutas por moradias, como as ONGs para assessoria popular, a exemplo do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas).

Esses movimentos de articulação e mobilização ocorreram dentro do próprio bairro, nas ruas principais e travessas, ultrapassando os limites das ruas de Marechal Rondon e chegando ao Alto Cabrito. As mobilizações chegaram à imprensa local, que deu cobertura aos atos realizados pelos moradores, que enfrentaram momentos tensos,

com a intervenção da força policial, inclusive, ameaçando as famílias para que elas saíssem, pressionando com tratores que derrubariam as casas e a presença das assistentes sociais que tentavam convencer sobre o poder das autoridades envolvidas, não havendo o que fazer, a população “precisava aceitar as condições oferecidas, porque eram justas”. As informações obtidas indicavam que as indenizações seriam de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) a R\$ 12.000,00 (doze mil reais), mas os moradores consideravam que com estes valores não comprariam outra casa, morariam de aluguel ou aguardariam o término da construção do conjunto habitacional com estruturas pré-moldadas, tratando-se de uma proposta repudiada pela maioria dos moradores, que se protegeram dentro de suas casas, ou resistiram às ameaças, mesmo diante das possibilidades de prisão por desacato à autoridade.

3 FAMÍLIA E PARENTESCO

Embora o conceito de família não seja central para esta análise, alguns conceitos e teses serão úteis para a abordagem proposta. Nesse contexto de transformações sociais e urbanas, as relações de família e de vizinhança têm sofrido alterações constantes ao longo da história, ao ponto de alguns estudiosos afirmarem que essas relações estão chegando ao fim no espaço urbano. Há outros que consideram que só há lugar para este tipo de relação: o mundo rural, e os que afirmam que, apesar dessas transformações, ainda há espaços para as relações de vizinhança na vida urbana apesar das transformações.

Ainda que os autores demonstrem que esta é uma discussão complexa, Cristina Bruschini (1989), propõe uma análise sobre estes à luz dos principais autores, expondo seus alcances e limites. Segundo a autora, a partir da década de 1950, essas pesquisas predominaram no pensamento funcionalista, tendo como destaque Talcot Parsons, que definia esse conceito como uma agência socializadora, cuja função estaria na formação da personalidade dos indivíduos. Esta seria vista como um pequeno grupo de tarefas, no qual seus membros desempenham papéis altamente diferenciados. (1989, p. 2). Embora, neste debate, Karl Marx não tenha grandes contribuições, apesar das lacunas, a família estaria definida a partir de suas relações com o sistema de produção e reprodução humana. (BRUSCHINI, 1989)

A autora destaca, ainda, a vertente da Escola de Frankfurt, tendo como representantes Adorno e Horkheimer (1966, *apud* Bruschini, 1989), que também consideravam a família como agência socializadora e formadora das personalidades, assumindo um papel crítico em relação ao funcionalismo, pois, criticavam o papel conservador deste grupo social e o elemento de dominação presente na figura paterna. Esta funciona como mecanismo de internalização da submissão e apreensão da relação burguesa com a autoridade, e a família é o mecanismo de adestramento social da criança, embora possa, também, se converter no local de oposição à tirania. (BRUSCHINI, 1989, p. 3)

A autora aborda, ainda, a literatura antropológica em que a família, tal como a conhecemos, não é uma instituição natural e assume configurações diversificadas em torno de atividades biológicas e de reprodução, a depender das sociedades ou dos momentos históricos. A antropologia conceitua o termo família como “grupo de indivíduos ligados por elos de sangue, adoção ou aliança socialmente reconhecido e organizado em núcleos de reprodução social”. (DURAN *apud* BRUSCHINI, p. 4, 1989). Na antropologia, as definições apresentam elementos comuns, como as regras proibitivas de sexo entre parentes próximos e de controle da sexualidade feminina. (BRUSCHINI, 1989)

O estudo das famílias de segmentos populares pode nos indicar elementos que configuram suas condições de vida, suas estratégias de sobrevivência, assim como os reflexos de transformações bem mais amplas nos arranjos familiares. Para a compreensão da noção de família, faz-se necessária uma discussão sobre valores, relações e transformações. Diferentes autores têm demonstrado que essa noção ou relação não é fixa e inerte no tempo e no espaço, propondo analisá-la como um processo e, como tal, a família encontra-se em constante transformação e reestruturação. Assim sendo, não pode mais ser vista apenas como um grupo formado por pai, mãe e filhos.

Woortmann (1987), ao pesquisar sobre as famílias no bairro de Lobato, subúrbio de Salvador, contextualiza as definições de família e grupo doméstico, preocupando-se com as práticas e experiências do grupo estudado, por isso mesmo, busca distinguir “o ideal” e a “prática”, e, embora não defenda vários tipos de famílias, afirma que é necessário observar de que família se fala, se das classes médias e altas ou das famílias de classe trabalhadora, pois, nesse segmento, há um modelo, mas que este é flexível e se adapta às práticas e experiências, ou seja, existem peculiaridades e características conforme o segmento social analisado.

Segundo esse autor, os conceitos de família e grupo doméstico definem, inicialmente, o que entende por grupo doméstico, que seria composto por “famílias”. Nesse sentido, o domicílio é utilizado como referência para discutir ou definir outro conceito. Na cultura brasileira, seria uma “virtude moral”, nesta análise, a casa, como espaço físico, pode se confundir com a noção de família. Ele destaca que, no cotidiano,

o ideal de família é inteiramente diferente em relação aos padrões de classes. (WOORTMANN, 1987, p. 58)

O autor destaca a existência de um modelo ideal, mas que, no plano das práticas, existem modificações e adaptações, dadas por dois fatores: a seletividade, comum em todos os sistemas de parentesco ocidentais, que consiste em que cada um inclui ou exclui de sua família alguns indivíduos com base em preferências pessoais; e a matrifocalidade, que, se não for específica, é, segundo o autor, mais acentuada entre os pobres.

A partir do contexto sociocultural, ele aponta, ainda, a ambiguidade desse conceito, mas para fins analíticos distingue “família doméstica” enquanto “o grupo de parentes e seus dependentes” e família extensa como grupo o conjunto de parentes, primariamente consanguíneos, que constituem o círculo interior de uma rede de parentesco.” (1987; p. 60) Nessas definições é que para o autor não existe uma multiplicidade de “tipos”, mas, um modelo que pode ser flexível e que permite a realização de distintas soluções relacionadas à “qualidade de vida”, diante de determinadas situação de classe e ao ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico.⁸

Para este trabalho, considera-se importante o *status* que Woortmann deu ao aspecto que, do ponto de vista da ajuda mútua e da sociabilidade, vizinhos e amigos poderiam ser analiticamente considerados como equivalentes das relações de parentesco. Mesmo com os achados do grupo estudado, que destacavam a amizade e a vizinhança alternativas inadequadas.⁹

O caso do senhor Antônio pode ilustrar a situação, pois que, diante das necessidades e escassez de recursos, ele foi abrigando os filhos casados em casa, e, quando estes conseguiram construir suas casas no terreno de sua casa, segundo ele, já repartiu tudo aos 6 filhos e a casa principal, e, com a requalificação do Dique, foi necessária a remoção das 7 casas. Após a negociação, que durou mais de 14 anos, quando, para sair da casa, nas proximidades do Dique, as famílias precisaram fazer um arranjo diferente para aceitar a baixa proposta feita pela Conder e pela Prefeitura de Salvador, e se uniram para aumentar o valor das indenizações. Então, resolveram que

⁸ *Ibid.*, p. 61.

⁹ *Ibid.*, p. 62.

fariam um prédio com quatro pavimentos, pois, não teria recursos para pagar 4 terrenos em Marechal Rondon. Com o dinheiro recebido, daria para construir as casas dos 3 filhos, já casados, que preferiram não sair do bairro onde moram há mais de 30 anos. Segundo ele, os netos costumam ficar em sua casa enquanto seus pais trabalham e só vão para casa à noite; fazem todas as refeições nessa residência.

Eles compraram um terreno na Rua Antônio Calixto, fica bem próximo das antigas casas, um lugar mais resguardado, pois se queixavam dos riscos de ficar em frente ao Dique, na passagem dos carros que seguem para o bairro do Alto do Cabrito, e, só por isso, aceitaram sair, pois, às vezes, os carros passavam com velocidade e poderiam perder a direção e cair em sua casa. Sendo assim, verticalizou a construção para articular o baixo valor da indenização, assim como a falta de terrenos e que o recurso disponível pudesse pagar na localidade. Por isso, juntou o referente às casas de 3 filhos e a dele para comprar o terreno e fazer a construção do prédio. Os outros encontraram casas no bairro Alto do Cabrito e na Rua São Jorge, em Marechal Rondon. Segundo o senhor Antônio:

(...) todo esse tempo, mas agora estamos saindo, o que eles me deram foi uma mixaria, e desde 2002 que estamos aqui na luta! (...), pra agora me dar 38.596,00, agora, aonde é que tem casa aqui pra isso? O que encontramos foi dentro das “bocas de fumo”, as pessoas querendo se livrar. Eu vou lá fazer o quê? Nas “bocas”, a gente achou casa de 15 a 20 mil. Então, o jeito foi pegar uma casa toda “derrubada” por 40 mil, pra gente construir e, no dia 13 de setembro de 2016, entregar as antigas casas a eles (Conder). Só negociei por que aqui está muito perigoso, no sentido dos carros que descem essa ladeira (a casa fica em frente à ladeira, íngreme).

O que se pode constatar nas negociações, foi o fato relativo às baixas indenizações, como afirma o senhor Antônio, que não possibilita a aquisição de espaço semelhante, e, segundo o mesmo, já teve situações do carro descer sem controle e eles ficaram com receio do carro parar dentro de sua casa.

... não terá quintal, a área é menor, que a casa onde mora hoje, a área era grande, mas passei tudo para os meninos que foram casando ..., por isso a Conder e a Prefeitura indenizou a todos e cada um está comprando suas casas ... São sete casas, um já comprou lá no Cabrito, um na rua São Jorge, eu vou levar três filhos comigo, vamos fazer 3 andares para eles, e a gente fica na parte de baixo por causa das escadas.

Woortmann define família como o conjunto mais importante de consanguíneos, que opera com base em certos princípios que são os principais organizadores da família doméstica, esta se organiza, segundo os princípios da solidariedade conjugal, ou de casamento; de filiação, e de irmandade, estes dois últimos princípios são projetados na própria família. (WOORTMANN, 1987, p.161)

A partir desses fatores, pode-se definir o conceito de “família real”, ou no contexto, que é o conjunto socialmente significativo de parentes, depende em alto grau de fatores circunstanciais e da seleção pessoal, mais que regras fixas, elas podem ser encolhidas ou estendidas por critérios pessoais. (WOORTMANN, 1987, p. 168)

Sugere-se, então, que o contexto pode indicar redefinições a partir das práticas, que podem diferir do discurso ou do ideal. Assim, para o autor, a expressão “uma mão lava a outra” significa a reciprocidade e, a partir dos discursos, ele afirma que há um princípio geral de obrigação implícito nos laços de “sangue”, mas obrigações devem ser recíprocas se a solidariedade de parentesco se mantiver. Segundo a análise, não se espera de quem recebeu um favor que se pague tal favor imediatamente, mas quando se presta um favor, tem-se um crédito a ser utilizado quando necessário. O sistema de trocas existente na rede de parentesco segue a questão da proximidade, ou seja, segundo os achados do autor não se pede um favor a um parente que nunca se viu, isso deixaria a pessoa “encabulada”.¹⁰

Um fato importante é que, nessas trocas, não existe um cálculo de dívida explícito, mas as pessoas trocam favores porque “parente é para isso mesmo”. Segundo o autor, os homens costumavam acionar essas redes de favores para obtenção de trabalho, pois, geralmente, na localidade pesquisada, a maioria dos homens era migrante, por isso o ajustamento na cidade podia implicar certas dificuldades, que poderiam ser superadas com a ajuda de parentes. (WOORTMANN, 1987, p.196)

Por meio de uma expressão curiosa, que é a ideia de uma “reciprocidade generalizada”, para indicar ajuda altruísta de parentes mais distantes, preferia-se recorrer aos parentes incluídos no rol da família. Esta expressão pode ser utilizada, também, nos casos em que os vizinhos não esperam ou não recorrem a qualquer um

¹⁰ **Ibid.**, p. 195.

ou a todas as pessoas tidas como vizinhas, por morar no mesmo bairro, ou porque se cumprimentam no dia a dia, mas, trocam favores com pessoas com quem possui intimidade e experiências de confiança. Portanto, segundo as entrevistas realizadas em Marechal Rondon, elege-se um a três vizinhos que, supostamente, merecem e já reverberam que estão disponíveis e dispostos a ajudar sempre que necessário.

Woortmann traz como tese que as mulheres exercem o papel das relações e aproximação das redes de parentesco são tidas como “as articuladoras do parentesco”. É curioso, segundo o autor, poder haver “relação entre a ideia de que família doméstica é assunto de mulher”, esta questão coloca a mulher em um papel central. Nesse sentido, é possível observar que as mulheres também são responsáveis por articular e aproximar os filhos dos seus parentes, por isso mesmo, afirma-se que, geralmente, os filhos são mais próximos dos parentes da mãe. Este *status* também corrobora com a ideia de que as mulheres se articulam mais e de maneira peculiar com a vizinhança. (WOORTMANN, 1987, p. 180)

Sabe-se que existem críticas sobre a centralidade feminina nessas relações, por se afirmar que, nos bairros, as relações não ocorrem de maneira tão unilateral. (HITA, 2014)

A partir da análise dos papéis do gênero no grupo doméstico, em uma família tradicional e hierárquica, observa-se que o esperado é que o homem estivesse à frente do provimento e manutenção econômica da família, assim como este deveria resistir aos intentos do poder público em desapropriar – derrubar as casas. No entanto, as mulheres do bairro foram quem tomaram a frente neste processo. Dessa maneira, as mulheres envolvidas nas lutas de resistência enfrentaram as pressões externas, tanto da Conder como da Prefeitura, com todo o aparato da força utilizada por tais instâncias, assim como dos próprios maridos/companheiros que viam, nessas atividades, as faltas no seu suposto dever em servir à família, com as atividades domésticas, tomar conta dos filhos, principalmente os mais novos.

Embora para Woortmann os papéis na unidade doméstica não seja estáticos, os relatos demonstram que espera-se ações dos homens, que estão vinculados às hierarquias, ao mundo da rua e às mulheres teriam como espaço de ação em casa, e, nesse sentido, esse grupo de mulheres, que estiveram na vanguarda no início desse

movimento, que saía de casa, sem tomar conta dos supostos afazeres domésticos e de mãe, causava conflitos e desavenças dentro de casa. O depoimento mostra que a mulher, buscando a manutenção do direito de morar, contestou o marido que estava contra a resistência, de maneira ideal, afirmava que era o “homem da casa quem devia dar as orientações”, uma vez que ele mantinha economicamente a família. O autor relaciona a autoridade com a inserção masculina, especificamente do cônjuge masculino no mercado de trabalho. As decisões nesse tipo de família costumam ser do homem, principalmente se este trabalha e cumpre com seus supostos deveres. (WOORTMANN, 1987, p. 67).

Em relação ao grupo pesquisado, no bairro de Marechal Rondon, esses papéis no plano ideal ficam bem evidentes com os atritos que os homens tiveram com as mulheres que estavam envolvidas nas discussões sobre o projeto e a resistência estabelecida, em que, apesar de demonstrar uma grande realização por parte das mulheres que resistiram, mostra, também, que estas buscam amenizar a situação, dizendo que os maridos tinham a crença de que não se pode ir contra o poder do Estado.

Nesse caso, os homens, em momentos específicos, passaram a brincar com a suposta característica de “fragilidade das mulheres”, afirmando que, na casa deles, quem dava as ordens eram suas mulheres, pois utilizaram-se, inclusive, da “força, para botar para correr, os representantes” do poder público, isto, em respostas às brincadeiras que os homens faziam quando se reuniam e afirmavam que as mulheres daquelas ruas de Marechal Rondon eram muitos bravas e que em casa os maridos sofriam com elas.

Ao analisar os papéis sexuais na família, espera-se, socialmente, que o homem que cumpre com seus deveres de manutenção da família, poderia, inclusive, ter outras famílias na “rua”, ou seja, a mulher tolera até a infidelidade e grosserias, desde que coloque o sustento em casa. Woortmann (1987), Sarti (2000), Hita (2014).

Observando a rede de parentesco, o autor traz contribuições importantes, pois, a partir das entrevistas realizadas, descreve esta rede por meio das percepções de seus informantes. Para ele, é comum a afirmação de que existem certas obrigações entre os parentes e que o sangue é a categoria central para definição do parentesco.

(WOORTMANN, 1987, p.149). Há distintas relações de solidariedade, que aqui nos interessa, pois aborda certas características importantes para o nosso objeto de estudo, que são a amizade, o parentesco, o colega e o vizinho, que, para o autor, possui princípio subjacente comum que ele chamou de “comunidade” ou “afinidade”, de sangue (parentesco), de localidade (vizinhança), de situação de trabalho, de sentimento. (WOORTMANN, 1987 p.149)

É comum aparecer, nas entrevistas, que parentes não se pode escolher, por isso são obrigados a tolerar até conflitos no convívio, mas no caso dos vizinhos, não. Pois, a relação ocorre, conforme o indivíduo se coloca na comunidade, ou seja, aproximação ou distanciamento depende da postura adotada, ou supostamente, como se quer, “basta cumprimentar com um bom dia, boa tarde, cada um em sua casa, pronto, e são as melhores pessoas do mundo”! Há moradores que utilizam as formalidades de, ao cumprimentar os vizinhos, deixam evidente o distanciamento, apesar de selecionar um ou três vizinhos com quem costuma ter uma relação mais próxima.

Para Brito da Mota (1998), este conceito está intimamente articulado com o de gênero e gerações “que se tecem e se realizam em um tempo social e histórico, para uma vida em comum e um fim, ou um esperado acontecer, da reprodução – biológica e social.” Aborda este conceito também como a “configuração mais diretamente percebida e analisável da dinâmica dessas relações, com uma história que, em grande parte, pode ser contada no tom que estas ensejam, no realizar das prescrições sociais para os sexos/gêneros e grupos de idade na organização da sociedade.”. (BRITO DA MOTA, 1998, p. 13)

Segundo o autor, as pesquisas têm mostrado tendências quanto às transformações sofridas por este grupo, “as famílias contemporâneas vêm transformando, fortemente e em variados aspectos, os seus modos de vida – embora, ao mesmo tempo, mantendo certo substrato básico dessa organização original. Transformando-se, porque as relações entre os gêneros e as gerações estão se realizando em novas formas e segundo outros códigos, como casamento, criação de filhos, separações, exercício da sexualidade, chefias, composição do orçamento doméstico, solidariedades e responsabilidades intergeracionais, pois quase nada está sendo o mesmo. (BRITO DA MOTA, 1998, p. 13)

O autor privilegia o papel feminino nas obrigações de articulação e relações entre parentes e as vizinhanças. Ele analisa a prática de filhos que, após casados, continuam morando próximo à casa dos pais ou morando juntos, para facilitar o contato contínuo, as trocas de serviços e cuidados, por exemplo, com as crianças. Ele observou que é possível obter apoio material em momentos de crise, trocas e serviços de cuidados com as crianças, nesse sentido, são as mulheres as figuras centrais, principalmente, porque alimentam, mantêm vivas as relações com parentes e vizinhos, a partir de visitas e pequenos favores. O autor destaca que, quase sempre, há uma maior proximidade entre os parentes das mulheres. (WOORTMANN, 1987)

Costa (2009), discutindo a chefia da família, recupera uma citação de que é cada vez mais comum a mulher assumir o papel de provedora, principalmente entre as mulheres idosas, geralmente como viúvas ou descasadas, “(...) enquanto mantém a tradicional rede de relações (...), a mulher como tecelã das redes de relações sociais”. (COSTA, 2009, *apud* MOTTA, 2007, p. 118)

Hita (2014, p. 39) faz uma etnografia de famílias do Nordeste de Amaralina, relacionando a definição casa como sinônimo de grupo doméstico. Em seu livro “A casa das mulheres: n’outro terreiro...”, utiliza o termo casa com um duplo sentido, pois refere-se a famílias ou arranjos domésticos de tipo matriarcal. Segundo Hita, esse tipo de estudo preocupa-se em “demonstrar as variações empíricas de formas de organização familiar presentes na realidade brasileira, tanto no passado como na atualidade”, listando, inclusive, outros autores com o mesmo interesse. (HITA, 2014, p. 46)

A família é vista como o âmbito de reprodução social e de consumo, onde se estabelecem complexas e dinâmicas relações sociais entre os seus integrantes. O domicílio onde as famílias costumam se reunir indica ser um espaço de convivência de pessoas ligadas por laços de parentesco e dependência, estabelecendo relações de afeto, solidariedade, tensão e conflito. É, também, um espaço físico e social de divisão social – sexual e geracional. Ela apresenta uma combinação entre os conceitos ou definições por sociólogas como Bruschini (1999) e Jelin (1994), associada, ainda, ao conceito de curso de vida, desenvolvido por pesquisas sociodemográficas e sociológicas sobre família.

Hita, ao discutir este conceito, cita diversos estudos, tanto no passado como na atualidade, que levantam questões de análise e questionam a hegemonia de certos modelos tradicionais, que se tornam inconvenientes ou excluem variações de familiares que seriam diluídas a partir da perspectiva moral ou simbólica da matriz dominante. Este seria o caso do estudo de Fonseca, quando analisa a circulação de crianças em distintas casas de uma rede de parentesco. Nessas situações, a autora afirma que a criança pode ter mais de uma mãe ou responsáveis pela sua criação e educação. (HITA, 2014, p. 20, *apud* FONSECA)

3.1 SOCIABILIDADE E RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

Segundo Weber (1994), a comunidade de vizinhança pode assumir formas diversas, dependendo do tipo de vizinhança a que se observa – “quintas isoladas, ou aldeias, ou ruas urbanas” – assim como as ações específicas que estas apresentam. Nas sociedades modernas e nas condições das cidades, essas ações comunitárias, para o autor, são exceções, pois mesmo que se repitam, cotidianamente, não são regras constituídas a serem seguidas, estas podem diminuir e até chegar a zero. Somente em casos de perigo, pode-se contar com alguma probabilidade de certas ações comunitárias.

O autor afirma que, mesmo nas relações de vizinhança rural, onde aparentemente os laços são mais fortes, o camponês individual não deseja a interferência de terceiros em assuntos pessoais. São características fortes da individualização ou a delimitação entre vida privada e a pública, elementos presentes na sociedade moderna. Tais elementos realmente diferem da ideia de comunidade doméstica, onde, em geral, mantém-se o comunitarismo interno, por conta do apoio mútuo, que visa à manutenção econômica de seus componentes, existindo até uma dependência dos filhos em relação aos pais – fato que garante um equilíbrio doméstico, relações instituídas com sanções delimitadas socialmente pelo direito. Nesse sentido, o autor afirma que existem relações instituídas, a partir do Direito, determinando a necessidade da manutenção econômica dentro da família, pelo menos, entre pais e

filhos. Embora a dependência e as sanções legais não estejam instituídas nas relações de vizinhança, existe a ideia de que “não é parente, não tem laços de sangue”, mas o auxílio pode estar presente.

Nas comunidades populares urbanas, pode existir uma ética popular, também abordada pelo autor e até mesmo sanções informais, mas não existe um tipo puro, fato que pode diferenciar as relações de vizinhança de um grupo organizado, uma comunidade. Weber (1994) aponta ações na vizinhança como a prestação de socorro, ajuda mútua, favores que não se estruturam com base em interesses, identificamos um tipo de vizinho, a saber:

vizinho é o típico prestador de socorro [...] na forma de ajuda mútua, em caso de insuficiência de meios da própria comunidade doméstica, nascem em seu seio o ‘empréstimo de favor’ e o trabalho de favor, ações não regidas pelas leis de mercado, com pagamentos devidos e cobranças de taxas, juros, ou seja, uma assistência mútua devido às necessidades urgentes. (WEBER, 1994)

Desse modo, podemos pensar as ações populares, os grandes mutirões para a construção de casas e, mesmo, “o bater lajes”, tradicional nesses segmentos, em troca de umas cervejas, uma feijoada, e, ainda, a reunião de amigos e conhecidos para a prestação de serviços.

Simmel (1983) é um dos mais importantes autores sobre o entendimento da temática sociabilidade, com estudos sobre a sociabilidade dos cidadãos, onde descreve as características das relações do indivíduo no contexto da cidade. Para Simmel (1983), a interação sempre “surge com base em interesses ou em função de certos impulsos religiosos e propósitos de defesa ou ataque, de ganho ou jogo, de auxílio ou instrução” e outros. Para ele, os motivos para a interação humana seriam os interesses objetivos ou materiais, os propósitos de defesa ou ataque, são traços que podem ser notados nas relações. Fazendo um paralelo com o contexto da pesquisa em Marechal Rondon, as redes de vizinhança foram, também, ativadas com o firme propósito de se defender das ações de intimidação governistas, quando da implementação do Projeto de Saneamento Integrado do Dique, sem prévia discussão com os interessados. Castel (2013), ao discutir as Metamorfoses da Questão Social, distingue o termo assistir, que, para ele, abrange um conjunto diversificado de práticas que se inscreve em uma

estrutura comum, determinada pela existência de categorias de populações carentes e pela necessidade de atendê-las, articula-se a instituições. (CASTEL, 2013, p. 47)

A sociabilidade primária seria o sistema de regras que ligam diretamente os membros de um grupo, a partir de seu pertencimento familiar, da vizinhança, do trabalho e que tecem redes de interdependência sem mediações de instituições. (CASTEL, 2013, p. 48)

Assim, “a sociabilidade de permanência cujo indivíduo encaixa-se desde o nascimento em uma rede de obrigações reproduz quanto ao essencial, às injunções da tradição e do costume” (CASTEL, 2013, p. 49). Desta forma, as relações sociais, nas sociedades camponesas, eram caracterizadas pelas redes de relações sem a mediação de instituições. O autor destaca que, no Ocidente cristão, a organização social dominante, na época feudal, foi marcada pela sacralização do passado, pela preponderância da linhagem e dos laços de sangue, com apego às relações de dependência e de interdependência, características das sociedades feudais.

Redes semelhantes podem ser observadas em algumas comunidades populares, onde ainda existem traços de laços “comunitários” entre a vizinhança, embora muitos autores afirmem que esses laços vêm desaparecendo por conta de uma infinidade de fatores na cidade.

As transformações nessas relações são muito evidentes; porém, é necessário cuidado quando afirmamos que são laços que não estão presentes na sociabilidade urbana. Eles dependem de fatores, que podem fazer com que estes se intensifiquem ou retraiam. A sociedade capitalista apresenta um determinado modelo de relações em que, de fato, a manutenção da individualidade e da privacidade não só caracteriza a sociabilidade nesta sociedade, mas também, contrasta com laços remanescentes de determinados períodos.

As características presentes nesse bairro de Salvador, análise, de certa forma, podem embasar uma discussão sobre a sociabilidade em tais localidades, seja por causa da formação do bairro, seja pelo histórico de lutas por determinadas causas, como moradia e reivindicação de direitos. Essa perspectiva pode ser evidenciada na compreensão de Sarti (1996) sobre as relações de vizinhança e de solidariedade entre os vizinhos, quando afirma que os mecanismos de solidariedade característicos da vida

rural nas periferias das cidades não se rompem, mas se reestruturam para se adequarem à ordem estabelecida. Existem tendências a estreitarem os laços com a rede de vizinhança em detrimento dos laços de parentesco, exceto se os parentes se concentrarem na mesma localidade, o que termina diferenciando os laços entre os dois segmentos e a confiança estabelecida. Na família, existe uma obrigação moral, no sentido de atendimento das necessidades mais imediatas, a tendência é estreitar laços de sangue já existentes ou buscar ampliá-los com o laço espiritual, através do compadrio.

Para Sarti (1996), a sociabilidade em bairros populares se apoia em uma moral seguida pelos atores, onde as relações de solidariedade ocorrem entre iguais, “sob o prisma de sua localização estrutural na sociedade”, afirmando que o morador de periferia, pobre, “está impregnado de relações tradicionais não inteiramente rompidas, mas refeitas para se adequarem à nova ordem [...]”. Assim, os moradores de periferia terminam se ajustando, ou seja, estas relações de vizinhança podem funcionar como estratégias para sobreviver às condições existentes nas cidades. (SARTI,1996)

As perspectivas apresentadas abordam a sociabilidade e a solidariedade como uma temática relevante e atual, como elementos que caracterizam relações de proximidade, as quais estariam em “extinção” na modernidade. Estas são deslocadas para a formação das identidades de grupos, com base apenas nos interesses comuns, sem, contudo, ter o parâmetro da localização geográfica. Assim, a individualidade como condição compartilhada com o resto dos homens e mulheres do seu tempo não necessita da comunidade. O autor suscita a questão de que as redes de relações e obrigações comunitárias hoje trazem poucos ganhos.

Segundo Peixoto (2000), a família encontra-se num contexto de individualização, privatização e até mesmo de fragilidade como instituição. As transformações sofridas pela família, conforme a autora, são dadas pela constante individualização.

Contudo, o contexto descrito por ela apresenta uma realidade presente em determinados segmentos sociais, ou seja, famílias de classe média ou alta, e, por isso mesmo, esta individualização, como traço da família moderna, pode não ser generalizável. Os modelos descritos para análise da família, em segmentos médios, podem não encontrar correspondência em classes populares. (GOLDANI, 1993)

As trocas existentes na vizinhança não podem ser vistas como intencionalidades, com cálculos, pois a dinâmica existente nesse tipo de relação é deixar canais abertos para uma possível necessidade.

As relações de ajuda mútua que se estabelecem no cenário brasileiro, segundo Caldeira (1984), nos bairros periféricos, se dão através do reconhecimento entre iguais, este por sua vez, é possível porque a vida cotidiana é baseada numa espécie de convicção coletiva que indica a cada um a maneira de se comportar “[...] a maneira como as pessoas se relacionam varia de acordo com o papel social que se vive”. (Caldeira; 1984; p.121)

Refletindo sobre as mudanças dessas relações Guimarães (1998), citando Stolck, apresenta a perspectiva de que “a vida urbana e a individualização das relações de trabalho tendem a transformar um contexto de solidariedade que prevalecia nas relações familiares e se reproduzia no âmbito do trabalho”. A autora citada comenta a experiência dos trabalhadores do café que migravam para a cidade e encontravam dificuldades materiais não só de oferecer, mas também de retribuir ajuda, o que se tornava uma fonte de tensão sobre um princípio de reciprocidade que havia no passado das relações sociais entre iguais. O que fica evidente é que dificuldades econômicas e sociais impõem limites para a realização da solidariedade existente no passado. Segundo a autora, a lógica da solidariedade existente entre os trabalhadores é marcada pela desigualdade de acesso a recursos. Assim, os trabalhadores relutam em pedir ajuda, por pensarem não poder retribuir, pois os favores geram obrigações e isso rompe com o princípio da reciprocidade.

Nesse estudo, Guimarães (1998) observa, ainda, que as relações de vizinhança e de parentesco em um bairro do Subúrbio Ferroviário, apresentam-se, apenas, em ocasiões específicas, quando, por exemplo, há necessidade de socorro (problemas de saúde) recorre-se aos vizinhos, porém no cotidiano estas relações tendem a ser marcadas pelo distanciamento e individualização constantes. Contudo, os contextos estudados contam, também, com componentes como a violência urbana, que podem afetar estas relações, como também se observa em Marechal Rondon na atualidade.

Na contemporaneidade, Bauman (2003) recupera a noção de comunidade, a partir de elementos bíblicos ou mitos gregos, para mostrar que a interação ou a perda

de uma provável inocência pode acabar com os laços comunitários. Nessas relações, a noção de confiança entre os atores, também dada pelo isolamento social, é de extrema importância. Assim, o tipo de entendimento em que a ideia de comunidade se baseia, precede todos os acordos e desacordos.

Dennch, segundo Bauman (2003, p. 56), identifica um traço da ideia de comunidade que leva todos a fugirem dela que é a “obrigação fraterna de partilhar as vantagens entre os membros, independentemente do talento ou da importância dele. O que faz do comunitarismo uma “filosofia de fracós”. O autor substitui este traço pela ideia de mérito, ou seja, o indivíduo merece apenas o que é capaz de conseguir com seus próprios esforços. (2003, p. 56)

Uma das formas de entender este tema e as trocas existentes nessas relações é a noção de redes presente em Both (1976), que afirma não ter conseguido compreender a relação dos relacionamentos entre amigos, vizinhos, parentes e organizações, por perceber que as famílias e seus ambientes não são grupos organizados, mas se relacionam em redes, termo utilizado para descrever as relações externas dessas famílias. A outra concebe a hipótese de que, “o grau de segregação no relacionamento de papel entre o marido e a esposa varia diretamente com a conectividade da rede social da família”, argumentando que, se

muitas pessoas que alguém conhece interagem entre si, ou seja, quando é uma rede de malha estreita, os membros desta rede tendem a alcançar um consenso sobre normas e exercem uma pressão informal consistente uns sobre os outros para que se conformem às normas, para que mantenham o contato uns com os outros e se necessário se ajudem *mutuamente*. (BOTH, 1976, p.77)

Both¹¹ considera, ainda, que, quando a maioria das pessoas que alguém conhece não interage umas com as outras, esta é uma rede de malha frouxa, uma maior variação de normas pode ocorrer na rede, sendo o controle social e a assistência mútua mais fragmentada e menos consistente.

Magnani (1998) destaca duas tendências sobre os aspectos desagregadores e inibidores da sociabilidade em bairros populares nos grandes centros urbanos, como: o colapso do sistema de transporte, deficiência do sistema de saneamento básico, falta

¹¹ *Ibid.*, p. 77

de moradia, violência e o subemprego. Por outro lado, coloca-se o apelo publicitário, redes e pontos de encontros virtuais, que, segundo o autor, demonstram uma continuidade na evolução, e fatores que decorrem disso produzem o caos inevitável; a segunda visão demonstra uma ruptura, resultado de um salto tecnológico, que torna obsoletas não só as estruturas urbanas anteriores, como as formas de comunicação e sociabilidade. Estas duas perspectivas demonstram, no plano da cultura urbana, a deterioração dos espaços e equipamentos urbanos e, em consequência, a privatização da vida coletiva, segregação, confinamento em ambientes e redes sociais restritas. (MAGNANI, 1998, p. 58)

O autor demonstra que existe uma busca de espaços para a sociabilidade, espaços como os shoppings centers, as rodovias onde existem moradores no entorno, bancos, serviços telefônicos. Estes são exemplos de usos e arranjos não previstos pelas regras e destinação do espaço. Elementos que fazem o autor concluir que as experiências de rua não acabaram, mas, diversificaram-se assumiram novas modalidades, adaptou-se a novas circunstâncias, estabeleceu novos diálogos (MAGNANI, 1998, p. 68)

Tecendo críticas aos estudos que tomam a cidade como campo e que tendem a generalizar os efeitos e distorções das estruturas, este autor toma os seus moradores como um tipo médio e abstrato. Desta maneira, estes estudos não conseguem captar a diversidade de estratégias de vida e sobrevivência em assentamentos urbanos (MAGNANI, 1998, p. 59-60)

Esta é uma crítica importante para este campo de estudos, pois o que se percebe é a busca de homogeneização da cidade, porém, a mesma abarca uma infinidade de realidades e possibilidades, ou seja, é muito heterogênea. Nesse sentido, é necessária uma investigação que traga à tona as tendências existentes, principalmente em bairros populares, embora esses moradores estejam submetidos às condições gerais da sociedade, mas, existem peculiaridades, que, de fato, a homogeneização não abarca estes que ele chama “de perto e de dentro”.

Sendo assim, “é necessário observar o contexto em que ocorrem as relações de família, de trabalho, a devoção, o lazer, enfim, como os atores organizam sua vida cotidiana”, assim como a relação com a problemática urbana, como o modelo de

planejamento urbano, participação popular nos processos de intervenção, reconfiguração das relações, do espaço e da apropriação do mesmo, pela comunidade, bem como de relações de vizinhança nesses bairros de periferia. (MAGNANI, 1998, p. 61)

3.2 SOCIABILIDADE E VIZINHANÇA EM MARECHAL RONDON

A partir das conversas e relatos de moradores sobre as vizinhanças, observa-se a sociabilidade no bairro. Há aqueles que demonstram uma reserva em recorrer à ajuda dos vizinhos, mas sem encerrar as possibilidades, caso precise, embora se coloque à disposição para cuidar do vizinho em caso de doença, realizando visitas ou levando refeições para a pessoa que está impossibilitada, e que tenha aproximação, demonstrando uma aparente diferenciação nas relações de obrigação “dar, receber e retribuir”, no cotidiano do bairro. (MAUSS, 2003)

(...) Eu sou capaz de escaldar uma carne de sertão e cozinhar meu arroz para não pedir nada, (...) pra amanhã ninguém passar em minha cara que precisei de favor (...).O que eu posso pedir é uma folha para um remédio, mas, se não tiver jeito mesmo, em último caso”. (MORADORA DO BAIRRO DE MARECHAL RONDON).

Outra postura em relação à sociabilidade em Marechal Rondon reforça a importância e dependência das relações de vizinhança, como pode ser evidenciado no seguinte relato:

A gente emprestou dinheiro ao vizinho, aí quando a gente não tem, o vizinho tendo, ele serve (...). É uma troca. (...) nosso espaço para depósito de material, como está muito cheio, recorro ao vizinho, ele nos cedeu o espaço para a gente trabalhar, não pago nada (...) e não é parente, ele deixa a chave na mão da gente e vai trabalhar (MORADORA DO BAIRRO DE MARECHAL RONDON)¹²

¹² Entrevistas coletadas no contexto em que o projeto de urbanização estava em implementação no bairro de Marechal Rondon, em 2006 a 2008, embora, os objetivos destas tenham sido a coleta de dados para a produção de monografia, que tinha como foco apenas a análise das relações de vizinhança, sem considerar os impactos de um projeto de urbanização que já estava em andamento.

A vizinhança em Marechal Rondon apresenta peculiaridades relativas aos laços de ajuda mútua e cuidados, assim como situações inusitadas de convívio, inclusive, com fatos indesejados, que é o caso da vizinhança com uma barraca montada para o tráfico de drogas, segundo o relato, nesse caso, não podem existir conflitos. Essa moradora relatou que as mudanças no bairro foram a limpeza do Dique, o aumento na quantidade de casas na rua, a ponto de não conseguir visualizar a paisagem do Dique, apesar de relatar a mudança de alguns moradores para o conjunto Habitacional da Rua da Represa de Pirajá e para o bairro de Valéria. O contexto de mudanças estruturais e sociais deixa os moradores apreensivos:

(...) só tem Lourdes ali, que se eu precisar, vou lá e peço e, ela me pede, também, é um açúcar ou outra coisa a gente toma emprestado quando vou pagar ela diz que não precisa, por que ela tem, e eu faço assim também. (...)

Quanto à satisfação com as mudanças no bairro, o relato demonstra que o contexto não está satisfatório, pois possui vizinhos indesejados, o que tem alimentado o desejo de mudança para outro local, apesar de utilizar a política da boa vizinhança, o que pode ser observado no relato a seguir:

.... aqui já prestou, mas agora não presta e, sabe por quê? De uns tempos pra cá, esses “meninos” tomaram conta daqui, danaram a vender droga. Agora montou essa barraca aqui do lado de minha casa, tem o fundo, o meu quintal, às vezes eles entram aí, eles botaram até um sofá, ficam aí o dia todo. Eu sabia que aqui tinha isso, mas “os meninos” fazia tudo escondido (...)! Dia de domingo, não posso ficar aqui na sala, por que é muita conversa, xinga, brigam um com outro, botam um som alto e eu não posso reclamar, ... não aguento! Mas a gente tem que conviver ... fico na minha paz dentro de minha casa! Quando eles chegam aí, passam e falam comigo ... bom dia, tia! Ninguém me bole!

Eu não vejo nada nem falo também, é assim, não vi, não sei, nem quero saber! Tem que saber viver! Às vezes, a gente precisa sair do lugar ... vou ver minha filha que mora lá em Periperi, tenho uns parentes em Vista Alegre, tenho uma irmã lá em Plataforma. (...) e quando vou receber meu dinheiro, vou para a Caixa lá de Periperi ou no Comércio e aproveito para passear e visitar os parentes... (Moradora de Marechal Rondon)

Diante das perspectivas apresentadas, as relações comunitárias em bairros de periferias mais empobrecidos podem estar pautadas em valores morais estabelecidos pela amizade. Dessa forma, o vizinho, como a pessoa mais imediata, torna-se um elo

muito importante para enfrentamento das dificuldades na cidade. Observa-se que existem elementos que podem fazer com que estas se retraiam, como por exemplo, a violência, a urbanização e outras situações são fatos que podem influenciar as trocas entre os vizinhos. A partir disso, acredita-se que é possível permanecer uma “essência comunitária” em áreas urbanas, seja na forma de lidar com o vizinho, no reconhecimento do outro, como um “igual”, seja nos intercâmbios existentes nesses contextos, componentes que contribuem para uma sociabilidade diferenciada. Por isso mesmo, estas relações, assim como a de família, não podem ser vistas como relações estanques, mas, sim, como processo em constante reelaboração e reconstituições das relações socioculturais, tanto no campo como na cidade.

Aparentemente, a proteção existente não é a prática de assistência ao mais necessitado, mas, sim, a lógica de uma “troca”, sem prazo para retribuição, ou seja, o vizinho, como ‘elemento mais próximo’, é quem pode socorrer em uma possível dificuldade. Assim, as relações de conflito, como as brigas entre vizinhos, por exemplo, vivenciadas nesses bairros, também são fortes e não podem ser ignorados ou romantizados, pois pode fragilizar os laços e trocas mútuas, uma vez que existem, no próprio bairro de Marechal Rondon, pessoas que se dispõem a servir e ajudar, se necessário, mas relutam, pois temem precisar de favores alheios.

Se por um lado as relações e os laços de vizinhança, cuidados e amizade podem apresentar-se como meras formalidades e com uma certa fragilidade; por outro, estes ainda são tidos como essenciais para a vida nos bairros.

Segundo Guimarães (2011), a pesquisa realizada em bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador, a exemplo de Coutos, indica que, na reciprocidade e solidariedade familiar, há casos em que o princípio da solidariedade ou ajuda permanece nas situações que demanda urgência, e as relações entre vizinhos pode ser vista sob a forma de mera cordialidade. (GUIMARÃES, 2011, p. 158)

A uma definição sobre esse conceito de vizinhança aparece, nas entrevistas, com uma mescla, às vezes, indistintas, entre a vizinhança e as características das pessoas que a compõe. Pois é comum ouvir que o/a vizinho/vizinhança não é só a proximidade geográfica da casa, mas também a familiaridade, amizade, intimidade e confiança, características dadas, decerto, pela longa convivência. Existem os vizinhos

mais próximos, os quais se pode confiar e estes têm acesso ao ambiente interno da casa, os que se tem uma certa afinidade, os que gostam de conversar, mas não existe a intimidade para recorrer em caso de necessidade, assim como os que estão nas imediações geográficas da casa, mas não existe aproximação pessoal, relaciona-se apenas por formalidade, dando um bom dia, boa tarde ou boa noite. É o que se pode perceber no relato de uma moradora:

(...) É primeiramente a proximidade da casa, o tempo que a gente conhece, a convivência, a confiança (...) Vai tendo assim, um afeto, mas tem vizinho que mora mais distante de mim, eu gosto também, mas não fico à vontade pra pedir favor, outros que você não tem muita afinidade, mas, tendo uma dor de barriga você vai e acode. (...) (Moradora de Marechal Rondon)

As entrevistas demonstram que a questão dos vínculos de vizinhança tenha outros elementos que se agregam ao fator geográfico ou a proximidade da casa, que seria a confiança, as experiências construídas com a convivência, a intimidade e a consideração.

... vizinho leva em conta a amizade que tem com a pessoa, e aliás, são muito solidários; e se você chegar aqui e disser que vai fazer alguma coisa contra mim, vai comprar briga ... Os vizinhos são capazes de tomar a frente; tem que fazer como viver, eu trato bem para ser tratada ...

... Acho que não é a proximidade da casa que ajuda nessas coisas, pois se eu pedir ajuda no final da rua, o vizinho serve do mesmo jeito, diante do conhecimento que a gente tem no bairro; aqui eu sou conhecida, moro há tanto tempo num local, não seria de outro jeito... Eu faço estofado com meu marido, às vezes meu material acaba e eu peço ali na serralheira e quando compro o meu, devolvo, já deixei meus estofados lá no galpão dele. (Ângela, moradora de Marechal Rondon)

... a situação que mais ocupo os meus vizinhos são meus problemas, quando eu me sinto mal, meus filhos chamam a vizinha aqui, (aponta para o lado) chamam: tia Ângela, o dia que enfartei, a vizinha da frente que viu, abriu a porta e me deu socorro. Por causa dessas coisas não boto cadeado no portão, a porta da frente fica sempre aberta, se eu tiver em casa sozinha ... e se faltar alguma coisa dentro de casa, normalmente, recorro a dona Tonha, é sempre quem eu peço, se ela precisar, chega aqui e pede também. (...) vizinhança é amizade, respeito; porque, assim, não basta ter o vizinho, tem que ter a amizade, confiança e intimidade *pra chegar e falar* ... tem vizinhas em frente, mas pro lado, mas dona Tonha foi a pessoa que mais me apeguei, confio. (Cláudia Bispo, moradora de Marechal Rondon)

Este projeto fez com que “a gente aqui, que já era unido, se uniu mais ainda, (...) E, por outro lado, também causou a discórdia.”. O relato demonstra que a

dinâmica do bairro e das lutas trouxeram contradições nas relações, pois ao mesmo passo que uma questão pode aglutinar para a conquista de objetivos comuns, em determinado momento pode haver conflitos e desavenças, muitas vezes por conta de uma simples “fofoca” sem fundamentos efetivos. Com os componentes da Comissão de Moradores

O que pôde ser observado, nas negociações de indenizações ofertadas pelas casas às margens do Dique de Campinas, é que alguém plantava a informação de que um deles tinha aceitado as condições da Conder, de maneira individual, o que era o suficiente para acabar com toda uma história de amizade e confiança.

(...) Ah, eu já passei mal e essa vizinha veio aqui e foi pro médico comigo. Se eu precisar, eu peço, ou na casa de minha irmã ou na casa dessa vizinha aqui do lado. É assim, as casas que eu tenho mais aproximação aqui é ela e a casa de minha irmã, a outro vizinho, peço não! Porque não tenho intimidade. (...) Mas geralmente, minha relação com os vizinhos é ótima, pois, saio pela manhã e só chego de noite, então vivo de bom dia e boa noite (...). (Moradora de Marechal Rondon)

... Peço uma tala de fósforo que acabou lá pras tantas da noite, não tem mais venda aberta ... vou lá pedir e minha vizinha me dá, (...) aqui a gente divide, se acabar o gás levo a panela na casa dela pra terminar de cozinhar (...) Qualquer uma delas aqui, tanto faz aqui do lado, ou em frente, tomo panela (...) pra fazer mingau, porque eu faço novena (...) Já faz muito tempo e nunca compro uma panela grande, mesmo sabendo que vou precisar (...) Aí eu pego sempre a de Claudia ou da outra vizinha da frente, Andréia (...)

... Eu não ocupo ninguém aqui, mas com relação ao ponto comercial, os vizinhos são sempre muito importantes na minha rotina, porque são meus clientes ... eu não costumo fazer visitas a ninguém, a não ser de evangelização ... mas as pessoas vem fazer trabalhos e conversam. (Moradora da Rua Lígia Maria, dona de um salão)

Embora as tendências das pesquisas nessa temática afirmem que estas práticas devem ser vistas com cuidados, pois ocorrem esporadicamente e não funcionam como um amortecedor da pobreza, por diversos motivos, entre eles a existência da violência urbana e pela dificuldade econômica em retribuir os favores. Mas, tal como visto no relato da senhora Antônia, estes tipos de favores e empréstimos de objetos, também já foram observados em outras vizinhanças, como nos bairros de Ilha Amarela e Pituauçu, nos quais, o empréstimo de panelas grandes ou de colher de pau para cozinhar caruru, fazer mingau em períodos de novena, ou quando se faz comida para muitas pessoas, pois estes são objetos necessários em momentos específicos da vida cotidiana, mas

que, sabendo-se que as vizinhas têm, não se impõem a necessidade de o objeto, que será usado esporadicamente, além do fato de não caber nas divisórias dos armários na casa. Um fato importante a ser ressaltado é que estes episódios e trocas ocorrem entre dois ou três componentes desta vizinhança.

... Mas a coisa maior com meus vizinhos é essas aqui do lado: dona Maria, ... Lindalva, e Cláudia é a principal. Não sou muito de ficar dentro da casa do vizinho, mas gosto de todos aqui, é uma raridade ir na casa de algum, só fui na casa da vizinha no casamento da filha dela, e quando uma das meninas ganhou neném, aí fui lá ver. (...) Ou quando estava estudando no segundo grau ia lá pedir os livros dos meninos emprestados (...). (Dona Antônia, moradora de Marechal Rondon)

Não se pode falar em relações de vizinhança sem a referência à Escola de Chicago, através de um dos mais reconhecidos representantes, Robert Park (1967), que definiu a Ecologia Humana como o estudo de um sistema, que procura “isolar” (analiticamente) os fatores, ou forças, que tendem a ocasionar um agrupamento típico e ordenado – da população, e das instituições, considerando como fatores primários na organização ecológica da cidade: “Todas as coisas que tendem a ocasionar mobilidade e concentração das populações”. Para o autor, a

unidade de vizinhança é baseada na proximidade de contatos entre vizinhos que são as bases mais elementares de associações na vida cidadina (...) apresentando caráter espontâneo, como expressão de sentimento local, em face de assuntos de interesse comum. (PARK, 1967, p. 29)

Dessa maneira, a residência é a forma de inserção, seja política ou social, é que chamou-se de “menor unidade local” (PARK; 1967, p. 35). O autor observa, no entanto, o fato de as vizinhanças serem submetidas a mudanças, atribuindo-as às complexas influências da vida na cidade, como o surgimento de tipos inusitados de comunidades locais. Em sua concepção, isto desperta o interesse de se conhecer os fatores de mudanças, por meio dos critérios: população flutuante, raça, classe social e seu isolamento. Park entende que há uma perda de significância da vizinhança no meio urbano, atribuída aos meios de transporte e comunicação, bem como às migrações, surgindo o isolamento de colônias raciais e de imigrantes em “guetos” ou segregação.

Embora não tenha como objeto o estudo urbano, Robert Castel (1998) define que as sociedades “sem o social” (ou seja, dimensões estruturantes) são regidas pelas regras da sociabilidade primária. Com isso, o autor entende que os membros de um grupo, sejam familiares, amigos ou vizinhos, ou ainda no ambiente de trabalho, vivem “em redes de interdependência sem a mediação de instituições específicas”. Isso ocorre em sociedades onde os costumes são interiorizados no indivíduo desde seu nascimento, permitindo a perpetuação das aprendizagens, e favorecendo a sobrevivência da população.

Para o autor, mesmo nas sociedades reguladas por essa interdependência, a integridade primária pode ser ameaçada, por meio de contingências que podem caminhar para o processo de desfiliação. Em seu primeiro estágio, a desfiliação dissolve os sistemas familiares e os sistemas de interdependência fundados sobre as relações comunitárias. A reestruturação das redes de integração se dá com a utilização dos próprios recursos daquele grupo, família ou comunidade que estava em um processo de ruptura ou desagregação. (CASTEL, 1983, p. 48)

Uma das filhas do senhor Antônio afirma que não costuma parar na casa de nenhum vizinho, só nas casas dos pais e dos irmãos, com quem mantém uma relação de trocas mútuas e de cuidados. Estes são os seus vizinhos efetivos, fora eles, costuma apenas cumprimentar cumprindo uma formalidade e, às vezes, conversar um pouco, mas na rua. Afirma que com os seus parentes não costuma ter nenhum tipo de atrito, mas ressalta a existência de brigas entre as crianças, o que resolve rápido.

(...) Com os meus parentes bagunço, tomo café a hora que eu chegar, como, paro na casa de quem eu quiser, meus vizinhos são os meus parentes (...)!
 (...) se eu precisar, peço ajuda aos parentes (...), se tiver, pedem para aguardar e me ajudam, se não der naquela hora, me dizem: (...) Hoje não dá, Iran, mas amanhã resolvo seu problema; costuma visitar os parentes, (...), entro e saio a hora que dá vontade. (...) (IRAN, moradora de Marechal Rondon)

Em relação à sociabilidade de grupos específicos dentro do bairro, existem pessoas que conseguem aglutinar vizinhos em torno de questões individuais, como a construção de uma casa durante “as madrugadas”, o mutirão ocorreu com a participação de vários homens que montaram a casa com a laje, em pouco mais de um mês, inclusive, isso ocorreu nas madrugadas dos finais de semana para não prejudicar as

outras atividades dos participantes, as ações eram regadas a cerveja e feijoada. O que uma das moradoras afirmou, foi que, ainda, ocorrem organização de mutirões, de aniversários surpresa etc., mas ocorrem dentro do grupo específico, ou seja, a “galera do baba”, por exemplo, essa atividade é muito forte no bairro, entre os homens, pois a quadra de futebol é o único espaço de lazer no bairro até o momento. Os aniversários com participação coletiva, geralmente, ocorrem na rua e cada um leva uma caixa de cerveja ou uma porção de carne para fazer o churrasco. Porém, a moradora não tem observado esses eventos na rua, há alguns meses, por conta de um fato desagradável, envolvendo um grupo de jovens do bairro e uma abordagem policial que invadiu várias casas em busca de armas e drogas.

Geralmente, a organização dos encontros festivos ocorre nos quintais, da mesma maneira que ocorria na rua, mas agora, organizada em grupos de amigos no aplicativo *WhatsApp*, é quando se tem notícias de que a festa está acontecendo no quintal da casa de alguém do grupo. A entrevistada informou que “rola música, bebidas e comida”, quanto à participação, sempre observa que são jovens, não se sabe se há consumo de drogas ilícitas, pois não faz parte desses grupos, mas o som propaga durante toda a noite, o que causa incômodo, pois quem não está na festa não consegue dormir. Os grupos de pessoas mais velhas preferem os passeios organizados, geralmente, com antecedência e saem do bairro para outro lugar, costumam sair para conhecer praias e cachoeiras, voltam no mesmo dia. Mas, pelo menos, uma vez por ano saem para outro município, partindo à noite, com reserva em pousada, dormem e retornam no final da tarde, passam 2 dias fora, estes são os mais esperados.

Para o senhor Antônio, estes passeios fazem sair com a família, com vizinhos “certos”, que não costumam brigar, nem são de beber em excesso, por isso não tem bagunça. Mas há, também, os que agregam a “galera da bagunça”, são vários passeios e, muitas vezes, vão para os mesmos lugares, mas não se “misturam”. (ANTÔNIO, morador de Marechal Rondon)

A partir do relato, é possível observar que a experiência de organização de eventos na rua do bairro vem se retraindo, pois, existe um medo da violência e, até

mesmo, busca-se não envolver-se em brigas ou conflitos que tirem a suposta paz do convívio pacífico na comunidade.

Gey Espinheira, ao analisar a traição entre as mulheres, chama a atenção para o convívio de diversos tempos na sociedade brasileira. Pois para ele

(...) a compreensão da nossa sociedade em sua disritmia, ou seja, os diferentes tempos que se encontram no presente". ...Tem-se ainda presente grupos tradicionais, presos a valores comunitários de família e vizinhança, estruturados por relação mecânica de proximidade e conhecimento mútuo, em que as pessoas se fiscalizam reciprocamente. (ESPINHEIRA. Jornal A Tarde, 08/12/2008)

Quanto à fiscalização mútua existente na vizinhança, houve poucos relatos dos vizinhos que, supostamente, gostam da fofoca ou “a atualização sobre a vida alheia”. Embora uma das pessoas indicadas para uma entrevista tenha sido porque sabia da vida de todos no bairro, assim como teria inserção nos diversos grupos, o que poderia facilitar a permanência da entrevistadora, evitando problemas com os “comerciantes do tráfico” do local, pois ela se encarregaria de informar sobre esse trânsito na localidade.

Quando se precisa de atualização, basta frequentar o “Cantinho da Conça”. Trata-se de uma barraca que vende salgados, frequentada por vários moradores, funciona como um ponto de encontro, que começa a funcionar no final da tarde, período em que o seu marido retorna do trabalho e pode tomar conta de seu filho de 25 anos, que tem necessidades especiais.

Ainda sobre as relações de vizinhança e sociabilidade, é possível observar, em relação ao entrevistado do sexo masculino, que existem peculiaridades, pois, segundo o mesmo, existem alguns encontros organizados e, geralmente, costuma contribuir, apesar da dificuldade em participar dos eventos em momentos festivos, afirma-se que até ajuda, mas não participa. É o que pode ser visto no relato:

Quando chega o Dia das Crianças, organizam umas brincadeiras, aí, eu ajudo conseguindo umas cadeiras, já fiz queima de Judas, mas hoje não, João, lá de cima, é quem faz, (...) isso porque, aqui no bairro, criou-se uma violência tremenda, então, não quero ter participação em nada que leve a morte de ninguém

.... às vezes querem fazer uns aniversários aí, a gente ajuda, com contribuição, não pode muito, mas (...), se juntar para fazer casas ou outras construções, aqui não tem mais isso, porque no bairro ninguém constrói mais,

(...) não tem lugar pra plantar nem um pé de bananeira! (Morador da Rua Antônio Calixto)

Um dos motivos, quase sempre abordados pelos entrevistados, tanto, feminino quanto pelo masculino, é o fato do crescimento da violência no bairro como um dos fatores que fazem com que as pessoas se recolham às suas residências devido ao medo.

Há tendências que apontam para o fim das trocas mútuas e, apesar das mudanças observadas, ainda é possível verificar em determinado grupo a solidariedade da vizinhança, as trocas de favores e cuidados, que se mantêm restrito a pequenos grupos, uma vez que as pessoas entrevistadas afirmam que tem, em uma ou duas pessoas, a “tradição” e confiança de recorrer às redes de vizinhança, para assuntos que, muitas vezes, extrapolam as questões de socorro quando há problemas de saúde com alguém da família.

A dinâmica do bairro e do cotidiano desses moradores aponta para múltiplas possibilidades, ou seja, existe distanciamento, as formalidades e seletividade, mas, há, também, as trocas de ajuda e cuidados entre vizinhos e parentes.

4 O BAIRRO E A RUA - CAMINHOS DE ENCONTROS

4.1 A HISTÓRIA DO BAIRRO E CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO DE MARECHAL RONDON

Marechal Rondon é um bairro, que, a partir da publicação de Carvalho (2008) sobre os vetores de expansão da cidade, está agrupado no vetor do Subúrbio, segundo a Supervisão de Disseminação de Informações da Unidade Estadual do IBGE na Bahia, de acordo com os dados do Censo de 2010, tem-se uma população de 19.470 habitantes, encontra-se agrupado no subdistrito de Pirajá, com uma população total de 337.667 habitantes, em que 19.401 habitantes recebem menos de 1 salário mínimo, até 1 salário 87.768; com mais de 1 a 2, 58.052; e, na faixa de renda com mais de 2 a 5 salários mínimos, são 31.656. Ainda segundo o IBGE, Salvador não tem bairros definidos, pois, o projeto de lei em vigor é datado de 1960 e listava apenas 32 bairros, os outros são considerados subdistritos. Porém, na publicação “O caminho das águas”, a pesquisa identificou a existência de 160 bairros na cidade de Salvador. (MORAES, 2004)

Levando-se em conta as subdivisões da cidade, dada pelo IBGE, Marechal Rondon, estaria na região de São Caetano. Nesta mesma área estão: São Caetano, Campinas de Pirajá, Retiro, Pero Vaz, Alto do Cabrito e outros. O Plano Diretor dividiu Salvador em 18 microrregiões administrativas, na qual, a RAs III corresponde à área de São Caetano e agrega Marechal Rondon entre outros. Contudo, se levarmos em conta a classificação dos vetores de Expansão da cidade de Salvador, presentes nos trabalhos de Carvalho, esta região está agrupada com o Subúrbio de Salvador.

Figura 1 – Vista aérea do bairro, região do Dique de Campinas



Fonte: Google Earth (2016)

O Dique de Campinas é um importante manancial com, aproximadamente, 74.000m² localizado ao lado da Estrada Campinas-Lobato e circundado por seis bairros – Marechal Rondon, Campinas de Pirajá, Boa Vista do Lobato, Alto do Cabrito, Bela Vista do Lobato e Pirajá. (PINHO *et al*, 2004 *apud* SANTOS, 2007 p. 38)

Essa localidade caracterizou-se, a princípio, pela ação do Estado com a construção de casas populares para abrigar as famílias desabrigadas pelas fortes chuvas do ano de 1965. Ou seja, existem teses de que este foi o modelo, tolerado, e até incentivado para a ocupação, região em que, segundo Pereira (2008), com relação às habitações inadequadas, os locais de maior concentração são: o Subúrbio Ferroviário e o miolo, por isso mesmo denominados de “cidade precária”, enquanto as condições de melhor habitação estão na área central e ao longo da orla Atlântica. (PEREIRA, 2008, p.138)

A reestruturação urbana no bairro e a participação popular foram discutidas por Santos (2007), que a reconstrói, a partir de registros textuais e das histórias de vida de moradores antigos que realizaram a ocupação inicial do bairro de Marechal Rondon. É

possível afirmar que esta é uma localidade jovem, pois, tem cerca de 54 anos de existência. Os relatos apresentados dão conta de que o bairro surgiu a partir da:

construção de um conjunto habitacional de “40 casas”, construído para servir de residência das famílias advindas das localidades “Santa Luzia, no Lobato, São Lourenço, em cima do Largo do Tanque”, e “Jaqueira do Carneiro”, as quais haviam perdido suas casas em função das fortes chuvas naquele período, tendo o governador dado o nome de Marechal Rondon por ocasião da sua inauguração, em 15 de maio de 1965. (Santos, 2007, p. 54)

A partir das memórias de moradores mais antigos do bairro, é possível descrever a geografia do local, assim como a histórias das lutas na ocupação de Marechal Rondon.

Segundo o autor, os relatos de moradores mais antigos demonstram que o Estado foi indiferente diante das ações de ocupação, apenas a imobiliária Ypiranga, prestou queixa na delegacia, pois, afirmava que os lotes eram de sua propriedade, embora esse modelo de ocupação não estivesse desvinculado do restante da cidade de Salvador.

Um dos moradores mais antigos do bairro, o senhor Antônio, afirma que o Dique formou-se a partir do represamento das águas, pois a empresa “Sambra que beneficiava óleo de mamona, a fábrica se localizava em Campinas, onde hoje é a Vitória Expresso (empresa de ônibus). Ela precisava de água lá pra baixo para aquele beneficiamento dos derivados de sisal, assim, represara o rio na passagem da Estrada Velha de Campinas, que começou encher. A bomba da empresa Sambra jogava a água para a fábrica de sisal e mamona.”.

Os relatos dão conta de que o bairro de Marechal Rondon foi povoado primeiro que o Alto do Cabrito, inclusive, que foi a partir da construção das primeiras 40 casas. Com o início das obras, as pessoas que trabalhavam na construção, observam que havia terreno próximo ao Dique e que era só mato. Após a entrega das casas, os filhos e conhecidos costumavam visitar as novas casas; com isso, observaram-se áreas vazias e propícias à ocupação, assim iniciou-se a ocupação popular no período de 1979, nas Ruas Antônio Calixto e Lígia Maria. Foi um período de muitas lutas, pois, as casas eram desmontadas constantemente por pessoas que se diziam donas do terreno do entorno do Dique, Santos (2007) informou que a imobiliária Ypiranga se declarava

dona e tentou de diversas maneiras inibir a ocupação. O senhor Antônio ao recorrer as suas memórias informa que existiam diversas nascentes e fontes no bairro.

Há discussões sobre a poluição das águas do Dique de Campinas, pois, segundo o senhor Antônio, foi o poder público, por meio da Prefeitura, que canalizou os esgotos para o Dique, porém, para outros, os moradores tiveram contribuição nesse processo, pois, nas construções das casas, o barro ficava na rua e, quando chovia, levava tudo para o manancial. Os terrenos são extensos, geralmente, com casas amplas, com quintais e, às vezes, com uma pequena área na frente da casa, são residências grandes e com estrutura de alvenaria, reboco e, quase sempre, cercadas por grades, tendência das residências na maioria das cidades. Os limites entre o bairro de Marechal Rondon e Alto do Cabrito são bem destacados, principalmente pelos “barrancos” que dividiam as passagens entre os mesmos.

Conforme os relatos, é possível observar uma aparente divisão dentro do próprio bairro de Marechal, que apresenta-se a partir da dificuldade de acesso na parte de baixo, por conta das ladeiras que são muito íngremes, as quais o separam em “dois bairros”: as residências de cima, onde se localizam os comércios, serviços de saúde, transporte, escolas e outros, é pavimentado e com pistas mais amplas diferente das pistas da parte de baixo. Esta separação, não é só geográfica, mas, também, demonstra segregação dos moradores que residem na área do entorno do Dique, chamados de “pés de barro” pelos moradores de parte de cima, pois nos períodos de chuva, como o local não tinha pavimentação, os moradores necessitavam andar pelo barro e lama, sujando os pés, como também, revela uma diferenciação entre os que compraram lotes e os que construíram sem pagar na parte de baixo.

Santos,¹³ ao analisar a importância cultural do Dique de Campinas para os moradores de Marechal Rondon, descreve elementos importantes, inclusive, para a ocupação do seu entorno, por ser mais forte do lado de Marechal Rondon, do que no lado do Alto do Cabrito. Segundo ele, a parte do Alto do Cabrito tinha um paredão com cerca de 8 metros de altura em alguns lugares do bairro, ao passo que, em Marechal Rondon, o terreno era mais plano, ou seja, a formação geográfica do local favoreceu a ocupação e utilização do terreno do entorno do Dique do lado de Marechal Rondon,

¹³ **Ibid.**, p. 47.

constituindo hortas, a prática de natação nas águas do Dique, pescarias e andar de barco era comum aos moradores do bairro. Isso indica que o Dique era de suma importância, pois os moradores utilizavam suas águas para lavar roupas, como área de lazer, entre outras atividades importantes, tanto para os adultos, ao realizarem suas atividades cotidianas, como para as crianças que brincavam e utilizavam-se do espaço do Dique para a integração. O autor também descreve a presença de conflitos entre os moradores de Marechal Rondon e do Alto do Cabrito, ou seja, a “rivalidade” entre os dois lados, que, por vezes, causou sérios problemas, principalmente, entre os jovens que se deslocavam entre os territórios, embora afirme que há pessoas que transitam nos dois bairros, sem impedimentos. Há destaque, também, para os perigos de afogamentos e acidentes de carros ocorridos no local. E, ainda, discute a ocupação desse bairro como um processo que está inserido nas lutas por moradia na cidade de Salvador. (SANTOS, 2007, p. 47)

A localidade possuía diversos nomes, que, aos poucos, ficaram conhecidos com um único nome por conta de linha de ônibus que passou a ter o nome de Marechal Rondon. Este ficou mais conhecido do que os demais (Alto da Cebola, Alto de São Jorge, Baixa do Dique). Toda a região que hoje se entende ser Marechal Rondon, incluindo a Baixa do Dique, se chamava Campinas de Pirajá. (SANTOS, 2007, p. 54)

O autor descreve o surgimento das pistas de acesso ao local, pois o transporte de cargas de caminhões era feito por estradas de barro, o que causava muitos acidentes, fato descrito, também, pelos moradores do bairro, que afirmam: os caminhões viravam com toda a carga ao trafegar pela estrada de Campinas, na época não havia a Avenida Afrânio Peixoto (Suburbana). (SANTOS, 2007)

Quanto à questão fundiária, a partir de registros sobre o entorno do Dique o Iquali (2003), em um universo de 300 domicílios, indica que 81,7% são próprios, sendo que 60% possui apenas recibo de compra e venda, apenas 8,3% possui escritura das terras, fato que pode ser explicado pela forma como a localidade foi ocupada e, ainda, esta formalidade do registro dos imóveis nos órgãos oficiais custa muito caro e demandam procedimentos que, na maioria das vezes, não estão ao alcance das comunidades mais populares. Trata-se de uma localidade residencial, que conta com 92,3% dos domicílios para habitação e 6,7% são comércios. (IQUALI, 2003)

Quanto às construções no entorno do Dique, o diagnóstico detectou que, dos 300 domicílios pesquisados, 89% dos imóveis apresentam, em sua fundação, alvenaria; 44% possui reboco; 39% sem reboco e 6% são mistas. Os dados demonstram que apesar de as construções serem espontâneas, como cita a pesquisa diagnóstica, “desordenadas”, conforme os padrões instituídos pelo urbanismo, estas, são, em geral, muito boas, fato que não foi levado em conta quando os poderes públicos avaliaram as casas, oferecendo baixíssimos valores, ou, ainda, buscou-se construir casas pré-moldadas, relativamente pequenas para os padrões encontrados na localidade, fato que também pode justificar a resistência oferecida pela comunidade à proposta das indenizações e relocações para o conjunto construído pela Prefeitura Municipal de Salvador.

Quanto à construção do conjunto habitacional para os moradores, segundo conversas informais com a funcionária da Conder e a comprovação por meio do aplicativo Google Earth, via satélite, das 300 residências que estavam em fase de planejamento e construção, foram finalizadas apenas 42 unidades residenciais, localizados na Rua da Represa de Pirajá, que abriga hoje as 37 famílias do Movimento dos Sem Teto de Salvador, que ocupava o Clube Português, localizado na orla marítima, e apenas 5 oriundas das comunidades do entorno do Dique. Embora haja divergências quanto ao quantitativo das famílias, pois a senhora Walkiria Meireles de Medeiros (funcionária da Conder) afirma que o conjunto habitacional não serviu ao propósito inicial, uma vez que os moradores do entorno do Dique, que aceitaram sair, mas optaram pelas indenizações, pois o conjunto habitacional ficava muito afastado das estruturas e serviços dos bairros.

Figura 2 – Vista aérea da Rua da Represa de Pirajá - ao lado direito, o conjunto habitacional



Fonte: Google Earth, (2016)

Figura 3 – Rua da Represa de Pirajá



Fonte: Google Earth (2017)

Falou-se em um contrato assinado pelos moradores, onde era abatido o valor das indenizações obtidas com as casas demolidas e o saldo era financiado e pago pelos moradores. Este fato está em desacordo com a questão da doação das

residências, informado pelo setor de assistência social, mas conforme a senhora Walkiria, existia o termo de adesão e um contrato. Afirma, também, que a indenização era feita a partir do levantamento do valor da construção por meio de uma tabela, que seria nacional, pagando-se, apenas, a construção, não o terreno, pois, este não seria de quem mora ali na área desapropriada.

Durante a conversa, Walkiria Medeiros (funcionária da Conder) destacou uma informação importante, que é possível notar, nas ações da Conder, mas não está nos documentos oficiais. Não existiam comprovações, segundo ela, depois de verificada a impossibilidade de realização do Projeto de Saneamento Integrado do Dique, na sua versão inicial, na qual planejava-se a construção de pistas, equipamentos urbanos etc., houve reformulações e ajustes, seja por conta de recursos financeiros ou por questões políticas. E, neste caso, destaco, também, a atuação e resistência da comunidade organizada, que pôde influenciar nas reformulações do projeto. A partir daí, o foco passou a ser as ações do Projeto de Saneamento e Educação Ambiental da população da orla do Dique, este documento foi publicado e disponibilizado na biblioteca da Conder, ao passo que o projeto das intervenções não está publicado em lugar algum, não foi permitido o acesso sequer pelo Ministério Público quando a Comissão de Moradores solicitou.

Com referência às transformações no bairro em 2014, a localidade não reconhece as feições do bairro de Marechal Rondon, lugar que antes possuía traços de uma “área rural”, com certa tranquilidade, o que possibilitava transitar pelo bairro, inclusive, à noite.

Para caracterizar a vida social nesse bairro, Cândido (2011), ao analisar as formas de sociabilidade dos “caipiras”, considera que o elemento que caracteriza as relações de solidariedade é o trabalho coletivo. A partir daí, conceitua o bairro como “agrupamento territorial, mais ou menos denso, cujos limites são traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua”. Neste sentido, atribui as definições de bairro à possibilidade de convocar e ser convocado a participar de trabalhos na localidade. Não aborda a noção de pertencimento, mas o alcance dos chamados/convocações. Assim, a obrigação bilateral é o elemento integrante da sociabilidade de um grupo que, para o autor, desta forma, adquire consciência de

unidade e funcionamento e sua manifestação mais importante é o mutirão. (CÂNDIDO, 2010, p. 81)

Nesses casos, geralmente, existe a convocação dos vizinhos e os beneficiários costumam servir alimentos e uma festa, ou seja, há o elemento festivo no encerramento dos trabalhos, não existe uma remuneração pela prestação do serviço, mas fica a obrigação moral de corresponder a chamados eventuais de auxílio. Para o caipira, existe a ideia de que não se pode negar o atendimento à convocação de um vizinho, colocando o elemento da fé em que se serve a Deus. (CÂNDIDO, 2010, p. 82)

Um outro elemento presente é a definição de sociabilidade entre os vizinhos é a vida lúdico – religiosa – complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação. (CÂNDIDO, 2010, p. 85)

Oliveira (2014), ao definir bairro cita Maiol *et al*, 2009, p. 41, define-se como um espaço social onde são produzidas e reproduzidas relações com outros seres sociais cujas residências estão geograficamente mais próximas,

... O bairro é um espaço de uma relação com o outro como ser social, exigindo um tratamento especial. Sair de casas, andar pela rua, é efetuar de tudo um ato cultural, não arbitrário: inscreve o habitante em uma rede de sinais sociais que lhe são preexistentes (os vizinhos, a configuração dos lugares, etc.) a relação de entrada e saída, dentro\fora, outras relações (casa\ trabalho, passividade, masculino\feminino ...) É sempre uma relação entre uma pessoa e o espaço físico e social... (OLIVEIRA, 2014, p. 29)
O bairro faz parte de um conjunto de “pedaços” inseridos no contexto da cidade, são “pedaços vividos”

Para Oliveira (2014), o bairro é onde pessoas constroem relações de conflito ou reconhecimento, trocam favores ou disputam espaços, cooperam, tecem redes de reciprocidade e solidariedade.

Ao analisar as relações de vizinhança, afirma que um bairro pode ser composto por distintas localidades, que subdivide-se em microáreas de vizinhança, na qual estão dispostas dezenas de casas e famílias, que nem sempre estão entrelaçadas pela proximidade apenas pela proximidade geográfica, mas por vínculos consanguíneos, de amizade, compadrio e/ou desenvolvimento de laços de identidade e solidariedade ou relações de inimizade e conflituosidade. (OLIVEIRA, 2014, p. 29 *apud* ALVITO, 2003)

Conforme moradores, após a requalificação do Dique, o primeiro aspecto destacado é o medo da violência e a insegurança, que se renova a cada ocorrência policial, principalmente, com repercussão na mídia local. Os quintais aumentaram com a pavimentação de parte do Dique para a construção das ciclovias e, em lugar das plantas, há o piso de concreto. Apesar de ter aumentado o espaço dos terrenos, as entrevistas demonstram que, por conta da violência no bairro, raramente ficam nos quintais, pois, há relatos, inclusive de cápsulas de bala, por isso, evita-se que as crianças brinquem no espaço, geralmente, têm como atividades assistir à televisão ou uso dos jogos eletrônicos no aparelho celular. Contudo, é notório que a integração promovida pelas obras do Dique de Campinas, com a abertura de uma pista que liga Marechal Rondon à Avenida Afrânio Peixoto (Suburbana), diminui bastante o tempo necessário para fazer o trajeto entre essas localidades: enquanto antigamente demorava mais de uma hora, hoje gasta-se apenas 15 minutos com trânsito livre.

4.2 PASSEIO PELOS CAMINHOS E RUAS DO BAIRRO

A rua na qual se reside deveria ser o local onde se conhece e se é reconhecido, e, mesmo em situações em que são impelidos a sair da rua e recolher-se a seus lares, há, geralmente, uma tranquilidade, quanto a uma suposta proteção, basta “saber viver”, pois, é na rua que as relações de sociabilidade ocorrem com todos os aspectos positivos e negativos. Porém, para alguns moradores, os problemas encontram-se nas ruas dos outros, é o que pôde ser percebido no relato do senhor Antônio, que pediu para que não transitasse à noite na rua principal do bairro, pois há perigos. Os encontros, quase sempre se dão com pessoas conhecidas, embora, possam não ser próximas. As casas é que são muito próximas, o que faz com que a vida privada transborde, muitas vezes, para o espaço público, ou seja, a rua. Segundo Espinheira,

a imagem urbana é a do improvisado, a do aproveitamento máximo do lote com construções que se erguem em dois ou mais pavimentos, com os blocos sem reboco, esqueletos expostos, numa sucessão tal que é visto, sob certos

ângulos, como se cada casa se superpusesse à outra, haja vista a declividade dos sítios ocupados; ou se avizinhassem com tal avidez na disputa acirrada pelo espaço que a privacidade fosse definitivamente comprometida. (RIBEIRO, 2013, p.184 *apud* ESPINHEIRA, 2003, p.192)

Ainda com relação à situação geográfica, em uma das entrevistas realizadas na Rua Antônio Calixto, o senhor Antônio relatou que o bairro está saturado, não há como construir, pois, para ele, “(...) no bairro, ninguém constrói mais, porque não tem lugar pra plantar nem um pé de bananeira (...)”

A Rua Lígia Maria e a Antônio Calixto foram das primeiras a serem ocupadas pela população que está na localidade há mais de 30 anos, quando participaram das lutas por moradia. Estas ficam próximas ao Dique de Campinas, as casas são bem perto umas das outras, pois, embora a maioria dos lotes seja amplo, com construções, também amplas, diferente da estrutura da 2ª Travessa Lígia Maria, onde a rua não possui asfalto e, se existiu, foi colocado em período de eleições uma “borra de asfalto que se desfez com a primeira chuva”. Hoje, não há vestígios e, quando chove, a rua fica intransitável, as casas, geralmente, tem uma estrutura mais frágil e, quase sempre, quando chove, a rua alaga, pois esta fica às margens do Dique e com córregos próximos. No caso desta rua, os moradores costumam se mudar, inclusive, porque, em 2015, por conta das obras do metrô, na Estação Pirajá, não suportou a vazão das águas, entupiu e alagou a 2ª Travessa Lígia Maria e várias casas, inclusive, uma das entrevistadas teve a casa destruída em 2015, os moradores perderam tudo, há casas em que houve comprometimento da estrutura, estas foram reconstruídas, em parte com a indenização que receberam da Prefeitura e da empresa responsável pela construção do metrô e, durante um período, contaram com o aluguel social¹⁴.

Observar a rotina, o cotidiano, o acordar, principalmente da Rua Lígia Maria, onde a via é bem estreita. Os moradores seguiam para suas rotinas de trabalho, de comprar o pão, levar as crianças pequenas para a escola etc., porém, um dos aspectos que chamaram atenção foi a presença de alguns homens que se sentavam em seus banquinhos e, aos poucos, já se aglomeravam para jogar dominó e conversar o que poderia revelar uma rotina de desemprego ou atividade noturna como vigilantes.

¹⁴ É o auxílio-moradia, benefício já oferecido pela Prefeitura, no valor de R\$ 300 mensais, para quem perdeu o imóvel em casos de calamidade e/ou emergência e pessoas em situação de rua e/ou extrema vulnerabilidade e risco social.

Repetidas vezes, algumas mulheres se aproximavam e conversavam por algum tempo na porta de uma delas. Muitas vezes, ouviu-se “vizinho, aqui só serve se viver de ti ti ti”, demonstrando repúdio ao comportamento dos vizinhos e excluindo-se daquele grupo.

Neste plano da vida cotidiana, como em outros bairros populares, as crianças jogavam bola e corriam pela rua, pois, lá, não há nenhuma praça ou local para brincar, a rua tinha algumas plantas de pequeno porte na frente de algumas casas, porém, a maioria dos quintais possuía plantas frutíferas, como por exemplo, acerola, manga, abacate, e outras que serviam para temperos e verduras como abóbora. Pelos relatos de alguns moradores, havia uma horta nas proximidades do Dique, o que dava uma mescla de cidade e campo.

O grupo pesquisado aponta para questões importantes nas relações entre os caminhos que levam à parte de cima do bairro. Pois, há relatos de relações de discriminação, com relação aos moradores da Rua Lígia Maria e da Rua Antônio Calixto, que afirmam ser a ladeira, um dos grandes problemas do bairro, uma vez que todos os serviços se localizam na parte de cima e subir tais ladeiras é muito cansativo.

O relato de uma moradora sobre o problema é que, tendo um filho com necessidades especiais, fica quase impossível passar pelas ladeiras. Costuma levá-lo para acompanhamento médico, pelo menos, uma vez por semana, e sempre precisou de alguém que a auxiliasse levando a cadeira e ele nos braços. Atualmente, costuma utilizar a parte pavimentada do Dique para levar seu filho, na cadeira de rodas, para o final de linha do Alto do Cabrito, segundo ela, anda muito, mas após a pavimentação do Dique, consegue se locomover; afirma que, sempre que necessita sair, utiliza-se do transporte em Alto do Cabrito, que, após a requalificação, o acesso ficou mais fácil que a parte de cima de Marechal Rondon. Quase todos os moradores quando perguntados sobre o que os faria se mudar do bairro, afirmaram que, hoje, seria a violência, mas que ela existe em todo lugar, e as ladeiras de acesso aos serviços da parte de cima.

Ainda com relação à integração entre as ruas, o senhor Antônio afirmou que possui parentes na parte de cima, mas que estes não descem para visitá-lo e avisam para que ele suba quando tem alguma confraternização ou encontro. Mas, diante disso, ele afirma que, na rua em que mora, não há problemas que não exista na parte de cima e em outros bairros da cidade, e também, não vai ao encontro dos parentes.

Com relação ao espaço, DaMatta (1997) afirma que a relação do espaço se confunde com a própria ordem social, por isso, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido. O espaço existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou “embebido” em outros valores que servem para a orientação geral. Para ele, é possível observar que, quando a sinalização do espaço “em cima ou em baixo” demonstra não altitudes topograficamente assinaladas, mas, exprime regiões sociais convencionais e locais, “(...) pretendem demonstrar segmentação social e econômica: quem mora ou trabalha “em baixo” é mais pobre e tem menos prestígio social e recursos econômicos.”. (DAMATTA, 1997, p. 30)

Em Marechal Rondon, essa segmentação é vista na distinção entre os moradores de baixo e de cima, fato estabelecido a partir da ocupação. Esta localidade não possuía pavimentação e, quando chovia, a lama tomava conta da rua e os moradores desta rua tinham que passar pelo barro, chegando aos seus destinos com os pés encharcados de lama, por isso mesmo, ficaram conhecidos como “os pés de barro”. É importante ressaltar que o espaço, neste caso, é uma demarcação, não só geográfica, mas também social, embora, nessa região, em torno do Dique, existam preconceitos com relação às ruas do entorno do Dique.

DaMatta ressalta que, no Brasil, a demarcação é espacial (e social), se faz sempre no sentido de uma gradação ou hierarquia entre o “em cima e em baixo”, o centro e a periferia, dentro e fora, assim como, uma conotação altamente negativa do espaço sub – urbano-suburbano.

Para o autor, “o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteiras, separando um pedaço de chão do outro”. Segundo o autor, as coisas não são tão simples assim, pois é preciso explicar de que modo as separações são feitas e como são legitimadas e aceitas pela comunidade da propriedade privada e suas origens. Dessa forma, o espaço, para DaMatta, são invenções sociais. (DAMATTA, 1997, p. 32)

Ainda com relação ao espaço, Santos, ao analisar as relações intrabairros, observou que essas relações que ocorrem no cotidiano entre os moradores que ocuparam o espaço, a partir da compra de um lote e os que “invadiram”, é de exclusão e preconceitos. (SANTOS, 2007, p. 248)

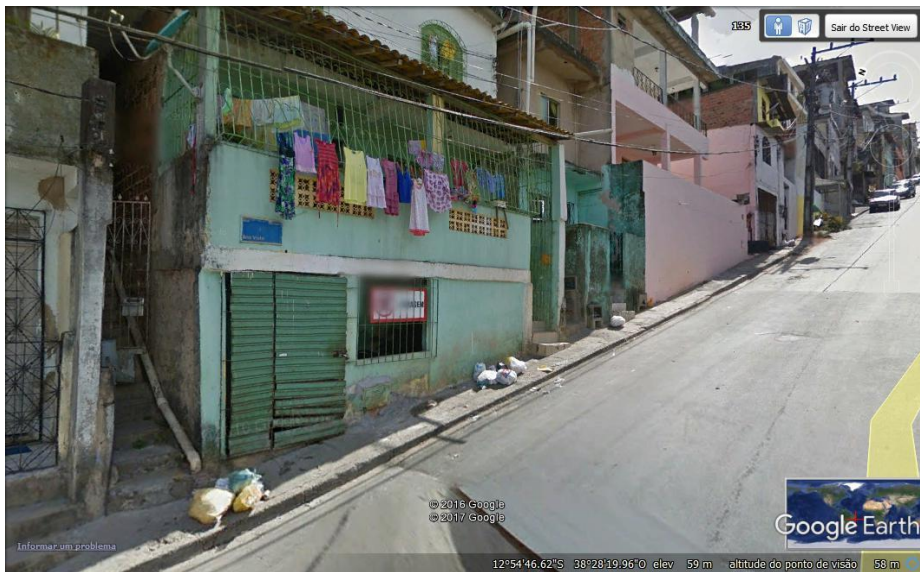
Da mesma forma, em uma das conversas informais com moradores, foi relatado que há uma casa que vendia acarajé muito bom, foi levado para alguns colegas que se reuniram e, ao experimentar o quitute, todos gostaram e ficaram interessados em comer mais, outro dia, foi fornecido o endereço, que ficava na Rua Lígia Maria, mas ninguém apareceu. Contudo, o preconceito com relação aos lugares, não ocorre só entre os moradores da parte de cima e de baixo, mas também entre as ruas. Muitos dos moradores da Rua Antônio Calixto e da Lígia Maria não trafegam pela 2ª Travessa Lígia Maria, por acreditar que, neste local, há perigos maiores que em outros locais das ruas. Com relação às ladeiras do bairro, é possível observar que são os vetores que ligam e integram os moradores das ruas de baixo à Rua Vicente Celestino, a principal do bairro. Nestas, encontram-se todos os serviços públicos, como postos de saúde, transportes, escolas, assim como o comércio, com os mercados, feira, lanchonetes, padarias e as lojinhas de roupas e outros produtos.

Figura 4: Rua Vicente Celestino – Rua principal do bairro de Marechal Rondon



Fonte: Google Earth (2017)

Figura 5 – Rua Boa Vista – acesso às ruas Lígia Maria e Antônio Calixto, caminho para a Rua Vicente Celestino – via principal



Fonte: Google Earth (2016)

Figura 6 – imagem da Rua Lígia Maria

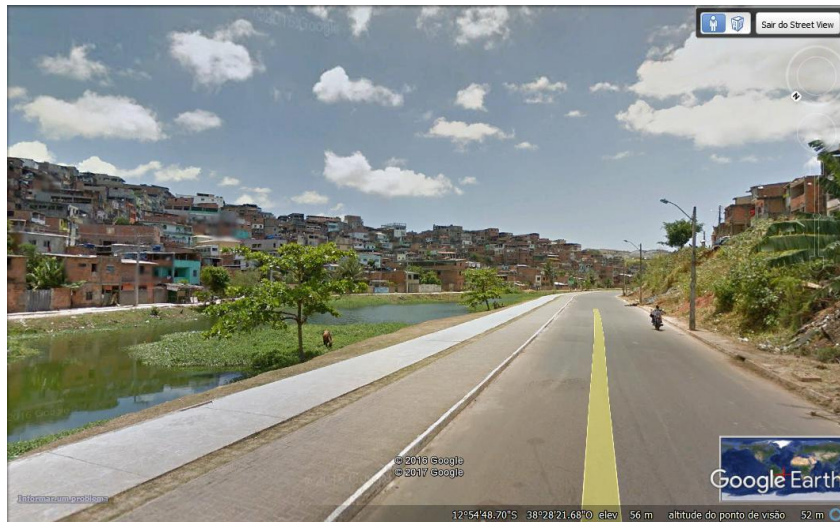


Fonte: Google Earth (2017)

O acesso à Rua Lígia Maria ocorre a partir de várias ladeiras, uma delas muito íngreme, que se liga à rua principal, onde passam os ônibus. Há, também, uma ligação com o Alto do Cabrito, porém, o acesso se dava por uma pista sem pavimentação, o caminho não era plano, dificilmente passariam carros por ali, ao contrário do que é hoje,

após a requalificação do Dique de Campinas. Hoje, os dois bairros tem limites muito tênues, uma vez que o Dique é que separa os dois; de um lado, localiza-se Marechal, e, do outro, o Alto do Cabrito.

Figura 7 – Dique de Campinas após requalificação – ao lado direito, Marechal Rondon, e, do esquerdo, Alto do Cabrito



Fonte: Google Earth (2017)

Fotografia 8 – Campo de futebol fica entre os dois bairros



Fonte: Google Earth (2017)

No bairro de Marechal Rondon, observa-se que há algumas trocas de favores, empréstimos de objetos e práticas de solidariedade, quase sempre, entre as mulheres, embora este bairro tenha uma história de lutas nas ocupações, por exemplo, nas Ruas Lígia Maria e Antônio Calixto, onde, segundo as entrevistas, indica-se que as pessoas moram e se conhecem há mais de 15 anos.

Se, por um lado, a história mais recente do bairro demonstrou que houve união para pleitear direitos e interesse comuns para confrontar o poder público, observou-se a existência de conflitos de interesse, o que esfacelou uma das organizações do movimento de lutas e resistência, que teve o seu início com base nas relações de proximidade, por outro, demonstrando uma fragilidade, embora certas relações de amizade tenham se recomposto com o tempo.

5 MOVIMENTOS SOCIAIS E INSERÇÃO FEMININA: MOBILIZAÇÃO E RESISTÊNCIA EM MARECHAL RONDON

A Comissão de Moradores foi criada a partir da necessidade de confrontar e barrar as ações do poder público. Daí, é possível observar o papel da mulher no movimento de resistência por moradia. Pois, a mobilização inicial pode ser observada quando as entrevistadas afirmam que:

(...) um dia, chegaram dizendo que ia derrubar a casa, tinha uns homens na rua com spray na mão, marcando as casas em vermelho, com as iniciais: DM (...), acho que era Dique de Marechal Rondon (...) e aquelas casas tinham que sair, eu lembro que eles nem chegaram na minha (...) a gente chegou na Kombi com algumas pessoas da Conder e perguntou: venha cá, como é que vocês (...) vão fazer coisas aqui, dizendo que os moradores vão sair, sem ter um diálogo antes com a comunidade?

... A gente avisou a eles que pegasse a Kombi e partisse daqui. E dali começou a nossa articulação. Toda vez que a gente descobria que estavam aqui, chegava mais de cinquenta mulher, largava tudo da casa, era muito satisfatório (...) não precisava de homem! Normalmente, os homens estavam trabalhando (...) a gente estava em casa. (...) Nesse período teve homens que perderam o emprego, porque saíam de lá às pressas, quando a gente ligava dizendo que o bicho estava pegando (...) a gente se reunia rápido, aí até os homens chegar, a gente já tinha mandado eles embora. (...) (Moradora de Marechal Rondon)

(...) a partir da Comissão, a gente teve autonomia e poder, a gente soube quais os nossos direitos, (...)

(...), aqui ninguém manda nas mulheres, não; porque quando tinha qualquer coisa os home chega e as mulher estava na frente. *Naquele dia*, ah, eu peguei o porrete pra ele, [e disse]: “se você vim medir minha casa eu vou te arrebentar”. (Ide)

Buscando apresentar algumas peculiaridades da composição desse grupo, utilizo dados extraídos do trabalho de Santos, que analisou a composição do grupo, as assembleias e a estrutura de poder do grupo. Utilizarei aqui o quantitativo definido por Santos, que analisou as reuniões da Comissão de Moradores do Dique e definiu o quantitativo de 35 componentes, tendo como critério não só a participação nas reuniões, passeatas e em outros eventos, mas também, a afirmação do indivíduo de que fazia parte e, também, o reconhecimento do grupo dos participantes com frequência e participação ativa nas ações do grupo. Segundo Santos, os componentes da Comissão moravam nas Ruas: Antônio Calixto, Lígia Maria, 2ª Travessa Lígia Maria

e, posteriormente, morador da Rua Oscar Duque de Almeida, no bairro Alto do Cabrito (SANTOS, 2007, p. 124.)

O autor chama a atenção para o percentual de mulheres presentes na CMD, 65%, já a presença masculina corresponde a 35%. 77% residiam no local há mais de 10 anos, com faixa etária de 21 a 65 anos. Quanto à renda, 94% recebiam entre 0 a 2 salários mínimos. Chama a atenção que, com referência a religião, 73% se diziam católicos, embora não apresentasse homogeneidade, pois existiam adeptos das igrejas Batista, Assembleia de Deus e Igreja Universal do Reino de Deus, mas nenhum adepto do Candomblé. Ainda relacionando à religião, a maioria dos diretores da CMD fazia parte do Jornal Jovens Excluídos da Paróquia Dom Lucas Evangelistas. O Jornal surgiu com o objetivo de denunciar as interferências do padre desta igreja no grupo de jovens. O que, segundo Santos, ajuda a entender a estrutura de poder da CMD, consideramos esta questão por acreditar que é importante constar que a diretoria desse movimento de luta popular estava composta por jovens habituados a se mobilizar, lutar e questionar situações que julgavam injustas, como o que ocorria na paróquia, características que se agregaram à necessidade de organização formal, confrontar a Prefeitura e o Governo do Estado e posteriormente, para discussão, representação e providências com o Grupo.

A Comissão de Moradores iniciou uma articulação com mais três associações: da Bela Vista do Lobato, que juntamente com a Associação de Moradores de Alto do Cabrito (Amaca) e o Grupo de Mães do Alto do Cabrito tinha se desligado do grupo que apoiava a Prefeitura, transformando-se no Fórum dos Moradores do entorno do Dique (Santos, 2007, p.121). A breve descrição desta organização dos moradores deixa-nos perceber que as ações dessas associações estavam permeadas de relações entre políticos ligados à Prefeitura de Salvador ou aos partidos de oposição da época, o que aparentemente, acirrava as disputas entre os distintos segmentos ligados aos bairros.

Entre outras frentes de ação, organizaram: passeatas para a sede da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Bahia (Conder), situada no bairro de Narandiba; discussões sobre o projeto e suas melhorias nos bairros; articulação com a imprensa local para cobrir os abusos dos poderes públicos. Elaboraram comunicações por meio

de ofícios às distintas secretarias envolvidas e ações no Ministério Público para obter a cópia do projeto de intervenção.

Durante todo o processo de organização da mesma, os objetivos destas ações eram o fortalecimento do grupo, assim como a reivindicação dos direitos dos moradores de conhecerem o projeto, quais as ruas que seriam atingidas pelas intervenções e, mesmo, a busca de soluções ou outras formas de influir na construção da pista, que, a princípio, passaria por ruas que abrigavam cerca de 415 famílias. Portanto, essa organização reivindicava o direito de conhecer, opinar e participar do projeto que poderia mudar suas vidas.

Ao tentar compreender a vida associativa e as formas de organização e envolvimento nas lutas, em torno da participação política nas decisões sobre o Dique de Campinas, a pesquisa do Núcleo de Estudos sobre Poder e Organização Local (Nepol), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, para a construção dos indicadores do projeto Sistemas de Informação e Gerenciamento: Dique Alto do Cabrito (Dique de Campinas), remete à caracterização dos laços mais primários existentes entre os moradores, apesar dos traços que permeiam as relações nas grandes cidades se formarem pela impessoalidade e anonimato, típicos das relações secundárias, os vínculos familiares e de parentesco seriam elementos estruturais na teia de relações existentes na localidade. (NEPOL, 2005, p.135)

Registra-se que, com base na filiação a associações, observou-se uma baixa frequência às atividades realizadas pelas associações de bairro, mesmo tendo conhecimento da existência das mesmas. O documento ressalta que vários são os motivos para a baixa participação: a retração das atividades desenvolvidas por falta de recursos financeiros, pouca vivência associativa, que induz a um baixo engajamento em movimentos ou instituições que objetivam tratar de questões mais amplas, entre outras. Destaca, ainda, a importância das associações de bairro, que não só ocupam espaços aglutinadores de demandas locais (de caráter reivindicatório), mas também na promoção de garantia de acesso a serviços básicos, o que mostra, muitas vezes, a carência de provisão de serviços públicos. (NEPOL, 2005, p.137)

A pesquisa destacou, ainda, que um dos fatores importante para a construção do tecido associativo nas classes populares é a religiosidade, as Comunidades Eclesiais

estão na base de movimentos importantes na América Latina. Nesse sentido, houve o apoio ou articulação do Centro Comunitário de Marechal Rondon com a Igreja Dom Lucas Evangelista, localizada em Campinas de Pirajá, mesmo não possuindo uma grande influência na área.

Com relação às associações de bairro, estas vêm sofrendo um gradual desgaste desde a década de 1990. Às vezes, há a instrumentalização partidária, mudança de função dessas organizações no atual contexto. Este fato pode ser observado em todo o período eleitoral, quando as lideranças ficam a cargo de promover algum candidato a cargo eletivo, que, segundo os coordenadores, trabalhará pelo bairro.

É importante notar que a pesquisa observou que a organização no bairro de Marechal Rondon não passava pelas associações ali existentes, embora tenha contado com o apoio de associações do bairro, no estudo sobre os indicadores para a implantação dos interceptores do Bahia Azul, realizada pelo Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais (Nepol), da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, analisou-se o tecido associativo do bairro e verificou-se que, apesar da existência de duas associações de moradores, na localidade, eram poucos associados por distintos motivos, um deles, a falta de interesse.

Com relação à participação da igreja na vida associativa do bairro, embora influencie muito, não se observa uma mobilização e articulação com os movimentos sociais. Houve relatos de ajudas humanitárias, principalmente na construção da casa de uma das moradoras da 2ª Travessa Lígia Maria, participação ativa na organização de eventos, como o Dia das Crianças, em que se promoviam brincadeiras e doavam-se presentes ao final, mas não tem ocorrido há, pelo menos, dois anos.

Nesse sentido, uma das entrevistadas afirmou que a igreja costuma convocar para campanhas de ajuda aos fiéis que precisem de alimentos e roupas. É o que pode ser observado no depoimento a seguir:

... Só vou pra minha igreja... eu fazia brincadeiras no Dia das Crianças, a gente juntava as crianças, para brincar o dia todo, dava roupa, brinquedos e merenda (...) eles ficavam aqui em casa, vinha também um grupo, que era da igreja e dava os presentes...

Um dos elementos não discutidos no documento é o fato de que os moradores da área do Dique de Campinas não se sentiam representados pelas associações de moradores existentes, pois a gestão era realizada, geralmente, por moradores da parte de cima do bairro; portanto, não defenderiam interesses da população residente na Orla do Dique. O documento destacou o caso específico, do movimento de lutas contra a implementação do Projeto de Saneamento Integrado do Dique, contexto em que houve apenas 3 ou 4 filiações de sócios a associação de moradores e, mesmo assim, eram componentes da Comissão de Moradores. Um dos motivos da rejeição seria “o fato dessas organizações se constituírem em trampolim para cargos públicos que se sobrepõem aos interesses da comunidade”. (NEPOL, 2005 *apud* CASTRO, 1996)

No contexto de implementação do PSIDC, as lideranças utilizaram como estratégia a aliança com políticos com o objetivo de assegurar interesses coletivos, mas sem qualquer compromisso em assumir candidaturas ou realizar campanhas. (NEPOL, 2005, p.139)

Nesse sentido, o fato pode ser observado quando uma das lideranças afirmara que “sempre pediu que não tivesse política em nossa luta, sempre nós por nós mesmos...” postura relativa à autonomia da Comissão em relação a partidos políticos. (MORADORA DE MARECHAL RONDON)

A Comissão de Moradores possuía autonomia, em relação ao Centro Comunitário de Marechal Rondon (CCMR), para evitar que as lutas dos moradores da Orla do Dique ficassem restritas à lógica da Associação, que tinha em sua direção a maioria de moradores da parte de cima do bairro, por isso dificilmente defenderia interesses deles. Contudo, havia uma parceria entre as duas organizações, pois o Centro emprestava seu nome aos documentos oficiais, juntamente com a Comissão de Moradores. O fato destacado pelo Nepol (2005) pode corroborar com a questão discutida anteriormente, quando da referência aos laços de parentesco e vizinhança, como suporte inicial para as lutas no bairro.

Isso pode explicar o fato de os moradores da localidade com a mobilização e resistência que surpreendeu, inclusive, os poderes públicos, mesmo com um tecido associativo, classificado como fraco e fragmentado? Sugerindo que o tecido associativo era constituído “pelos laços familiares e de vizinhança”, ou seja, esses laços ajudariam

a aglutinar os moradores, o que, a princípio, pode ser observado nos relatos de alguns entrevistados, quando se afirma que existia a confiança e o reconhecimento que os participantes eram, muitas vezes, amigos, parentes e vizinhos de muitos anos. Embora essas relações tenham sido postas em risco na dinâmica de negociações e conflitos instaurados pelos distintos interesses.

Vários estudos anteriores já mostraram a importância da participação das mulheres nos movimentos de organização comunitária nas periferias. Em estudo pioneiro, Sader (1988) demonstrou as iniciativas da Igreja Católica, com as pastorais, articulando os Clubes de Mães no período da Ditadura Militar. Ele analisou os movimentos sociais no período de 1970 a 1980, e, apesar de demonstrar uma fragmentação, que não foi tida como insignificante, está, para ele, vinculada à diversidade das próprias condições em que emergiram os movimentos. O autor busca responder o porquê dos novos personagens, que considera como “novos sujeitos” criados a partir da prática política e social. São vistos, também, como fruto de ações de indivíduos que, em determinado momento histórico, “passam a definir-se, a reconhecer-se, mutuamente, a decidir e agir em conjunto e a redefinir-se a cada efeito resultante das decisões e atividades realizadas”. Esses sujeitos, tidos como coletivo, não estariam presos a organizações ou instituições, que os fomentassem ou organizassem, como igrejas, sindicatos etc. (SADER, 1988, p. 10)

Sader define o movimento social como um “conjunto de práticas que podem ser identificadas como lutas pela obtenção de bens e serviços que satisfaçam suas necessidades de reprodução.”. (SADER, 1988, p. 43). Este conceito não faz distinção entre os diversos movimentos sociais, sabe-se que são demandas diferentes, logo, com objetivos distintos.

A análise se preocupa com o desenvolvimento de novas práticas e experiências populares na politização do cotidiano, é o caso das experiências das mulheres do Clube de Mães, que tinham suas ações ligadas às atividades de suas rotinas até a politização do cotidiano. A iniciativa de atuação política é tomada a partir da necessidade de reivindicar algo; portanto, a necessidade material é colocada como ligação entre os sujeitos que adquiriram consciência sobre sua situação, por isso se organizam em torno de lutas. Ele destaca que as ações beneficentes não permitiam

que as mulheres tomassem consciência de sua condição na sociedade, pois não se discutia as distintas realidades. Estas não eram vistas como capazes de agir. (SADER, 1988, p. 201)

A participação das mulheres nos Clubes de Mães e nos desdobramentos desse movimento do “custo de vida”, a partir do desenvolvimento de uma visão crítica de problemas e injustiças do dia a dia, que envolve diretamente as mulheres, contribuiu para a sua presença em reuniões que possibilitaram a politização do cotidiano.

Nesse sentido, esta mesma lógica foi utilizada na prática de organização do Grupo de Mulheres de Marechal Rondon, com o auxílio do Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), na criação do Grupo, que possibilitou discutir e problematizar as situações cotidianas, nos lares com suas famílias, atividades de formação, assim como fomentando discussões e planejando ações para confrontar as decisões do Estado da Bahia, na implementação do projeto de requalificação do Dique de Campinas, a partir das experiências e discussões nos distintos grupos, como a Comissão de Moradores e o Grupo de Mulheres - “a gente teve autonomia e poder, a gente soube quais os nossos direitos...”. (MORADORA DE MARECHAL RONDON)

Gohn (2000), com o objetivo de definir o conceito de movimentos sociais, afirma que é necessário estabelecer algumas diferenças entre movimentos e grupo de interesse, como elementos que compõem os movimentos, mas não são suficientes para caracterizá-los, faz-se necessário formar um coletivo. Para isso, é indispensável ter uma identidade em comum, ou seja, ser mulher, negro, defender o ambiente, as baleias, não ter teto para morar, são adjetivos que qualificam o grupo, dando-lhes objetivos comuns para a ação. Existem elementos anteriores à aglutinação dos interesses que é a experiência histórica. (GOHN, 2000, p. 6)

O movimento social refere-se à ação dos indivíduos na história. Esta envolve um fazer por meio de um conjunto de práticas sociais e um pensar que dá fundamento à ação. Uma característica importante, destacada pela autora, é que os movimentos sociais têm um caráter cíclico, ou seja, vão e voltam, conforme a dinâmica do conflito social da luta, da busca do novo ou conservação do velho. Para ela, as carências precisam se traduzir em demandas, que poderão se transformar em reivindicações. (GOHN, 2000, p.11)

Gohn define, de maneira mais ampla, que

Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo. (GOHN, 2000, p.13)

A autora destaca que, apesar da temática da força da solidariedade, não significa que esses movimentos sejam internamente harmônicos e homogêneos, mas que existem conflitos e tendências internas. Ela explica que a solidariedade é o “princípio que costura as diferenças internas fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro – não movimento – seja coerente e articulada em propostas que encobrem essas diferenças, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva”. (GOHN, 2000, p.14)

Em relação à especificidade dos movimentos populares da década de 1980, ela chega à conclusão que, diferentemente dos movimentos da década de 1970, os quais eram lutas isoladas por água, luz, transportes, creches, através de organizações locais, “nos anos 80 os movimentos se alteram, passam para formas mais aglutinadas, mais amplas, criando Conselhos, Federações e Coordenações. É o caso da luta por moradia.”. (SANTOS, 2007 *apud* GOHN, s/d, p. 312)

Santos (2007) destacou que o movimento por moradia desde a década de 1960 tem a participação da Igreja Católica em sua organização, segundo ele, principalmente, porque “a moradia estável significa menor grau de mobilidade territorial, o que representa maior estabilidade das relações familiares, de vizinhança e amizade, uma vez que significam a possibilidade de reprodução e reelaboração, no espaço urbano, dos atributos da comunidade, dentre eles a própria religiosidade. (SANTOS, 2007 *apud* DOIMO, 1995, p. 101)

No tocante à Comissão de Moradores, no bairro pesquisado, a organização de um movimento de mobilização e resistência contra a expulsão de moradores do bairro

de Marechal Rondon, por conta da implementação do Projeto de Saneamento Integrado do Dique, contou com a participação e a força feminina. Autores demonstram que, neste caso, há uma característica específica, ou seja, o movimento social se confunde e intercambia com elementos da vida cotidiana e os afazeres domésticos, pois, as mulheres quase sempre deixam outras responsabilidades para participar das ações (SOUZA, 2013), fato observado no bairro de Marechal Rondon, onde uma das participantes da CMD informou que

... tinha filho recém-nascido em casa, saía pela manhã, largava com a minha mãe, e só voltava às 10 horas da noite, houve momentos que passei mal, pois fiquei muito tempo sem amamentar e os seios estavam muito cheios (...) e as discussões eram constantes, pois o meu marido tem a visão de que a comunidade não pode fazer frente à Prefeitura ou ao Estado, o desejo dele era obedecer às ordens do poder público sem contestação, ...

A partir desse fato, é possível identificar as dificuldades pelas quais uma mulher pode passar na busca da conquista do direito de morar. Para Souza (2013), a luta seria pela casa, que, para a mulher, se constitui como um bem de primeira necessidade, não é apenas o local que proporciona segurança e privacidade. Para ela, a mulher moradora das periferias urbanas sentiria de maneira mais intensa a precariedade da infraestrutura urbana; em consequência, são elas que mais têm suas vidas influenciadas pelas transformações desta, afetadas pelos efeitos da “precariedade”. Assim, falar da estrutura física da casa, reporta-se, também, a toda a rede ao seu redor.

No caso específico de Marechal Rondon, a mobilização inicial ocorreu a partir da mobilização feminina. Existiram ações e estratégias com base na vizinhança e nos laços de parentesco, uma vez que fazia parte da estratégia inicial para expulsar os agentes da Prefeitura, que buscavam medir e numerar as residências. Tal envolvimento foi de suma importância para a mobilização, pois uma das moradoras trabalhava no bairro e, quando observava a presença dos agentes, não hesitava em correr pela Rua Antônio Calixto e Lígia Maria, de casa em casa; “Maria” sempre avisava pra todo mundo, era ela quem estava no local, era ela que saía gritando e chamava o povo (...). (V, moradora de Marechal Rondon)

Durante o período em que os poderes públicos buscavam marcar e medir para, em seguida, desapropriar as residências localizadas às margens do Dique de

Campinas, houve conflitos em que as mulheres estavam à frente e demonstraram uma grande força e ousadia para enfrentar as situações de ameaça. É o que pode ser observado no relato a seguir:

“(...) quando tinha qualquer coisa, os homens chegavam e as mulher na frente (...). Ah, eu peguei o porrete pra ele, [e disse]: “se você vim medir minha casa eu vou te arrebentar”.” (I, moradora de Marechal Rondon)

Na resistência inicial, as mulheres que estavam engajadas na luta por seus lares, de certa forma contrariou a ideia socialmente construída da fragilidade e fraqueza, e, aparentemente, a cada dia que enfrentavam as situações e desafios, se fortaleciam, demonstrando autonomia e poder para agir. No auge do conflito, demonstraram muita força e ousadia, inclusive no confronto com autoridades masculinas, como o secretário Mario Gordilho, o que causou admiração, inclusive, aos que estavam juntos na luta.

Para Macedo, a centralidade feminina na família é incontestável, pois estudos de gênero tem mostrado o protagonismo desta, na administração da escassez nos grupos domésticos de baixa renda, orientando sua ação no sentido de planejar e executar um conjunto de estratégias em torno de condições de subsistência mais favoráveis para a sua família (MACEDO, s/d). A autora analisa a mulher no contexto doméstico e em relação às atividades de administração do lar.

Segundo Anjos (2008), a liderança e a participação feminina em espaços públicos, inclusive, como voluntárias, geralmente, ocorrem em nome de problemas que dizem respeito ao altruísmo e à moral. A autora buscou analisar a motivação e o interesse presentes no engajamento e militância. Para ela, as retribuições são simbólicas, “existe o reconhecimento, o prestígio, sentimento de importância, satisfação de agir no mundo para transformá-lo, poder sobre coisas e sobre pessoas, estima, admiração dos companheiros de luta, satisfações morais (...)”. (ANJOS, 2008, p. 513 *apud* GAXIE, 2005, p. 205)

A participação feminina na vida pública possui suas especificidades e, especialmente, quando se fala sobre a participação em espaços públicos, embora a mulher já tenha conquistado espaços, a participação em determinadas lutas, como por exemplo, moradia, bem como as estratégias adotadas para a superação de problemas que, geralmente, têm como características as discussões, politização das lutas e do

cotidiano, demonstra a vida, e as atividades domésticas e a rotina dos movimentos sociais aparecem ligados.

Segundo Anjos,¹⁵ é possível distinguir dois momentos de mobilização coletiva de mulheres de classes populares pela Igreja Católica: um, de formação das comunidades em pauta, entre o final da década de setenta e o início de oitenta, tendo como marcos organizacionais as comunidades Eclesiais de Base e o Clube de Mães, e o mais atual, são além das comunidades, a Pastoral da Criança e a Pastoral da Mulher Pobre. O Clube de Mães é o mais antigo e corresponde a um momento de mobilização dos leigos por agentes religiosos para causas definidas enquanto populares.

Essa participação associativa possibilita às mulheres a inclusão em esferas de sociabilidade, aliada à possível satisfação de necessidades materiais, como frequência a cursos de artesanato ou ao recebimento de donativos. Existe, ainda, o acesso a informações e ao universo social diferenciado, que se opõem aos ganhos materiais.

O exercício da liderança comunitária implica a ampliação das redes de relações, às líderes é fornecido acesso a conhecimento de diferentes instituições. As mulheres costumam sentir-se valorizadas, existe um investimento na carreira de militante, uma autoafirmação. O texto abordando a mulher em atuação nas comunidades católicas, no trabalho com os “pobres”, mostra uma característica importante enfrentada pelas mulheres, tanto nos movimentos sociais como no trabalho junto à igreja, que são os conflitos com os companheiros em suas residências, pela não aceitação na participação destas nas pastorais e no mundo público. Elas buscam negociar sua participação nas pastorais e nos trabalhos na comunidade com os seus maridos, para a manutenção de suas relações nos lares. A partir da participação neste tipo de trabalho, as líderes adquirem autoridade moral, saberes e um certo capital social que seus maridos não possuem. (ANJOS, p. 528)

Com relação à participação ativa das mulheres nas mobilizações e lutas pela manutenção de seus direitos de morar e participar, nas discussões contra a implementação autoritária do PSIDC, por meio da Comissão de Moradores e, posteriormente, no Grupo de Mulheres, funcionou como uma realização particular. Pois, fala-se com muito no orgulho das conquistas do período, a Comissão, também, era um

¹⁵ *Ibid.*, p. 514.

(...) “lugar de divulgação de ideias e também de consciência dessa força que as mulheres têm, eu acho que elas não se davam conta”,

(...) geralmente, discutiam um tema relacionado à mulher, uma situação da comunidade e o outro era uma parte prática, né, tinha alguma coisa, um curso, alguma coisa rápida; era curso de emborrachado, uma aula de culinária, artesanato, confecção de sabão (...). (MORADORA DE MARECHAL RONDON)

Essas mulheres, de certa forma, foram transgressoras, posto que negaram as limitações ao âmbito privado, recusaram as orientações masculinas no acesso ao conhecimento e ao exercício do poder político; rejeitaram o confinamento doméstico ou a mera condição de coadjuvante nas lutas. As mulheres que foram às ruas, entre outras coisas, reivindicar a continuidade no bairro e os direitos à casa para morar e o direito de discutir as políticas para a cidade, que cada vez mais, consolida-se como o lugar da modernidade, mas, muito além disso, está a necessidade de inclusão nesse modelo de cidade.

A participação feminina na luta por moradia, tanto em Marechal Rondon como em diversos outros espaços, a luta se dá por uma questão mais imediata naquele momento, que era a defesa da casa, assim como o direito de discutir, opinar e contribuir com o planejamento que mudará as vidas dos sujeitos envolvidos. Dessa maneira, a luta por moradia está longe de ser uma luta feminista, pois as mulheres não buscam a igualdade de gêneros, contestando a dominação ou opressão do marido, mas naquele momento, defendia as suas casas como um “bem essencial que lhe confere um lugar na cidade para (con)viver”. (VIANA, 2005, p. 93)

Existia a preocupação em que o movimento fosse transformado em trampolim eleitoral ou que promovesse partidos e entidades ligadas a políticos do cenário municipal ou estadual, pelas lideranças da comunidade, por isso observava-se que a participação de pessoas ligadas a essas entidades era sempre rechaçada. Ostentava-se o orgulho de que o movimento era da comunidade ameaçada pelo despejo, ou pela expulsão do bairro, sem uma indenização justa. É nesse sentido que uma das lideranças afirma

(...) a comissão sempre foi composta das pessoas que moram na rua e não eram pessoas, (...), malvistas; a relação de Maria e Hilton na Rua Antônio Calixto, e pra quem mora na Lígia Maria não era uma relação tão distante com

os moradores, era uma relação de confiança, (...), porque de certo modo as pessoas eram atuantes na comunidade, então não era uma relação de desconfiança, (...). (MORADORA DA RUA LÍGIA MARIA)

(...) a gente não queria que aqui fosse um ato de politicagem. Atendemos vários políticos, mas sem compromisso com nenhum deles e todos eles só vieram aqui pra ser solícito, a verdade é essa. (MORADORA DA RUA ANTÔNIO CALIXTO)

Os argumentos mostram que, em Marechal Rondon, bairro de periferia pobre de Salvador, parece não ser diferente, pois, a princípio, as mulheres articularam as ações de resistência, em comunicação com as outras mulheres, no início, em uma das ruas, sobre a presença dos agentes da Prefeitura ou da Conder, deixando evidente a necessidade de agir contra uma das primeiras ações para a desapropriação, que foi a demarcação dos imóveis para identificar a localização e o domicílio e, a partir daí, a desenvolver a possível expulsão das famílias do bairro.

Demonstrando capacidade de articulação rápida, com as comunicações feitas umas às outras, no momento em que os agentes públicos começavam a desembarcar dos carros, elas, ao mesmo tempo, dispensavam cuidados entre si. Este foi um dos elementos observados e amplamente utilizados pelo Centro de Estudos e Ação Social (Ceas) para organizar um grupo específico, o Grupo de Mulheres no bairro, a partir da formação da Comissão de Moradores do Dique. A princípio, foi a resistência, utilizando-se da força, como declarado nas entrevistas, “fazia uma barreira de mulheres que expulsavam” o grupo de agentes do poder público. Assim, descrevem como faziam para “escorraçar” os homens, que saíam amedrontados do bairro, e voltavam com o aparato policial.

Conforme já citado, houve um desgaste da Comissão de Moradores e as mulheres que faziam parte desse grupo, tinham, além dos cuidados umas com as outras, e inserção nos diversos grupos, comunicavam-se bem com as outras famílias e, além disso, conseguiam diálogo com famílias do bairro de Alto do Cabrito. Por isso, buscou-se organizar um Grupo de Mulheres de Marechal Rondon, com diversas atividades formativas, como artesanatos, confecção de bijuterias, panificação etc. Durante esses cursos, geralmente, ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), discutia-se a condição da mulher na sociedade.

Esses momentos também serviam como terapia, porque as mulheres saíam de suas rotinas domésticas, se identificavam com outras histórias semelhantes, com os mesmos problemas domésticos, mesmas condições de pobreza, de escassez e a condição feminina. Para a superação, mesmo momentânea, cantavam, faziam dinâmicas direcionadas para o fazer político da mulher nas lutas por moradias, assim como conheciam histórias que se assemelhavam às suas, mas estavam em outras comunidades. Isso pôde ser observado no relato:

O Grupo de Mulheres foi organizado pelo Centro de Estudos e Ação Social (Ceas), que prestava assessoria à Comissão de Moradores. O Ceas é uma Organização Não Governamental (ONG), que está localizada, atualmente, na Estrada de São Lázaro. Trata-se de uma instituição ligada aos jesuítas, fundada em 1967, para dar resposta ao Regime Ditatorial que se instalou, a partir de 1960, no Brasil. Para Zachariadhes (2005), “um dos principais representantes da Teologia da Libertação na Bahia”, tendo como ação o fomento aos movimentos populares no campo e na cidade, com uma equipe urbana e rural. O Ceas tem uma história vinculada à igreja Católica com reconhecida importância na sociedade baiana, com trabalhos na assessoria dos movimentos populares urbanos e rural. Sua biblioteca contém um dos maiores acervos na área social, o Centro de Documentação Popular, a revista Cadernos do Ceas (publicado a partir de 1969), assessoria jurídica e social às comunidades populares.

Segundo um dos relatórios publicados no Caderno do Ceas, esta instituição tem a missão de fomentar a esperança de que a luta é importante diante desse quadro social de degradação que atinge também os familiares, filhos, netos e as próprias mulheres, mesmo quando, muitas vezes, parece inviável. Sem a resistência popular nas cidades, e, em particular, das mulheres, não há “bons amanhã” no horizonte; sua luta torna-se, assim, um dos portos seguros na construção de outra cidade possível.

Conforme Zachariadhes, o Ceas tem como objetivo geral e, a longo prazo, a mudança da sociedade. A partir disso, tem como objetivo mais “imediato a conscientização para preparar pessoas para a ação.”. (ZACHARIADHES, 2009, p. 54)

Segundo o seu editorial, a entidade é constituído por jesuítas e outras pessoas com pontos de vistas diferentes, que objetivam apresentar, analisar e comentar a realidade brasileira, denunciando as formas de opressão e desigualdades sociais e

apontando a iniciativa das classes populares como o caminho para a superação da miséria e da exploração, na direção de uma sociedade mais justa e humana, de real participação democrática. (CEAS, n. 212, jul./ago. 2004)

Esses objetivos estão presentes, também, na obra de um dos grandes filósofos, economista e sociólogo, Karl Marx. A crença no marxismo é uma das características dos diversos profissionais que integram a equipe do Ceas. Com a primeira eleição de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2003, uma das principais discussões entre as equipes de assessoria era a ideia de que as ações de fomento aos movimentos populares deveriam continuar, pois as reivindicações destes, não deveriam ter partido ou governo, ideia presente no editorial intitulado: “Sair do Palácio e botar o boné na cabeça”,¹⁶ principalmente quando analisam o ato de Lula após “colocar o boné dos Sem Terra, na cabeça”, afirmando que, naquela época, “os 53 milhões de votos visitariam a Praça dos Três, Quatro ou Cinco Poderes (...)”. Tem, notoriamente, em suas discussões e ações, a ideia de conscientização para a ação popular, mas destaca a necessidade de autonomia da mesma.

Observa-se que o Ceas, como assessoria urbana, atuou junto ao grupo para a superação dos conflitos e problemas existentes na comunidade de Marechal Rondon, principalmente, com as mulheres do bairro, e, a partir daí, fazer aflorar o possível, nesse caso, a criação do Grupo de Mulheres, que, paralelamente, contribuía com os trabalhos e discussões da Comissão de Moradores, juntamente com o Fórum das Comunidades do Dique, que enfrentou grande desgaste no processo de implementação do PSIDC, período em que a Comissão de Moradores do Dique continuou defendendo a posição de permanência, mas, parte dos moradores havia mudado de ideia e acreditava que as indenizações tinham chegado a valores satisfatórios. Conforme afirmou Santos (2007):

(...) A partir de outubro de 2003, entretanto, começou o seu refluxo, quando uma parcela dos moradores, ao interpretar que os valores pagos pela Prefeitura pelas casas dos moradores do Alto do Cabrito havia sido satisfatório, mudou de opinião e, interpretando estar sendo prejudicada pelas famílias que continuavam defendendo o direito de permanência, foi em busca do grupo de lideranças aliadas da Prefeitura. Esse fato causou um conflito entre as famílias com posições diferentes. (...). (2007, p.138)

¹⁶ Editorial do Caderno do Ceas, n. 206, de jul./ago. 2003.

As ações de fomento e memória dos movimentos populares encontram terreno fértil no Ceas, diferente dos órgãos do Estado e da Prefeitura, que buscaram apagar a memória da resistência popular. Fato visivelmente ocorrido no episódio de implementação do Projeto de Saneamento Integrado do Dique, o qual, hoje, não se encontra registrado nas instituições que realizaram o projeto. A única informação sobre o confronto e resistência da comunidade de Marechal Rondon é que “foi um local que ficou muito tempo abandonado e a população não entendeu os benefícios do projeto” (frase dita por uma das assistentes sociais que vivenciaram os conflitos entre a comunidade e a Conder, no período de 2002 a 2008, quando da realização efetiva do projeto). Não se encontram os projetos nem os relatórios sobre as situações vivenciadas, tem-se notícias de maneira verbal ou um breve resumo das realizações do Órgão.

Quanto às estratégias de superação dos conflitos, existe um grande vazio entre os porquês de não ter realizado o projeto da maneira como se propôs inicialmente. Relata-se que os órgãos financiadores perderam o interesse e deixaram de liberar os recursos, por isso passou-se a dar ênfase à execução do projeto de Educação Ambiental, realizado, pelo menos, com reuniões até 2016, no bairro de Alto do Cabrito, uma vez que, para a assistente social que acompanha os bairros, quando o carro da Conder chega ao local, as pessoas costumam ser hostis, por isso, para entrar na Rua Lígia Maria, é necessário chegar com uma das pessoas que tem trânsito livre nas duas localidades, senhor Gilberto, uma das lideranças que, durante a implementação do PSIDC, sempre esteve ao lado dos poderes públicos e hoje acompanha os trabalhos desenvolvidos pela Conder, tanto no Alto do Cabrito como nas visitas a Marechal Rondon.

Em sua atuação junto “aos movimentos populares, contribuindo com sua organização e articulação na resistência contra o capital – em seus setores imobiliário e turístico – a Equipe Urbana vem percebendo as bases de uma sociedade nacional e local, formada e fragmentada em classes, raça e gênero, embora, as estatísticas apontassem mudanças no quadro nacional de desigualdades sociais nestes três campos no período, foi difícil percebê-las a nível local”. (CEAS, 2008, p.1)

A Equipe Urbana do Ceas observa que as mulheres estão em maioria nesses movimentos nos bairros. Para a equipe da instituição, a partir da experiência no acompanhamento dos grupos e movimentos sociais, é possível afirmar que

o acompanhamento da vida destas do meio popular elucida uma beleza observada na forma e no cuidado para com os desafios do dia a dia: sem renda, tendo que tomar conta da casa, dos filhos, dos maridos, da comida (ou da falta dela), as mulheres transcendem o espaço da casa e ampliam sua preocupação para o bairro, a rua, a comunidade, a cidade e outros. (CEAS, 2008, p. 3)

A partir da vivência como voluntária na biblioteca do Ceas, foi possível à pesquisadora observar que a instituição fomenta as forças e a mobilização popular e, só então, busca se retirar da comunidade. Porém existem localidades nas quais está há muitos anos, é o caso da Gamboa, Alto de Ondina, Bairro da Paz, Calabar, Alto das Pombas, com um histórico de resistência e mobilização para as lutas populares, mas acreditamos que a instituição pode se justificar, pois são locais cuja especulação imobiliária tem investido pesado para retirar as comunidades, por isso mesmo, a necessidade de assessoria.

Conforme relatos, as atividades do Grupo de Mulheres também diminuíram as resistências e conflitos enfrentadas dentro do próprio lar, onde alguns maridos viam, naqueles cursos, a possibilidade de aumentar a renda familiar. Conforme depoimentos, algumas mulheres levavam para casa tudo o que produziam, mostrando para seus maridos as atividades realizadas nas tardes de quarta-feira, é o que afirmou a senhora Ide. Segundo ela, suas colegas e vizinhas participaram de muitas exposições e feiras para vender panos de prato, bijuterias, produtos de sua arte. Esse grupo contribuiu para uma liberdade em relação às atividades domésticas exercidas por essas mulheres. Uma delas afirmou que

... o grupo de mulheres era a maneira de se reunir, discutir, cantar, fazer dinâmicas, de conhecer outras pessoas e histórias, lá a gente se juntava com outras pessoas ..., nos dias de reunião, largava tudo da casa, aí, se não desse pra fazer no dia anterior, só voltava de noite e hoje, ainda sinto falta... (MORADORA DE MARECHAL RONDON)

Após o final das atividades do Grupo de Mulheres, há relatos de que algumas delas buscaram ampliar seus conhecimentos no campo das artes e artesanatos,

confeção de bolos para casamentos e aniversários, pois continuaram a fazer cursos para se aprimorar e hoje contribuem para a renda doméstica a partir da experiência no Grupo de Mulheres. Há, ainda, relatos de histórias de quem conseguiu entrar no ramo da organização de festas.

6 ATUALIDADES DAS INTERVENÇÕES NO BAIRRO DE MARECHAL RONDON E NO ENTORNO DO DIQUE DE CAMPINAS

Segundo conversas informais realizadas com técnicas do setor de acompanhamento social da Conder, observamos algumas questões referentes à continuidade e descontinuidades das ações de requalificação na área estudada.

Com relação à construção de equipamentos de lazer, durante a requalificação do Dique, pelo que foi dito e mostrado em uma representação gráfica, busca-se a construção de uma praça que, recentemente, foi assumida pela Prefeitura Municipal de Salvador, porém ainda há um conjunto de 7 casas de propriedade da família do “senhor Antoninho”, que se situam no local e foram desapropriadas. As indenizações foram consideradas muito baixas e foi necessário mais de um ano de negociações para, enfim, o proprietário aceitar e, a partir daí, o processo passou a tramitar em 2016, ainda aguardando a liberação de recursos pela Conder para demolir as casas e iniciar as obras. Ainda, segundo conversa com a assistente social e um dos resumos extraído do relatório de gestão de 2014, os desdobramentos das obras a serem realizadas seriam:

- a construção de um anfiteatro, que não foi aprovada devido a cortes realizados no orçamento do projeto;
- a provável construção de dois galpões que abrigarão oito boxes para os comerciantes do bairro que se instalarão ao lado do Dique, pois as barracas que existem são improvisadas;
- a revitalização do campo de futebol entre as lagoas norte e sul e reparos nas margens das lagoas, ainda em fase de elaboração para aprovação dos setores da Conder.

As obras de macrodrenagem da região que inclui a construção de 11 canais interligando as lagoas norte e sul e escoando para o mar, o que evitará os alagamentos constantes¹⁷.

¹⁷ Informações obtidas a partir de conversas agendadas com as técnicas da Conder, assim como a representação gráfica das obras, em abril de 2016.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou compreender como se desenvolvem as relações de vizinhança ou corresidência no bairro de Marechal Rondon, na cidade de Salvador, em uma situação de intensas intervenções urbanísticas; buscou, também, analisar as transformações urbanas no referido bairro, em um contexto marcado por relações de sociabilidade peculiares, que proporcionaram resistência, união e, posteriormente, os conflitos que abalaram os laços de amizade, proximidade e cuidados que existiam até então. Durante a pesquisa, as leituras de determinados autores clássicos sobre a cidade demonstraram a construção de conceitos produzidos em contextos distintos, norteados por leituras que apontam para entendimentos e características diferentes e, às vezes, contraditórias. Assim sendo, buscamos, inicialmente, articular as leituras sobre a temática, observando os aspectos principais em cada autor.

Constatamos, posteriormente, que as cidades assumem funções distintas, em certos períodos históricos, em relação aos cidadãos, uma delas é o distanciamento, a brevidade e a escassez de encontros face a face nas cidades grandes, em contraste com intercâmbios e associações prolongados e frequentes nas cidades pequenas, ou seja, apontam-se especificidades com relação às formas de sociabilidade nas cidades. A cidade é a representação da sociedade, é o lugar geográfico onde se instala a superestrutura político-administrativa em um determinado desenvolvimento técnico e social (natural e cultural).

Em certos modelos, nos processos de requalificação, as transformações na fisionomia da cidade impõem a expulsão das ocupações populares, que são empurradas para as periferias, estabelecendo novas centralidades com a valorização econômica e social de regiões privilegiadas da cidade. As indenizações não proporcionam, em muitos casos, a compra de casas com o mesmo padrão da antiga.

No bairro de Marechal Rondon, esse processo implicou mobilização e articulação, com as diversas instâncias de assessoria e a organização da comunidade, no sentido de buscar o direito de participar do planejamento do bairro e da cidade,

assim como de exercer o direito de permanecer nas residências ou se, por ventura, saíssem do bairro, seria com indenizações justas. Nesse sentido, a requalificação do Dique de Campinas foi marcada por tensões e conflitos que se diferenciam, conforme a capacidade de mobilização, resistência e enfrentamento dos poderes públicos da comunidade, como ocorreu no bairro de Marechal Rondon, em 2002, onde, a princípio, as mulheres se mobilizaram e resistiram às tentativas de retirada da população sem discutir ou negociar, pois alegava-se, inclusive, que a comunidade não tinha competência técnica para entender o processo de requalificação em curso naquela localidade.

Tal enfrentamento envolveu, primeiramente, a luta feminina, mas agregou, também, homens e distintas instituições, formando o Fórum das Comunidades do Dique, uma rede que articulou Organizações Não Governamentais, Associações de Moradores e Ministério Público, assim como instituições internacionais na defesa ao direito de moradia. Nesse sentido, as mulheres tiveram papel importante na luta inicial. Segundo observações feitas, essa mobilização não estava pautada nas associações do bairro, mas nos laços de parentesco e de vizinhança existentes. Ainda com relação às resistências contra as condições impostas pelo poder público, destaca-se o papel feminino nesse contexto, assim como a organização do Grupo de Mulheres, uma das estratégias para a articulação das discussões e para a ação política das mulheres com atividades formativas.

Destaca-se o protagonismo das mulheres para a articulação das redes de parentesco e vizinhança, embora existam críticas quanto a esta centralidade, pois, nos bairros, as relações podem não ocorrer de maneira tão linear. Mesmo na atualidade, quando as mulheres já conquistaram espaços como o mercado de trabalho e têm, ainda, as leis que buscam regular as relações de gênero na sociedade, ainda assim, na dinâmica do dia a dia, a relação homem/mulher apresenta-se permeada pelo domínio do homem sobre ela, embora, estas busquem mediar os conflitos, seja negociando, seja mesmo confrontando as orientações do marido. Na experiência de lutas por moradia, as mulheres reafirmaram-se sendo capazes de ter suas próprias opiniões e lutarem pelo que acreditam. As entrevistas demonstram que a participação nas discussões e no fazer político para conquistar o direito de opinar no modelo de

redesenvolvimento do bairro e da cidade ao mesmo tempo, funcionando como o fortalecimento de conquistas pessoais para cada uma delas.

Tal contexto, por sua vez, revelou-nos as contradições existentes nos movimentos por moradias, a união e os conflitos por conta de interesses diversos envolvidos. Essas contradições se revelam nas relações de parentesco e vizinhança.

Nesse período, as relações entre os moradores que fizeram parte da Comissão de Moradores foram tensas, inclusive, internamente, revelando que não só a Comissão se esfacelou, mas também, houve fragilização de relações de amizade e de confiança constituída pelo tempo de convivência.

Vale citar Giddens (1991, p. 38) que, em seu estudo, analisa as características da modernidade como um “estilo, costume de vida ou organização social”, que emergiram na Europa a partir do século XVII e que, posteriormente, se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência, discutindo o conceito de confiança, como a “crença ou crédito em alguma qualidade ou atributo de uma pessoa ou coisa, ou a verdade de uma afirmação”. Para o autor, geralmente a confiança na modernidade, as atitudes de confiança são incorporadas à continuidade das atividades cotidianas e reforçadas pelas circunstâncias do dia a dia.

A pesquisa aponta para uma realidade em que ainda permanece uma essência comunitária, embora as tendências recentes demonstrem que essas são relações esporádicas e que não funcionam como amortecedores da pobreza. No grupo entrevistado, a ideia de uma privacidade nos bairros populares de periferia apresenta-se quase inexistente, pois as disposições das casas permitem que fatos ocorridos dentro da residência sejam partilhados com o espaço da rua e de outras casas.

O bairro de Marechal Rondon, mesmo com os problemas relatados quanto à expansão da violência, tais como a retração do diálogo e das atividades e experiências na rua, com o predomínio de distintos grupos, nas integrações e festas promovidas por grupos de *WhatsApp* e ocorrem nos quintais das residências, com gastos partilhados. Quanto a outros grupos, predominam os passeios que saem do bairro para conhecer locais de praias e cachoeiras, assim como viagens a outros municípios. Contudo, esses são eventos esporádicos e, geralmente, parte do grupo analisado busca, nas igrejas, na evangelização, no campo de futebol, por meio dos campeonatos realizados no bairro, o

fortalecimento dos laços de vizinhança. Segundo relatos, esta seria uma atividade eminentemente masculina, ficando às mulheres que frequentam o local com a atividade de espectadoras/torcedoras. Embora haja relatos da utilização do espaço requalificado do Dique, para a prática de esportes e caminhadas, o que possibilita agregar pessoas em determinados momentos do dia.

Observa-se um contraste, nas trocas com determinados grupos de vizinhos, pois estes não recorrem à ajuda de outros, mas se colocam à disposição para ajudar, com visitas aos doentes e ajuda aos que necessitam, mas não se costuma recorrer ao outro para não precisar pagamento de favores. Geralmente, estes não fazem visitas, como foi relatado, pois consideram que não se pode ficar de entra e sai nas casas, mesmo de vizinhos que se tenha consideração e estima. Nesse caso, as visitas ocorrem em ocasiões específicas, só em casos de doença, casamentos ou nascimentos. Mas, caso haja necessidade, eles sabem com quem podem contar. Nesse bairro, há, também, as trocas de favores, empréstimos de objetos e cuidados com pequenos grupos, geralmente, elege-se um a três vizinhos para estabelecer relações marcadas pela confiança, que promovem múltiplas possibilidades de leituras e análise.

Assim é possível afirmar que tais relações estão vivas e latentes, porém com transformações, também evidenciadas, desencadeadas pelo contexto, uma vez que não se pode afirmar que servem como amortecedores da pobreza, as relações não podem ser vistas de maneira estática. No contexto estudado, há forte laço e aproximação das redes de parentesco, pois todas as entrevistas revelam a presença de parentes como vizinhos, ou que vivem em outras ruas do bairro, demonstrando, geralmente, que os parentes são os próprios vizinhos, que, segundo o senhor Antônio, foram escolhidos para compor a sua vizinhança.

Há, ainda, a existência de cuidados com as crianças, os netos que costumam ficar na casa dos avós até a noite, pois quando finda o dia os pais chegam do trabalho. Diferente do que foi encontrado por Guimarães (2015, p. 32) quando analisou três bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador e identificou como características o distanciamento, a dificuldade de convivência e uma fragilização das redes de parentesco, pois os mesmos moravam afastados, nesse caso sugere-se que os entrevistados contem com a rede de vizinhança. Em Marechal Rondon, existe uma

gama de possibilidades, pois existem, na vizinhança, parentes e os que são apenas vizinhos e costumam ter proximidade, familiaridade, a simples cordialidade e a formalidade no cumprimento diário.

As entrevistas apontam que ainda há trocas e ajuda mútuas, pautadas nos laços de parentesco e vizinhança que é destaque no local, mesmo em se tratando de um bairro assolado pelo medo, como “um sentimento de preocupação e um estado de alerta” que impede o morador de transitar em determinados “pedaços” da rua em que reside, fato também evidenciado. (NETO, 2004, p. 90)

Para a organização de pequenos eventos, em períodos como o Dia das Crianças, alguns moradores sempre criaram momentos de lazer e brincadeiras para as crianças, ou no Sábado de Aleluia, dia da queima de Judas, com diversões feitas para o momento. Estes ainda ocorrem, mas, na parte de cima, pois eles não têm interesse em participar de nada que termine em morte de alguém, existindo o receio das experiências na rua. Há mães que não permitem que seus filhos brinquem no fundo do quintal. Há relatos de moradores que afirmam que, mesmo com os problemas, são reconhecidos pelos “meninos”, seus filhos transitam pelos bairros e ninguém “bole”, fazendo referências aos traficantes da área.

Assim, utilizam da política da boa vizinhança quando afirmam que têm que “saber viver”, além das relações descritas com os vizinhos, é necessário não “ouvir, ver ou falar nada”, principalmente sobre a ação do tráfico no bairro, uma vez que pode não saber do envolvimento de alguém e falar demais, ações que têm, essencialmente, um sentido de preservação do indivíduo, assim como a constante desconfiança, apesar dos laços de vizinhança.

REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. Max Weber: teoria da ciência. In: _____. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). **Sondotecnica Geohidro**: memorial descritivo. v. I. Salvador: Sedur, 2013.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BEZERRA, Marcos Otávio. **Em nome das bases**: política, favor e dependência pessoal. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

BOTH, Elizabeth. **Família e rede social**. Tradução de Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Francisco Alves S. A., 1976.

BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean Claude. **O ofício de sociólogo**: metodologia de pesquisa na Sociologia. Tradução de João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do lugar. In: _____. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2927408>>. Acesso em: 10 maio 2016.

BRUSHCINI, Cristina. Uma abordagem sociológica da família. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, v. 1, n.1, p. 1-23, jan/jun, 1989. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol6_n1_1989/vol6_n1_1989_1artigo_1_23.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

CADERNOS da Cidade. Disponível em: <http://www.sim.salvador.ba.gov.br/caderno/Cadernos_da_Cidade.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

CADERNOS do Ceas. Salvador, n. 206, jul/ago. 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Jardim das Camélias, o urbano: uma experiência comum. In: _____. **A política dos outros**: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CANDIDO, Antônio. As formas de solidariedade, p. 28-92. In: _____. **Os parceiros de Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.

CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto C. As “Cidades” de Salvador. In: CARVALHO, I. Pereira. (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2008.

_____. SEMINÁRIO INTERNACIONAL RII, 13., Salvador. 2014. Transformações Metropolitanas em discussão. Disponível em:

<http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais_xiii/gt4/gt4_inaia.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

_____. (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. 2. ed. Tradução de Lemos de Azevedo. São Paulo: Martins Fontes, s/d.

CASTELLS, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. 11. ed. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CENTRO COMUNITÁRIO MAL. RONDON (CCMR) / COMISSÃO DE MORADORES DO DIQUE (CMD). **Dique do Cabrito ou de Campinas?** – desconstruindo o diagnóstico socioeconômico-ambiental do Dique do Cabrito. Salvador, 2003.

COMO Salvador se faz: dossiê das lutas das comunidades populares de Salvador-BA pelo direito da moradia. Salvador: [s/n], 2003.

COSTA, Fabiana Freitas. **Nas avenidas e cruzamentos de gênero, raça, classe e geração**: mulheres negras chefes de família em bairros do Subúrbio Ferroviário de Salvador. 2009. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.

DAMATTA, Roberto. **Espaço**: casa, rua e outro mundo – o caso do Brasil. In: _____. **A casa & a rua**. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELGADO, Juan Pedro Moreno. Organização social do território e mobilidade urbana. In: CARVALHO, Inaiá M. M.; PEREIRA, Gilberto C. **Salvador transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**. v. 115, n. 1, p. 139-154, 2002.

ESPINHEIRA, Carlos Geraldo D'Andrea. **A casa e a rua**. Disponível em: <<http://centrodeformacaoaxe.blogspot.com.br/2008/12/texto-de-gey-espinheira-casa-e-rua.html>>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

_____. Carlos Geraldo D'Andrea. **Sociabilidade, violência**: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 2004.

GASQUE, K. C. G. D. Teoria fundamentada: nova perspectiva à pesquisa exploratória. In: MUELLER, Suzana P. Machado. (Org.). **Métodos para a pesquisa em ciência da informação**. Brasília: Thesaurus, 2007. p. 83-118. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/9610/3/CAPITULO_TeoriaFundamentadaNova.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29; maio /jun. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais: o conceito. **Revista Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP. n. 1, IFCH/UNICAMP, 1993.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. **Revisitando um cenário**: sociabilidade e sobrevivência em populações pobres. Relatório de pesquisa individual CNPq, 1996-1998, Projeto Respostas incertas e demandas urgentes na experiência popular. Salvador, 1997.

_____. Consequências de uma expansão periférica e seus efeitos sobre a população juvenil. **Revista Crítica de Humanidades** – Cadernos do Ceas, Salvador, n. 235, p. 23-44, 2015.

MACIVER, R.M; PAGE, Charles H. Comunidade e sociedade como níveis de organização da vida social. In: FERNANDES, Florestan. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação: São Paulo: Nacional/Edusp, 1973. 579 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Transformações na cultura urbana das grandes cidades. In: MOREIRA, Alberto da Silva. **Sociedade global**: cultura e religião. São Paulo: Vozes, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de S. & SANCHES, O. Qualitativo-Quantitativo: oposição ou complementariedade? In: **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

NEPOL. **Sistemas de Informação e Gerenciamento**: Dique Alto do Cabrito (Dique de Campinas). Salvador: Nepol/ADM-Ufba, 2005. Disponível em: <<http://www.gestaosocial.org.br/sistema/imagens/Relatorio%20Final.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2016.

OLIVEIRA, Tiara Alessandra dos Santos. **Alguma coisa está fora da ordem?:** relações de vizinhança no “pistão” Salvador (BA). 2014. 170 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

PARK, Robert, E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 26-68.

PASQUOTTO, Geise. B. Renovação, revitalização e reabilitação: reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. **Revista Complexus** – Instituto Superior de Engenharia Arquitetura e Design – Ceunsp. Salto, SP, ano. 1, n. 2, p. 143-149, set. 2010. Disponível em: <www.engenho.info>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

PEREIRA, Gilberto Corso. Como anda Salvador, habitação e infraestrutura urbana em Salvador e Região Metropolitana, p.137-155. In: CARVALHO, I. Pereira. (Org.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. Salvador: Edufba, 2008.

RAMOS, Silvina. **Las relaciones de parentesco y ayudamutua em los sectores populares urbanos**: un estudio de caso. Buenos Aires: Estudios CEDES, s/d.

RIBEIRO, Tatiana Costa. **A dinâmica das relações cotidianas**: sociabilidade juvenil e seus códigos de identificação na cidade. 2013. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SADER, Eder. Quando novos personagens entraram em cena - experiências e lutas dos trabalhadores na grande São Paulo, 1970-80. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. **Estudo de Macroestrutura Viária da Região do Subúrbio – trecho Calçada/Plataforma**. Salvador: Seplam/FMLF & TTC. 1998. (Mimeo).

SANTOS, Milton. **O centro da cidade do Salvador**. Salvador: Livraria Progresso Editora / Universidade da Bahia, 1960.

SANTOS, Jânio. **A cidade poli (multi)nucleada**: a reestruturação do espaço urbano de Salvador. Salvador: Edufba, 2013. p. 50–68.

SANTOS, Ademir Sousa. **Reestruturação urbana e Movimento Popular de Luta por Moradia**: organização e resistência dos moradores à implementação do projeto de requalificação urbana do Dique de Campinas. 2007. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José Antonio Gomes de; MORAES, Luiz Roberto Santos; Fischer, Tânia. (Orgs.). **O caminho das águas em Salvador**: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/Ufba; Sema, 2010. 486 p. Coleção Gestão Social. Disponível em: http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/caminhodasaqua_s.pdf. Acesso em: 18 maio 2016.

SANTOS, Denise; FREITAS, Ilce; Souza, Fabíola. **A evolução de novas centralidades e os impactos sobre a mobilidade na cidade de Salvador**. PANAM, 13., 2010 – Lisboa, Portugal.

SILVA, Anne Camila César. Sobre a requalificação de praças no Centro Histórico de João Pessoa: um panorama das ações entre as décadas de 1980 a 2010. 2014. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SOUZA, Ângela Gordilho. As cidades na cidade. In: CARVALHO, Ana Maria de *et al.* (Org.). **Quem faz Salvador**. Salvador: Edufba, 2002.

TONNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico ideal. In: FERNANDES, Florestan. (Org.). **Comunidade e sociedade**: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional; Edusp, 1973. 579 p.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Salvador**: transformações e permanências (1549-1999). Ilhéus: Editus, 2002. p. 310-427.

WEBER, Max. Tipos de relação comunitária e de relação associativa em seus aspectos econômicos. In: _____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WEBER, Max. Fundamentos metodológicos. In: _____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política-1904. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais**. 4. ed. Tradução de Augustin Wernet. São Paulo: Cortez, 2001.